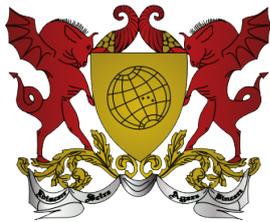


# **CURSO TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO FUNDAMENTOS DE ECONOMIA**

Paulo Tiago Cardoso Campos  
André Vitor dos Anjos Galvão



**Universidade Federal De Viçosa**

**Reitor:** Demetrius David da Silva

**Vice-Reitora:** Rejane Nascentes

**Coordenadoria de Educação  
Aberta e a Distância**

**Diretor:** Francisco de Assis Carvalho Pinto

**Organizadores:** Laércio Zambolim e  
Alice Maria Quezado-Duval

**Edição de Conteúdo e CopyDesk:**

João Batista Mota

**Layout:**

Antônio dos Santos

**Editoração Eletrônica:**

Antônio dos Santos



Esta obra está licenciada com uma Licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Significado dos ícones da apostila

Para facilitar o seu estudo e a compreensão imediata do conteúdo apresentado, ao longo de todas as apostilas, você vai encontrar essas pequenas figuras ao lado do texto. Elas têm o objetivo de chamar a sua atenção para determinados trechos do conteúdo, com uma função específica, como apresentamos a seguir.



**DESTAQUE:** são definições, conceitos ou afirmações importantes às quais você deve estar atento.



**GLOSSÁRIO:** Informações pertinente ao texto, para situá-lo melhor sobre determinado termo, autor, entidade, fato ou época, que você pode desconhecer.



**SAIBA MAIS:** se você quiser complementar ou aprofundar o conteúdo apresentado na apostila, tem a opção de links na internet, onde pode obter vídeos, sites ou artigos relacionados ao tema.



**PARA REFLETIR:** vai fazer você relacionar um tópico a uma situação externa, em outro contexto



**EXERCÍCIOS:** são momentos para você colocar em prática o que foi aprendido.

# Sumário

<b>1. Conceitos básicos de economia e divisão do estudo econômico</b> .....	<b>6</b>
1. <i>O que é economia: ECOS + NOMOS</i> .....	6
2. <i>Questões macro: inflação, crescimento e desenvolvimento econômico, tributação, previdência social</i> .....	11
3. <i>Um pouco mais sobre micro e macroeconomia</i> .....	13
4. <i>Resumo &amp; conclusões</i> .....	13
5. <i>Leitura complementar</i> .....	14
<i>Exercícios</i> .....	19
<b>2. Demanda, oferta e equilíbrio de mercado</b> .....	<b>20</b>
1. <i>Demanda</i> .....	20
2. <i>Oferta</i> .....	24
3. <i>Mudanças do ponto de equilíbrio</i> .....	27
4. <i>Elasticidade</i> .....	29
5. <i>Leitura complementar</i> .....	31
6. <i>Resumo &amp; conclusões</i> .....	31
<i>Exercícios</i> .....	31
<b>3. Análise e estruturas de mercado</b> .....	<b>33</b>
1. <i>Estruturas de mercado</i> .....	33
2. <i>Oligopólio</i> .....	39
3. <i>Monopsônio</i> .....	39
4. <i>Resumo &amp; conclusões</i> .....	39
<i>Exercícios</i> .....	39
<b>4. Aplicações de microeconomia ao mundo real</b> .....	<b>41</b>
1. <i>O peso morto dos impostos</i> .....	41
2. <i>Comércio internacional</i> .....	48
3. <i>Controle de preços</i> .....	50
4. <i>Resumo &amp; conclusões</i> .....	53
<i>Exercícios</i> .....	53

<b>5. As falhas de mercado e as funções do governo . . . . .</b>	<b>56</b>
1. <i>As falhas de mercado</i> . . . . .	56
2. <i>Por que existe o governo?</i> . . . . .	63
3. <i>Funções do governo</i> . . . . .	64
4. <i>Leitura complementar</i> . . . . .	65
5. <i>Resumo &amp; conclusões</i> . . . . .	67
<i>Exercícios</i> . . . . .	67
<b>6. Introdução à macroeconomia . . . . .</b>	<b>69</b>
1. <i>Objetivos da política macroeconômica</i> . . . . .	69
2. <i>Instrumentos de política macroeconômica</i> . . . . .	70
3. <i>Estrutura de análise macroeconômica</i> . . . . .	71
4. <i>Leitura complementar</i> . . . . .	72
5. <i>Resumo &amp; conclusões</i> . . . . .	74
<i>Exercícios</i> . . . . .	74
<b>7. Medindo a atividade econômica:</b>	
<b>O PIB . . . . .</b>	<b>75</b>
1. <i>Definições básicas</i> . . . . .	75
2. <i>Crescimento econômico e suas possíveis fontes</i> . . . . .	79
3. <i>Leitura complementar</i> . . . . .	80
4. <i>Resumo &amp; conclusões</i> . . . . .	80
<i>Exercícios</i> . . . . .	81
<b>8. Referências . . . . .</b>	<b>82</b>
<b>9. Respostas dos exercícios . . . . .</b>	<b>83</b>



# Conceitos básicos de economia e divisão do estudo econômico

O texto do presente capítulo baseia-se nas seguintes fontes: Mankiw (2007, 2013); Pinho, Vasconcelos e Tonetto Jr (2006); Vasconcelos (2011) e Vasconcelos e Garcia (2014).

## Por que este capítulo é importante para o seu aprendizado?

Este capítulo é importante, pois nele serão apresentados a você alguns conceitos e ideias iniciais acerca do estudo econômico. É importante para você possuir uma base inicial para compreender a disciplina Economia e também as notícias do dia-a-dia.

## Objetivos de aprendizagem

Por meio da leitura deste capítulo você deverá ser capaz de compreender o conceito de economia enquanto ciência social. Além disso, você também verá algumas questões que fundamentam o estudo econômico e como ele se divide para uma melhor interpretação e baseado nessas questões você será capaz de entender como as escolhas ou decisões são tomadas no mercado, por parte de empresas e pessoas naturais.

### 1. O que é economia: ECOS + NOMOS

De acordo com Vasconcellos e Garcia (2014), a palavra economia vem do termo grego *oikonomia*: *oikos* significa casa e *nomos* significa lei, ordem, ou, ainda, organização. Assim, inicialmente, economia se referia apenas às questões relacionadas à administração do lar, uma espécie de economia doméstica, e, posteriormente, o termo passou a ser associado a questões referentes à sociedade, ao Estado e à nação, no que diz respeito à produção, consumo, administração de recursos públicos, etc.

Há duas palavras inglesas que ajudam a entender o duplo sentido do termo “economia”:

- **economy** - é um termo comum utilizado para se referir ao “fazer economia”. No seu dia a dia, você já ouviu alguém dizer que “fulano é uma pessoa muito econômica”, ou “a senhora é uma dona de casa muito econômica”. Esse sentido de economia designa fazer mais com menos, isto é, refere-se ao fazer econômico de forma tecnicamente eficiente, usando os mesmos recursos disponíveis e fazendo o máximo deles.
- **economics** - é a ciência econômica propriamente dita, que estuda o comportamento econômico de pessoas e empresas, além das diferentes economias dos diversos países e sua interação no tempo, suas alternativas de se aplicar recursos escassos na produção de bens e serviços, além dos diversos temas monetários, cambiais, financeiros e comerciais inerentes a essas interações.

#### 1.1. Os problemas econômicos fundamentais e o pressuposto da escassez

O mais elementar conceito e pressuposto da economia é a **escassez**, entendida como uma característica do mundo em que há mais necessidades do que recursos para saciá-las. A escassez

também pode ser vista como um descompasso na distribuição dos recursos, que pode ser exemplificado com uma comparação entre o Brasil e regiões sem água, como a Califórnia.

No Brasil, existe água doce fartamente. Na Califórnia (EUA), não. O preço da água no Brasil é baixo (em São Paulo, cerca de US\$0,89 por metro cúbico, conforme dados do ano de 2015); na Califórnia, é alto (US\$1,85 por metro cúbico em Los Angeles). Assim, a escassez de água induz a que seu preço seja alto, e a fartura no Brasil, que seja baixo. O mesmo valeria para comparar o preço de vinho no Chile e no Brasil.



A escassez, portanto, não é, necessariamente, uma questão global. Um produto que é considerado escasso no Brasil, por exemplo, pode existir em abundância ou não ser tão requisitado nos Emirados Árabes Unidos. Com isso, ele não é considerado escasso lá, mas sim no Brasil.

Observe as imagens a seguir, com regiões sofrendo com a seca, enquanto que outras recebem chuvas em quantidades ótimas. Como ajustar essas quantidades de água? Um banco de água? Reservatórios, canalizações entre regiões?



Fonte: <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/seca-rio-grande-do-sul-medidas-de-emergencia/>



Fonte: <https://exame.abril.com.br/ciencia/chuva-solida-pode-ajudar-agricultura-durante-a-seca/>

Um guarda-chuva tem pouca utilidade em dias de tempo bom, mas, quando chove, sua utilidade aumenta dramaticamente. No centro das grandes cidades, é comum serem vistos vendedores ambulantes de guarda-chuvas, e que, em dias de chuva, têm seus preços elevados para obter ganhos econômicos, por meio dos preços, de forma a se apropriar do valor adicional, atribuído pelos compradores de guarda-chuva (note que “preço” não é o mesmo que “valor”). Afinal, o número de guarda-chuvas é escasso e, portanto, não é ilimitado, e assim seu preço mais alto racionaliza seu uso por aqueles que lhe atribuem maior valor.

Do mesmo modo, quando ocorrem secas ou enchentes em regiões produtoras de milho, os telejornais da TV apenas cobrem o tema, mas ninguém pede para os consumidores consumirem menos milho e derivados, pois os preços deles, rápida e automaticamente, se ajustam e aumentam para refletir a menor quantidade de milho disponível, em face da seca ou da enchente.

O consumo e suas quantidades se ajustam por meio de seus preços; não é necessário pedir encarecidamente para se consumir menos milho e derivados, pois os novos preços passam a forçar esse novo comportamento de consumo ajustado à quantidade disponível de milho.



A economia aborda qual é a maneira mais “econômica” de se aplicar recursos escassos, de modo a obter o melhor resultado que irá satisfazer necessidades, que são ilimitadas. Esses recursos podem ser: matéria-prima, pessoas, dinheiro. Os problemas econômicos surgem em face de se ter de decidir como usar esses recursos escassos, visando suprir essas necessidades virtualmente ilimitadas.

Conforme Vasconcelos (2011), esses problemas são:

- **O que produzir e quanto produzir (qual bem e em qual quantidade) ?**: é preciso analisar a escolha mais eficiente de emprego dos recursos, uma vez que eles são limitados, e também a quantidade ótima a ser produzida e disponibilizada para os consumidores;
- **Como produzir (com qual tecnologia) ?**: Atualmente, existe um grande leque de possibilidades de produção, devido ao avanço tecnológico e técnico. Com isso, é necessário escolher quais recursos serão utilizados e qual o processo mais eficiente, buscando a forma de produção que apresenta melhor custo-benefício para o produtor e que também acaba repercutindo em menor preço para o consumidor;
- **Para quem produzir (para quem ofertar) ?**: é o problema de quem será beneficiado com as questões distributivas da renda gerada pelo uso dos recursos: trabalhadores, empresários, agricultores, funcionários, etc.

Importante destacar que “recurso” não é o mesmo que “riqueza”, uma vez que os países do norte da América do Sul são abundantes em recursos naturais e, ao mesmo tempo, são pobres em termos de estatura de renda e riqueza. Por exemplo, a Venezuela e o Suriname situam-se geograficamente em pontos com chuva abundante, florestas e solo fértil, e tinham renda por pessoa de US\$9070 e US\$11933, respectivamente - a valores de dólares com PPC de 2011, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano, da ONU.

Em contraste, Hong Kong, uma ilha do Oceano Índico e ex-colônia britânica, composto de rochas e sem possibilidade de grande produção de alimentos, contava, no mesmo ano, com US\$60221 de renda por pessoa. Como essas medidas servem para avaliar um “indivíduo médio” em cada país, cabem alguns questionamentos:

- Qual ou quais as causas dessas gritantes diferenças?
- Qual o papel exercido pelas chuvas, solo e abundância de água potável sobre o nível de renda de cada nação?

- São mais importantes os recursos naturais, ou também são importantes os recursos artificiais da educação, ciência e tecnologia, e abertura comercial?

## 1.2. A noção de custo econômico ou custo de oportunidade

Devido à escassez dos recursos, a produção de uma economia e, portanto, de uma sociedade, é limitada. Assim, quando todos os recursos estiverem sendo utilizados, ao produzir um produto, nenhuma quantidade de outro produto será produzida.

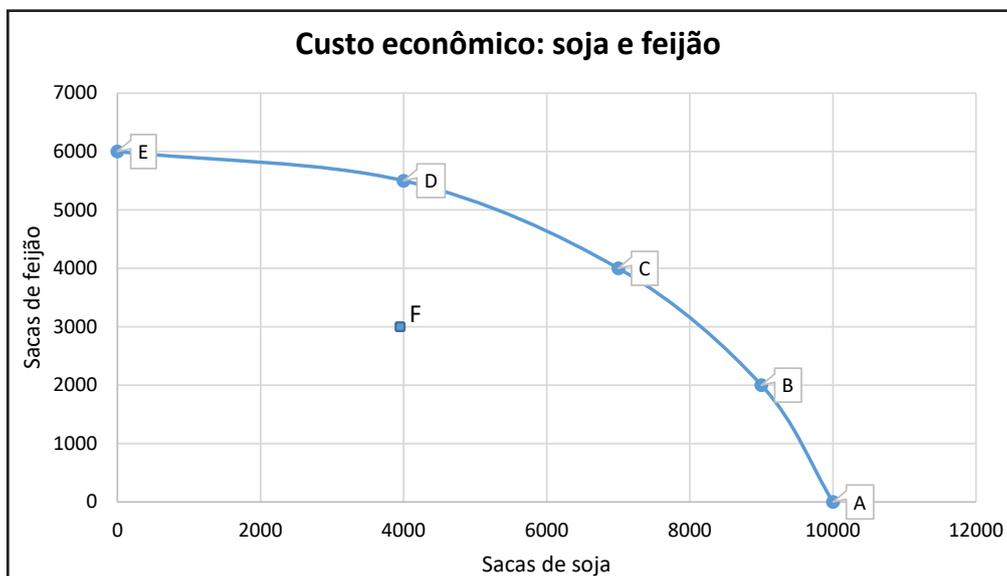
O custo econômico é definido como a perda do produto de que se abre mão para que outro produto seja produzido, devido à necessidade de transferir os recursos de uma produção para outra. Antigamente, nos idos tempos da Idade Média, havia o chamado dilema “espadas ou arados”, refletindo o trade-off entre produzir armas para defesa nacional ou alimentos.

O custo econômico pode ser definido como o benefício do qual uma pessoa renuncia obter por ter feito uma escolha. Pense em um agricultor que pretende plantar soja; se ele colher 10 mil sacas e vender a \$10, faturará \$100 mil. Se no mesmo terreno conseguisse colher 6 mil sacas de feijão e vender a \$15, faturaria \$90 mil. Então, dizemos que o custo econômico de produzir soja é representado pelo que ele ganharia plantando feijão, ou seja, \$ 90 mil. E o lucro econômico de produzir soja é \$ 10 mil, a diferença entre ambas culturas.

A diferença entre custo contábil e custo econômico é que custo contábil inclui basicamente os custos que são realmente incorridos, como sementes, preparo da terra, defensivos e o serviço de colher. Os custos econômicos incluem, além dos custos contábeis, o lucro que teria em outra atividade possível e comparável àquela escolhida.

O que baseia essa decisão de escolher soja em vez de feijão? Fundamentalmente, o preço de cada cultura, pois ele reflete a escassez de um produto ou de outro no mercado. Preços mais altos atraem mais produtores, que, produzindo, aumentam a oferta, e forçam no futuro os preços para baixo. Quando os preços se reduzem, mais à frente, alguns agricultores deixam de produzir, a oferta se reduz e o preço volta a subir, fazendo com que haja novos entrantes e afetando os preços em novos níveis. Assim, o preço é o principal incentivo econômico para a escolha de produzir (por parte do produtor) e também para consumir (por parte do consumidor).

Outro recurso da economia para entender esse conceito de custo de oportunidade é a ilustração a seguir, conhecida como curva de possibilidades de produção (VASCONCELOS, 2011).



Cultura	Possibilidades de produção				
	A	B	C	D	E
Soja	10000	9000	7000	4000	0
Feijão	0	2000	4000	5500	6000

Quando não há o emprego de 100% dos recursos produtivos, o custo de oportunidade é igual a zero, pois é possível aumentar a produção de ambos os produtos simplesmente utilizando esses recursos que estão desempregados. Se imaginarmos no gráfico um ponto F (abaixo da CPP) que significa 4000 sacas de soja e 3000 sacas de feijão, o custo econômico para este ponto é igual a zero. Isso porque, nesse caso, não é necessário abrir mão de parte da produção de soja para plantar feijão, ou abrir mão de parte da produção de feijão para plantar soja, uma vez que ainda restam recursos disponíveis que, sendo utilizados, a produção será aumentada sem sacrifício de nenhuma das culturas.

No entanto, quando houver pleno emprego dos recursos (no caso, as combinações de produção que ficam em cima da CPP), qualquer aumento na quantidade de um produto necessariamente deverá ocorrer redução em outro.

Por isso, é que a curva acima tem formato côncavo. Indo do ponto A para o B, por exemplo, para produzir 2 mil unidades de feijão, deve reduzir a quantidade de soja. Dizemos, com isso, que as combinações eficientes se acham em cima da curva de possibilidades de produção CPP; qualquer ponto abaixo dela, como destacado no parágrafo anterior, reflete desemprego de recursos e seu uso abaixo do socialmente eficiente. Haveria, nesse último caso, algum espaço para produzir mais com os mesmos recursos e assim estes seriam utilizados de forma mais econômica em combinações de produção em cima da curva do que abaixo dela.

### 1.3. Decisões das pessoas e empresas ou “indivíduos” e “firmas”

A presente seção trata dos aspectos microeconômicos básicos, para se ter uma ideia do problema econômico de indivíduos e firmas. O processo de tomar decisões é algo extremamente importante e que exige grande responsabilidade tanto para os indivíduos quanto para as firmas. Em um ambiente onde existem vários aspectos, como recursos, renda, concorrência, qualidade, tecnologia, etc., que influenciam neste processo, este desafio se torna ainda mais difícil, sendo necessário analisar cada um deles para fazer a melhor escolha.



A tomada de decisão por parte dos consumidores de um país depende, entre outras coisas, de sua renda, suas necessidades e seus gostos, os quais não são estáticos; eles mudam ao longo do tempo. Além disso, existem inúmeras empresas ofertando os mesmos produtos, dando às pessoas maior quantidade de alternativas, tanto em lojas físicas quanto pela internet. Porém, quando existe uma necessidade a ser suprida, e as formas mais tradicionais não se encaixam no orçamento das famílias, as pessoas buscam diferentes maneiras de saciar essa necessidade.

Por exemplo, subindo o preço da carne bovina, pode haver deslocamento de demanda por outros tipos de proteína, como a carne de frango ou a proteína de soja.

As pessoas baseiam, muitas vezes, sua decisão no seguinte: uma promoção de supermercado dizendo que na compra de duas caixas de leite você levará três caixas representa muito bem esta situação. Mesmo que a pessoa precise apenas de uma caixa de leite, ela tende a cogitar a possibi-

lidade de levar duas, simplesmente pelo benefício de ganhar a terceira caixa de leite. Aproveitar a promoção significa comprar mais barato o leite que um dia irá consumir, mas não hoje. Ao escolher pela compra nessas condições da promoção, a pessoa desistiria de comprar outra mercadoria de que talvez precise; ao mesmo tempo, pesa a noção da compra do leite por um preço menor. Dilemas como esse chamamos de “*trade-off*”.

É necessário reconhecer que as pessoas enfrentam trade-offs, o que dificulta ainda mais a tomada de decisão. Logo, é necessário que suas opções estejam bem claras, antes de tomar uma decisão, para que ela esteja certa de qual escolher. Porém, como vimos em relação ao custo econômico, o custo de algo é dado por aquilo de que se abre mão para obtê-lo e, às vezes, mesmo que a decisão a ser tomada pareça óbvia, as pessoas não estão dispostas a abrir mão de certas coisas, o que influencia fortemente em sua decisão.

Essa dúvida na hora de tomar uma decisão também pode se dar em pequenas situações e, por mais que elas pareçam simples, podem transformar a vida de uma pessoa. Ela pode escolher se matricular em uma academia em busca de melhor qualidade de vida, boa forma física e mais disposição durante o seu dia. Para isso, porém, ela terá que despertar uma hora mais cedo do que está acostumada ou abrir mão de assistir uma novela ou série que gosta tanto, à noite; e também pagar uma mensalidade que compromete outras possibilidades de seu uso para consumo ou investimento. O próprio curso que você, leitor (a), está fazendo implicou em você avaliar seu tempo como melhor aproveitado nestes estudos que em qualquer outra atividade que poderia estar executando neste exato momento, seja de lazer, ou até mesmo um curso em outra área de conhecimento

Essas decisões variam desde escolhas diárias, como a compra de uma caixa de leite a mais no supermercado para aproveitar uma promoção, deixando de consumir outro produto que necessita, até outras mais importantes, como escolher cursar Medicina, em vez de Engenharia Civil. Cabe ao indivíduo escolher o melhor custo-benefício em seu ponto de vista, já que só ele sabe quais são suas necessidades e prioridades e o que ele está disposto a abrir mão ao tomar uma decisão.

Do ponto de vista econômico, a avaliação de custo-benefício no consumo (por parte do consumidor) e de produção (por parte do produtor) centraliza (**centra-seno**) preço. O processo de tomada de decisões se torna ainda mais desafiador se tratando de um ambiente empresarial. Nas organizações, normalmente esse processo é feito a partir de um grupo de profissionais que visa melhores resultados para a empresa.



Para alcançar esse objetivo precisam estar bastante atentos aos objetivos e metas que a organização almeja, o estatuto e os valores dessa empresa, e principalmente os desejos e necessidades dos indivíduos, já que a partir desta análise ela deverá decidir o que e como produzir. Não adianta produzir carros se a população precisa de bicicletas ou motos (como na Holanda). Com isso, é necessário observar bem o que as pessoas demandam para produzir o produto “certo” e na quantidade “ótima”, para que não haja desperdício ou um estoque elevado.

## 2. Questões macro: inflação, crescimento e desenvolvimento econômico, tributação, previdência social

Além de questões microeconômicas, tratadas até este momento no presente capítulo, existe a Macroeconomia, ou seja, a parte da disciplina econômica que trata de algumas questões que são fundamentais para o progresso econômico de uma nação, conforme abordaremos nos próximos

parágrafos, e alguns dos temas com efeitos macroeconômicos na economia destacamos com sublinhado.

A inflação pode ser entendida como um aumento generalizado e persistente nos preços. A posição mais destacada é que a inflação é causada pelo governo, por meio do aumento da quantidade de moeda em circulação, de forma incompatível com a quantidade de bens e serviços produzidos na economia. Com isso, os preços sobem para absorver essa maior quantidade de moeda, o que afeta outros aspectos da economia, acarretando perda de poder aquisitivo da moeda (afetando negativamente os mais pobres), redução dos investimentos e da confiança de consumidores e empresários, confusão a respeito de preços etc.

Um exemplo disso é uma compra mensal de uma cesta de consumo em um supermercado que custa R\$200, por exemplo. Havendo inflação, a mesma cesta custará no mês seguinte, mais que isso; num terceiro mês, ainda mais, e assim por diante. A expansão ou a contração da quantidade de moeda na economia refere-se à política monetária, um tema macroeconômico fundamental.

### 2.1. Crescimento e desenvolvimento econômico

Sobre crescimento e desenvolvimento econômico, a macroeconomia busca descobrir maneiras de estimular a capacidade produtiva do país, o que em um curto prazo pode ser alcançado apenas utilizando sua capacidade ociosa. No entanto, quando não for possível crescer com os recursos que o país já tem, será necessário desenvolvimento tecnológico para potencializar e aumentar a produção, além de qualificar a mão de obra (capital humano) e expandir a quantidade de máquinas, equipamentos e outros (capital físico).

Isso tudo visa que a população, ou o “cidadão médio”, melhore o padrão de vida e se eleve a renda per capita e indicadores-chave, como expectativa de vida, produtividade no trabalho e aspectos, como acesso a saneamento básico e a serviços públicos fundamentais, como saúde e cultura.



Para você conhecer a situação do mundo a esse respeito, acesse o site <https://hdr.undp.org/system/files/documents/hdr2019ptpdf.pdf> para examinar o Relatório de Desenvolvimento Humano, elaborado pelos funcionários e consultores da Organização das Nações Unidas (ONU).

Outro tema fundamental é a política fiscal, relacionada com impostos e com os gastos do governo, conforme a seguir.

### 2.2. Política tributária

A política tributária de um país regulamenta a arrecadação de tributos pelo governo, seja federal, estadual ou municipal, por meio de um conjunto de leis. De onde virão esses impostos, se sobre bens de consumo ou da renda da população, visando satisfazer as necessidades do governo para financiar as necessidades de gastos públicos. No Brasil, temos como exemplo de imposto federal, o Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF); de imposto estadual, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), e de imposto municipal Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

### 2.3. Previdência Social

A Previdência Social é um sistema de participação obrigatória administrado pelo governo, que cria para o trabalhador e demais contribuintes uma espécie de seguro no qual ele contribui men-

salmente, buscando garantir uma renda durante sua aposentadoria. Além disso, esse sistema visa proteger as pessoas de ficarem sem uma fonte de renda, caso ocorra alguma situação que a impeça de trabalhar permanentemente, como doença ou invalidez. Caso isso aconteça e o indivíduo se aposentar por invalidez, ele passa a receber esse benefício prematuramente.

Cada um desses temas envolve economia, porque trata de recursos que não são ilimitados e têm custo econômico de seu uso.

### 3. Um pouco mais sobre micro e macroeconomia

A teoria econômica pode ser estudada a partir de dois pontos de vista: a micro e a macroeconomia, pelos quais os economistas estudam o mundo em que vivemos. Porém, qual a diferença entre eles? Enquanto a microeconomia busca estudar os comportamentos individuais (empresas, indivíduos e famílias), a macroeconomia observa as coisas com uma perspectiva mais ampla, por meio dos grandes agregados.

- **Microeconomia** - é conhecida também como a teoria de formação de preços. Ela estuda a economia em pequenas partes, observando o comportamento individual dos agentes econômicos (trabalhadores, consumidores, empresas), visando entender como eles tomam suas decisões. Além disso, ela analisa a relação entre consumidores (demanda) e empresas (oferta), sendo que a partir da interação desses é formado um mercado competitivo, devido à existência de várias empresas que oferecem o mesmo produto ou semelhantes, o que as leva a ajustarem os preços e as quantidades a serem ofertadas, de acordo com a concorrência, a necessidade dos clientes, e quanto eles estariam dispostos a pagar por este produto.
- **Macroeconomia** - estuda as variáveis econômicas referentes à vida econômica de uma nação, de forma geral; ou seja, ela busca entender o comportamento da economia como um todo, por meio de uma análise dos mercados de bens e serviços, financeiro, de trabalho e de câmbio, buscando descobrir o que faz uma nação prosperar e o que o governo deve fazer para que haja crescimento econômico, sem focar em unidades econômicas (famílias, empresas, governo) de forma isolada como na microeconomia. Assim, mesmo que alguns detalhes passem despercebidos, ela permite a compreensão melhor das interações dentro da economia.



Um economista muito competente que fez a ponte entre a micro e a macroeconomia foi Milton Friedman, da Universidade de Chicago, ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 1976. Assista a uma rápida explicação no YouTube sobre: Interdependência econômica, em <https://www.youtube.com/watch?v=skx8a90xl78>;

“Nada é de graça”, em <https://www.youtube.com/watch?v=i403a4L5hB0>.

### 4. Resumo & conclusões

Neste capítulo, vimos que a economia se baseia em como empregar os recursos limitados visando satisfazer as necessidades das pessoas, necessidades estas que são ilimitadas e estão em constante transformação. Como esses recursos são limitados é necessário fazer escolhas e o que se abre mão para se obter algo é chamado de custo econômico. Além disso, vimos que para que uma empresa tome a melhor decisão, objetivando ser bem-sucedida e vender mais, ela deve analisar o ambiente em que ela está inserida. E para que os indivíduos tomem a melhor decisão no

mercado, devem analisar as empresas ao seu redor e o que elas têm a oferecer, além de levar em consideração suas prioridades. Por fim vimos algumas questões da Macroeconomia e como ela se diferencia da Microeconomia. Agora você já consegue ter uma pequena noção do que se trata a economia e ao longo da apostila retomaremos alguns conceitos estudados neste capítulo.

### 5. Leitura complementar

#### **Apêndice: *Um breve retrospecto da evolução da teoria econômica.***

Extraído de **VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Economia: micro e macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 20.**

A periodização da história de qualquer teoria depende muito do aspecto que se está privilegiando, bem como tem embutido certo grau de arbitrariedade. Entretanto, existe consenso de que o início da teoria econômica, de forma sistematizada, deu-se EM 1776, quando foi publicada a obra de Adam Smith, A riqueza das nações. No período anterior, encontram-se apenas referências ou aspectos parciais de embriões de teoria econômica, embora a preocupação com a economia esteja sempre presente desde tempos remotos.

Na Grécia Antiga, encontramos muitas referências à economia. Destacamos o trabalho de Xenofonte (440-335 a.C.), que, aparentemente, foi quem cunhou o termo economia (“oikos nomos”), em seus trabalhos sobre aspectos de administração privada e finanças públicas. A moeda metálica já circulava naquela época e a sociedade grega tinha preocupações políticas e morais muito desenvolvidas. Os dois maiores legados que temos daquela época são os escritos de Platão (427-347 a.C.) e de seu discípulo Aristóteles (384-322 a.C.), nos quais encontramos algumas considerações de ordem econômica.

Roma não deixou nenhum escrito notável na área da economia. Nos séculos seguintes, até a época dos descobrimentos, encontramos poucos trabalhos de destaque, que não apresentam um padrão homogêneo, e estão permeados de questões morais. Um exemplo é a questão da usura, um tema antigo, que discute a moralidade de juros altos, e o que deveria ser um lucro justo.

A partir do século XVI, observamos o nascimento do primeiro conjunto de ideias mais sistematizadas sobre o comportamento econômico: o mercantilismo. Apesar de não representar um conjunto homogêneo, tinha algumas preocupações explícitas sobre a acumulação de riquezas de uma nação. O mercantilismo continha princípios de como fomentar o comércio exterior e entesourar riquezas. O acúmulo de metais adquiriu grande importância, e apareceram relatos mais elaborados sobre a moeda. Para esses pensadores, a riqueza de uma nação era diretamente proporcional à quantidade de ouro e pedras preciosas que tinha tal nação.

- **Os clássicos**

No século XVIII, uma escola de pensamento francesa, a fisiocracia, elaborou alguns trabalhos dignos de destaque. Dividiu a sociedade em classes sociais e teve a preocupação de justificar os rendimentos da classe proprietária de terras. Diferentemente dos mercantilistas, os fisiocratas consideravam a riqueza de um país não medida pelo estoque de metais preciosos, mas por tudo aquilo que era retirado da terra (o chamado “produto líquido”).

O trabalho de maior destaque foi o de François Quesnay, um médico da corte de madame Pompadour. Ele escreveu *Tableau économique*, no qual divide a economia em setores, mostrando a inter-relação entre eles. Apesar de o trabalho dos fisiocratas estar permeado de considerações éticas, sua contribuição à análise econômica representou grande avanço.

Além disso, ao enaltecer a relação do homem com a natureza, os fisiocratas não eram partidários da intervenção do Estado na economia, criando o termo *laissez-faire*, que posteriormente se converteria no símbolo das ideias liberais.

Adam Smith é o autor da obra considerada como o primeiro tratado de teoria econômica, entendida como um conjunto científico sistematizado, com um corpo teórico próprio. Em 1776, publicou *A riqueza das nações*, um estudo abrangente sobre questões econômicas que englobam desde aspectos monetários e de preços até distribuição do rendimento da terra.

Sua contribuição mais conhecida foi a hipótese da mão invisível. Para Adam Smith, todos os agentes, em sua busca de lucrar o máximo, acabam promovendo o bem-estar de toda a comunidade. É como se uma mão invisível orientasse todas as decisões da economia. A defesa do mercado, como regulador das decisões econômicas de uma nação, traria muitos benefícios para a coletividade, independentemente da ação do Estado. É o princípio do liberalismo.

Adam Smith ainda teve outra importante contribuição à teoria econômica, ao destacar o papel do trabalho humano como fonte de riqueza, introduzindo a noção de produtividade como determinante da riqueza.

O período clássico teve contribuições de economistas notáveis, além de Adam Smith: Thomas Robert Malthus, Jean Baptiste Say, Frédéric Bastiat, James Mill, David Ricardo e John Stuart Mill, entre outros. A economia passou a formar um corpo teórico próprio e a desenvolver um ferramental de análise específico para as questões econômicas. Foram elaborados muitos modelos acerca do funcionamento da economia em geral. A análise de questões monetárias teve lugar de destaque e contribuiu para o desenho de algumas instituições econômicas importantes, tais como os bancos centrais.

David Ricardo é um dos grandes expoentes desse período. Desenvolveu alguns modelos econômicos com um potencial de análise muito poderoso. Sua análise de distribuição do rendimento da terra foi um trabalho seminal de muitas das ideias do chamado período neoclássico. Basicamente, Ricardo colocou que a distribuição do rendimento da terra é determinada pela produtividade das terras mais pobres, ou marginais.

John Stuart Mill, filho de James Mill, foi o grande sintetizador do pensamento clássico. Seu trabalho foi o principal texto utilizado para o ensino de economia no fim do período clássico e no início do período neoclássico. A obra de John Stuart Mill consolidou o exposto por seus antecessores, e avançou ao incorporar mais elementos institucionais e ao definir melhor as restrições, vantagens e funcionamento de uma economia de mercado.

- **A teoria neoclássica**

O período neoclássico iniciou-se na década de 1870, com as obras de William Stanley Jevons, Carl Menger e León Walras, depois desenvolvidas por seus seguidores, como Eugen Böhm-Bawerk, Joseph Alois Schumpeter, Vilfredo Pareto, Arthur C. Pigou e Francis Edgeworth. Nesse período, privilegiaram-se os aspectos microeconômicos da teoria, pois a crença na economia de mercado fez com que não se preocupasse tanto com a política e o planejamento macroeconômicos.

A obra de maior repercussão dessa época foi ***Princípios de economia***, de Alfred Marshall, publicada pela primeira vez em 1890, e que serviu como livro texto básico até a metade do século XX.

Nesse período, a formalização da análise econômica evoluiu muito. O comportamento do consumidor foi analisado em profundidade. O desejo do consumidor de maximizar sua utilidade (satisfação no consumo) e do produtor em maximizar o lucro foram a base para a elaboração de um

sofisticado aparato teórico. Por meio do estudo de funções ou curvas de utilidade e de produção, considerando restrições de fatores e restrições orçamentárias, foi possível deduzir o equilíbrio de mercado. Como o resultado dependia basicamente dos conceitos marginais (receita marginal, custo marginal, etc.), a teoria neoclássica foi também chamada de teoria marginalista.

A análise marginalista foi muito rica e variada. Alguns economistas privilegiaram alguns aspectos, como a interação de muitos mercados simultaneamente (o equilíbrio geral de Walras é um caso); outros privilegiaram aspectos de equilíbrio parcial, usando como instrumental gráfico a Caixa de Edgeworth, por exemplo.

Apesar de questões microeconômicas ocuparem o centro das atenções, houve paralelamente uma produção rica em outros aspectos da teoria econômica, como a Teoria do desenvolvimento econômico, de Joseph Alois Schumpeter, a Teoria do capital e dos juros, de Eugen Bóhm-Bawerk. Observou-se ainda um desenvolvimento da análise monetária, com a discussão sobre a Teoria quantitativa da moeda. Enquanto a abordagem microeconômica dos marginalistas preocupava-se com as estruturas e os preços relativos dos mercados específicos, na área macroeconômica, procuraram-se respostas para a determinação do nível geral de preços, separando o setor real e o setor monetário da economia, por meio da teoria quantitativa da moeda. Entretanto, alguns outros autores, como o economista sueco Knut Wicksell, buscavam os mecanismos de interligação entre os dois setores.

- **A teoria keynesiana**

A teoria keynesiana iniciou-se com a publicação de **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**, de John Maynard Keynes, na Páscoa de 1936. Muitos autores desprezaram que, a partir daí, iniciou-se a Revolução Keynesiana, tamanho o impacto da obra. Keynes seria o pai da moderna macroeconomia.

John Maynard Keynes era um economista de destaque, que ocupava a cátedra que havia sido de Alfred Marshall, na Universidade de Cambridge. Embora fosse um acadêmico respeitado, tinha preocupações com as implicações práticas da teoria econômica.

Para entender o impacto da obra de Keynes, é necessário considerar a época. A economia mundial atravessava, em 1930, uma recessão prolongada (depressão), e a teoria econômica vigente acreditava que se tratava de um problema temporário, apesar de a crise estar durando alguns anos. Predominavam o liberalismo e a crença de que o mercado sozinho permitiria recuperar o nível de atividade e emprego. A Teoria geral procurou, então, mostrar por que a combinação das políticas econômicas adotadas não funcionava adequadamente, e apontou para soluções que poderiam tirar o mundo da recessão. As prescrições apontadas, baseadas na maior intervenção do Estado na condução da economia, via gasto público, foram implementadas, e o resultado obtido aumentou de maneira meteórica as possibilidades da utilização da teoria econômica, para ajudar de maneira efetiva a melhoria do padrão de vida da coletividade.

Destaque-se a obra de Alvin Hansen e John Richard Hicks, que realizaram uma síntese entre os modelos neoclássico e keynesiano, por meio da chamada **Análise IS-LM (Investment Saving - Liquidity Money)**, ao final dos anos de 1940.

A teoria keynesiana foi rica em contribuições para todos os campos da economia, bem como para a ampliação dos horizontes de estudo.

Nos anos seguintes, houve um desenvolvimento muito grande da teoria econômica, com a incorporação do ferramental estatístico e matemático, que ajudou a formalizar ainda mais a ciência econômica.

### • **Abordagens alternativas**

A teoria econômica tem tido muitas críticas e abordagens alternativas, que fogem do denominado *mainstream*, ou corrente principal. Muitas das críticas foram e são absorvidas, e algumas abordagens alternativas foram e são incorporadas. O espectro dessas abordagens é muito amplo, disperso e, evidentemente, muito heterogêneo. Destacamos a contribuição dos marxistas e dos institucionalistas e alguns desenvolvimentos relativamente recentes na área de organização industrial e da macroeconomia.

Os marxistas tiveram como pilar de seu trabalho a obra de Karl Marx, um economista alemão que desenvolveu quase todo o seu trabalho com Friedrich Engels, na Inglaterra, na segunda metade do século XIX. O marxismo desenvolveu uma teoria de valor-trabalho e conseguiu analisar muitos aspectos da economia com seu referencial teórico. Um exemplo foi a abordagem marxista da história. A apropriação do excedente produtivo poderia explicar o processo de acumulação e a evolução das relações entre classes sociais. Karl Marx enfatizou muito o aspecto político em seu trabalho, que teve impacto ímpar não só na ciência econômica, como também em outras áreas do conhecimento.

As contribuições dos marxistas para a teoria econômica foram muitas e variadas. Entretanto, a maioria ocorreu à margem dos grandes centros de estudos ocidentais, por razões políticas e também pelo desenvolvimento da teoria microeconômica de determinação dos preços. Consequentemente, a produção teórica foi pouco divulgada. Um exemplo é o trabalho de Mikail Kalecki, um economista polonês que antecipou uma análise parecida com a da Teoria Geral de John Maynard Keynes. Contudo, o reconhecimento de seu trabalho inovador só ocorreu muito tempo depois.

Os institucionalistas, que têm como grandes expoentes os americanos Thorstein Veblen e John Kenneth Galbraith, dirigiram suas críticas ao alto grau de abstração da teoria econômica e ao fato de ela não incorporar em sua análise as instituições sociais. Daí, o nome de institucionalistas.

No campo da microeconomia, as correntes alternativas poderiam ser associadas às teorias de organização industrial, que consideraram que as hipóteses da microeconomia tradicional, como empresa tomadora de preços, maximização de lucros, concorrência perfeita e racionalidade dos agentes, dificilmente caracterizariam o mundo econômico real.

Isso seria particularmente verdadeiro no estudo de mercados em concorrência imperfeita, pois empresas de grande porte não são tomadoras de preços no mercado, mas têm poder para determinar seu preço, observando apenas seus custos de produção, sobre os quais colocam uma margem denominada *mark up*.

A contribuição das abordagens alternativas tem sido fundamental para corrigir as falhas existentes na teoria tradicional, bem como para apontar novos caminhos para a evolução da ciência econômica.

### • **Desdobramentos recentes**

O debate sobre aspectos do trabalho de Keynes dura até hoje, destacando-se quatro grupos:

- os novos clássicos,
- os economistas do lado da oferta,
- os novos keynesianos, e
- os pós-keynesianos.

Apesar de nenhum dos grupos ter um pensamento homogêneo e todos terem pequenas divergências, é possível fazer algumas generalizações.

**Novos clássicos** - estão associados principalmente à Universidade de Chicago, e têm como economistas de maior destaque Thomas Sargent e Robert Lucas. De maneira geral, seguem o monetarismo, ao privilegiar o controle da moeda e um baixo grau de intervencionismo do Estado. Contudo, a grande diferença com o modelo monetarista é a suposição de que os agentes formam expectativas racionais. Isso quer dizer que os indivíduos são capazes de aprender da experiência, o que pode permitir que, em certos casos, sejam capazes de antecipar as alterações de política monetária, anulando seus impactos negativos.

**Economistas do lado da oferta ou da teoria dos ciclos econômicos reais** - entre os quais se destaca o ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2004, Edward Prescott, enfatizam o papel dos choques de oferta na explicação das flutuações econômicas.

**Novos keynesianos** - têm seu maior expoente em James Tobin, da Universidade de Yale. De maneira geral, recomendam o uso de políticas fiscais ativas e maior grau de intervenção do governo, em virtude da rigidez em alguns pontos do sistema econômico, que impediriam que o mercado se autorregulasse, amplificando os efeitos das flutuações da atividade econômica.

**Pós-keynesianos** - têm um trabalho que explora outras implicações da obra de Keynes, enfatizando o papel da moeda e da especulação financeira. Pode-se associar a este grupo a economista Joan Robinson, que era muito ligada a John Maynard Keynes. Na realidade, os pós-keynesianos retornaram à obra básica de Keynes, pois julgaram que a interpretação que foi dada com base na sistematização da Análise IS-LM não é a leitura correta de Keynes, em particular no tocante à questão da incerteza, pouco enfatizada naquela análise.

No fundo, o debate na área macroeconômica, em sua essência, não difere muito daquele inaugurado, praticamente, por Keynes, sobre a necessidade ou não da intervenção do governo na economia; ou seja, se o sistema capitalista pode ou não ser autorregulável.

No campo da microeconomia, os desenvolvimentos teóricos vêm-se dando em duas vertentes, ambas procurando aproximá-la da economia real dos mercados. Por um lado, uma continuidade da linha tradicional neoclássica, na área de Teoria dos Jogos e Economia da Informação, na qual, diferentemente do modelo tradicional de concorrência perfeita, em que as empresas são tomadoras de preço no mercado, a firma pode afetar variáveis relevantes para sua decisão, e tem um comportamento mais estratégico. Por outro lado, numa direção mais crítica dos pressupostos da teoria tradicional, há as teorias de organização industrial, que, como já observamos, contestam a hipótese de que as empresas são tomadoras de preços e que maximizam lucros, pilares do modelo neoclássico.

### • Período mais recente

O período mais recente está marcado por três características principais.

- Em primeiro lugar, existe consciência maior das limitações e possibilidades de aplicações da teoria.
- O segundo ponto é o avanço no conteúdo empírico da economia.
- E, finalmente, no terceiro, observamos avanço e consolidação das contribuições dos períodos anteriores.

O desenvolvimento da informática permitiu um processamento de informações em volumes e precisão sem precedentes. A teoria econômica passou a ter um conteúdo empírico que lhe conferiu uma aplicação prática maior. Hoje, é possível acessar de qualquer ponto do planeta uma

infinidade de bancos de dados, que são atualizados constantemente. Por um lado, isso permite um aprimoramento constante da teoria existente, e, por outro, abre novas frentes importantes.

Todo o corpo teórico da economia avançou consideravelmente. Hoje, a análise econômica engloba quase todos os aspectos da vida humana, e o impacto desses estudos na melhoria do padrão de vida e do bem-estar de nossa sociedade é considerável. O controle e o planejamento macroeconômico permitem antecipar muitos problemas e evitar algumas flutuações desnecessárias.

A teoria econômica tem avançado em muitas frentes. Um exemplo é a área de finanças empresariais. Até alguns anos atrás, a teoria de finanças era basicamente descritiva, com baixo conteúdo empírico. A incorporação de algumas técnicas econométricas, conceitos de equilíbrio de mercados e hipóteses sobre o comportamento dos agentes econômicos revolucionaram a teoria de finanças. Essa revolução se refletiu também nos mercados financeiros, com a explosão dos chamados mercados futuros e de derivativos.

**Fonte:** VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Economia: micro e macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006.



### Exercícios

**Com base na leitura que você realizou deste capítulo, responda questões propostas a seguir que visam fixar os conhecimentos adquiridos até aqui.**

- 1) Defina sucintamente o que é Economia.
- 2) Como se origina e em que consiste o problema da escassez na economia?
- 3) Explique os problemas fundamentais da economia.
- 4) De que se trata o custo econômico sob o ponto de vista de uma produção.
- 5) Em que se baseiam as decisões das pessoas na hora de adquirir um bem ou serviço?
- 6) Em que se baseia a decisão de uma empresa ao decidir o que deve produzir?
- 7) Como a inflação afeta o poder de compra da população?
- 8) Em que aspecto a Microeconomia se diferencia da Macroeconomia?
- 9) Assista ao vídeo com a explicação de Milton Friedman, e explique com suas palavras o que significa a questão de a economia ser algo interdependente e cooperativo.
- 10) E sobre o vídeo “nada é de graça”, o que você destacaria sob o ponto de vista do que leu no presente capítulo?

# Demanda, oferta e equilíbrio de mercado

O texto do presente capítulo baseia-se nas seguintes fontes: Mankiw (2007, 2013), Pinho, Vasconcelos e Tonetto Jr (2006), Vasconcelos (2011) e Vasconcelos e Garcia (2014).

## Por que este capítulo é importante para o seu aprendizado?

Este capítulo é importante, pois nele será apresentado o tema sobre o funcionamento do mercado, e como, à luz da teoria microeconômica, os consumidores e produtores se comportam e reagem às ações uns dos outros. Nele introduziremos o tema sobre demanda e oferta e veremos como os preços são formados na economia, bem como respostas que eles dão às variações de ambas. Assumiremos implicitamente tratar-se de uma economia de mercado, sem barreiras às trocas de mercado.

## Objetivos de aprendizagem

Por meio da leitura deste capítulo você deverá ser capaz de saber como funcionam a demanda e a oferta de bens e serviços, quais variáveis as afetam, como elas se relacionam e ainda estimar medidas de reação sobre como cada uma delas é afetada por essas variáveis.

### 1. Demanda

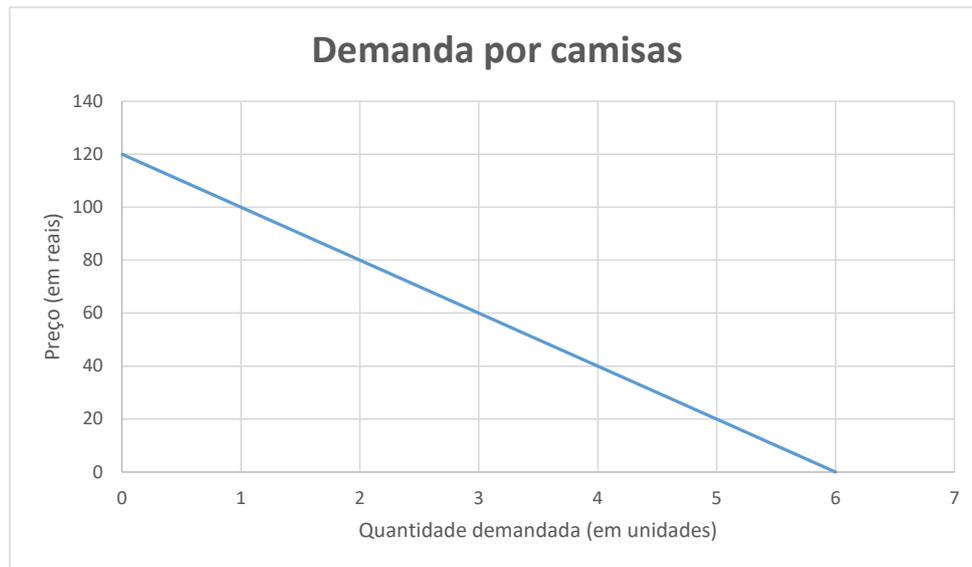
Podemos entender demanda como a quantidade de determinado bem ou serviço que os consumidores desejam e estão aptos a adquirir dentro de um intervalo de tempo. Para determinar a demanda de mercado, devemos fazer a soma das quantidades demandadas por todos os consumidores individuais a cada possível preço.

Existem diversas variáveis que interferem na quantidade demandada de um produto. Dentre elas, devemos ressaltar:

- O preço do bem em questão;
- A renda do consumidor;
- Os gostos do consumidor;
- A disponibilidade de bens substitutos ou complementares.

A palavra “consumidor” assume o sentido de um representante mediano ou típico dos consumidores de determinado bem ou serviço existente na economia.

A linha do gráfico é chamada de curva de demanda. Ela relaciona a quantidade demandada de determinado bem para cada nível de preço. Podemos observar que esta curva é decrescente, o que significa que à medida que o preço do produto diminui a procura por ele aumenta; do mesmo modo, quantidades maiores estão associadas a preços mais baixos.



No caso do gráfico, vemos um exemplo de como seria o comportamento de um consumidor que está interessado em comprar roupas novas. Caso haja camisas ao preço de R\$20,00 cada, ele compraria cinco unidades. Porém, à medida que o preço das camisas sobe, o consumidor recua na disposição de comprar mais quantidades; caso elas cheguem ao preço de R\$100,00 cada, haveria demanda para apenas uma unidade. Esse seria o preço máximo que o consumidor estaria disposto a pagar por uma única unidade do bem. Para comprar uma segunda unidade, para além da quantidade mínima, portanto, seriam duas unidades, caso o preço fosse R\$ 80, e assim por diante.



**Lei da Demanda:** “Com tudo o mais mantido constante, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade demandada deste diminui; quando o preço diminui, a quantidade demanda do bem aumenta” (Fonte: MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2013).

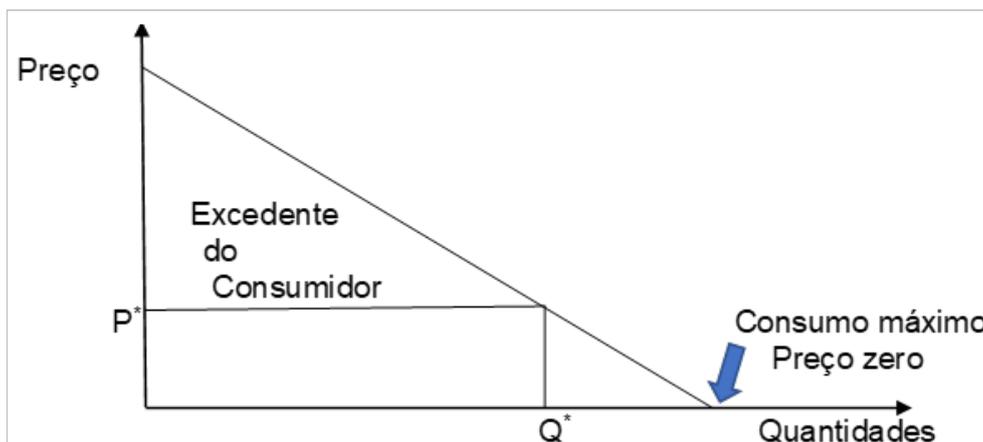
## 1.1. Por que funciona assim?

A razão básica é que o consumidor adquirirá maior quantidade de bens para além de uma unidade, se - e somente se - as unidades extras a essa tiverem um preço mais baixo em razão de a **utilidade marginal**, trazida pelas unidades extras à primeira unidade, ser decrescente.



**Utilidade marginal** - pense no café da manhã que as pessoas tomam: a primeira xícara tem um sabor melhor que a segunda, e esta, melhor que a terceira. Esse sabor que vai diminuindo à medida que aumenta a quantidade consumida é a utilidade marginal, ou seja, a decrescente satisfação adicional que cada unidade extra, no caso, cada xícara de café, traz ao consumidor). Em face disso, o consumidor apenas compraria mais xícaras de café, se o preço de cada uma delas, para quantidades maiores do que 1 xícara, fosse mais baixo do que o preço máximo que pagaria por apenas 1 xícara. Esse é o raciocínio por trás do exemplo das camisas e provavelmente em muitos outros bens e serviços da economia.

Conforme ilustração a seguir, a área coberta entre o preço máximo que o consumidor está disposto a pagar e o preço que efetivamente paga por uma quantidade determinada de bens e serviços, respectivamente  $P^*$  e  $Q^*$ , chama-se Excedente do Consumidor. Conceitualmente, é uma medida de bem-estar econômico importante que ajuda a entender muitas coisas, sobretudo se os consumidores acham “barato” consumir um bem ou serviço.



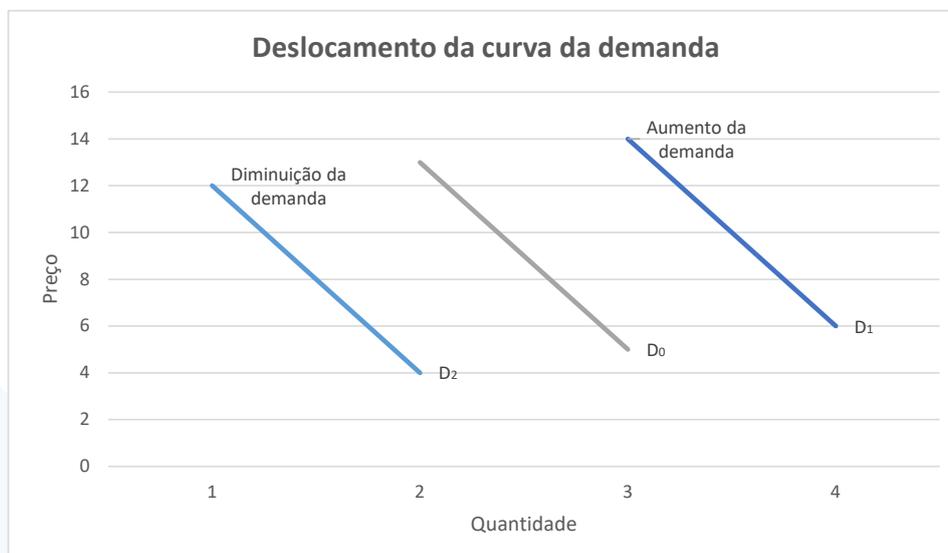
- O que acha de isentar pessoas de baixa renda da taxa de consumo de água? Qual seria o efeito?

- **Resposta:** haveria consumo máximo possível, pois ao preço igual a zero, a estratégia mais lucrativa é consumir o máximo, porque assim se maximiza o excedente do consumidor. Assim, com preço igual a zero, haveria consumo não-econômico de água por parte das pessoas isentas da taxa (NELLIS e PARKER, 2003). A reação da companhia fornecedora de água, portanto, seria elevar o preço dos consumidores que pagam pela água para beneficiar os consumidores que não pagam.

Parecido com isso é a lei que obriga cobrar “meia-entrada” dos estudantes no cinema. A lei não altera os custos do proprietário do cinema; este, em resposta, cobra ingresso mais caro dos outros frequentadores pagantes para conceder desconto de 50% aos estudantes. É simples: nada é de graça!

## 1.2. Variáveis que afetam a demanda de um produto

Segundo Vasconcellos e Garcia (2014), existem outras variáveis além do preço do produto que interferem na demanda por um bem ou serviço e deslocam a curva da demanda de mercado. São elas: renda dos consumidores; preço de outros bens ou serviços, sejam eles concorrentes ou complementares; e gosto dos consumidores. Vamos analisar algumas delas e entender como se relacionam diretamente com a demanda. É comum aos itens causar deslocamentos na curva de demanda, conforme figura a seguir:



### Preço de outros bens

Refere-se a preços de bens substitutos ou complementares.

- **Bens substitutos** - são chamados assim, caso o aumento no preço de um produto leve ao aumento na demanda de outro produto (deslocando de  $D_0$  para  $D_1$ , por exemplo, a demanda desse outro produto cujo preço se manteve constante); ou o inverso: a queda no preço de um diminui a demanda por outro (deslocando de  $D_0$  para  $D_1$ ). Ou seja, são produtos que podem ser usados um no lugar do outro, como, por exemplo, a manteiga e a margarina, a carne de frango e a carne vermelha, táxi e Uber, etc.

- **Bens complementares** - são denominados dessa forma, caso haja uma relação inversa entre o preço de um produto e a demanda de outro; ou seja, o aumento no preço de um bem leve à diminuição da demanda de outro ou a queda no preço de um produto leve ao aumento na demanda de outro. São complementares, porque normalmente esses produtos são consumidos em conjunto, como gasolina e carros, pão e manteiga, etc.

### • Renda dos consumidores

Uma variação na renda do consumidor pode levá-lo a uma mudança de hábitos e, com isso, ele diminui a demanda por alguns bens e serviços e aumenta a demanda por outros. Caso uma pessoa seja demitida de seu emprego ou tenha uma redução salarial, ela provavelmente terá que reduzir seu consumo (“economizar”), já que terá menos renda para suprir seus gastos totais. Para isso, cortará gastos que não são extremamente necessários para ela sobreviver e deixará de viajar; diminuirá a frequência com que vai ao cinema, bares, restaurantes, etc.

Porém, isso pode fazer com que esta pessoa aumente a demanda por outros bens e serviços, por exemplo, usar mais o transporte público, já que gastos com combustível, seguro e manutenção para manter um veículo podem não se encaixar mais em seu orçamento.

- **Bens normais** - são aqueles cuja demanda aumenta em resposta a um aumento de renda;

- **Bens superiores** - são aqueles cuja demanda aumenta mais que proporcionalmente ao aumento da renda (como a carne bovina de primeira);

- **Bens inferiores** - aqueles cuja demanda aumenta quando o consumidor tem uma redução na renda (por exemplo, o serviço público de transporte coletivo ou ônibus).

Além disso, o indivíduo pode também receber um aumento salarial, o que aumentará o seu poder de compra e consumo. Poderá, assim, elevar o seu padrão de vida, o que levará à maior demanda por produtos que já consumia e que antes não tinha condições de pagar, e por aqueles de maior qualidade (um aumento de renda pode gerar mais demanda por carne de primeira, por exemplo, como filé ou picanha). Esta pessoa pode se interessar em trocar seu carro por um modelo mais novo, viajar com mais frequência, sair mais para bares e restaurantes, comprar roupas de marcas mais renomadas, mudar-se de casa, etc.

### • Gostos dos consumidores

O gosto dos consumidores é algo bastante incerto, já que pode mudar rapidamente, além de ser constantemente influenciado por publicidades, propagandas e pesquisas científicas. Se uma pessoa gosta de ovos, é normal que ela consuma esse bem; porém, caso ela tenha visto uma pesquisa científica na qual se concluiu que comer ovos aumenta o colesterol, ela diminuirá o seu consumo, o que levará a uma queda na demanda por este produto. Na década de 1970, propagou-se uma notícia de que consumo de ovos elevava as taxas de colesterol, e, em face disso, seu consumo e seu preço real se reduziram.

Caso seja feita uma campanha publicitária, promovendo o consumo de suco natural de laranja e mostrando os benefícios que ele traz à saúde de uma pessoa, isso despertará o interesse de parte da população que esteja em busca de uma vida mais saudável, e, assim, esses indivíduos passarão a consumir mais esse produto, aumentando a demanda por suco natural de laranja.

Em resumo, demanda ou procura designa disposição e poder de consumo. Quando levamos em consideração os preços do próprio bem e as quantidades, nossa análise de centra em combinações em cima da curva de demanda, ao passo que quando se consideram essas outras variáveis (renda, gostos, preços de outros bens) a análise implica em deslocamentos da curva de demanda.

## 2. Oferta

Podemos entender oferta como a quantidade de determinado bem ou serviço que os produtores estão dispostos a vender no mercado, dentro de um intervalo de tempo a certo preço.

- **Curva de oferta** - é o conjunto de combinações entre preços e quantidades que os produtores produziram e venderiam a cada nível de preços; maiores quantidades estão associadas a preços mais altos. Por quê? Porque a escolha de produzir mais de um bem implica desistir de produzir outros produtos, e essa escolha só faz sentido se for para produzir o bem cujo preço é mais alto. É a ideia de custo econômico ou custo de oportunidade. A curva de oferta é crescente, porque reflete o custo marginal crescente, do ponto de vista do custo de oportunidade do produtor, de dedicar-se mais à produção de um bem do que de outro. Só fará isso, se for compensado com preço mais elevado.

Assim como na demanda, existem diversas variáveis que interferem na oferta de um produto. Dentre elas, devemos ressaltar: o preço do próprio bem, o custo de produção, desenvolvimento tecnológico e o preço de outros bens



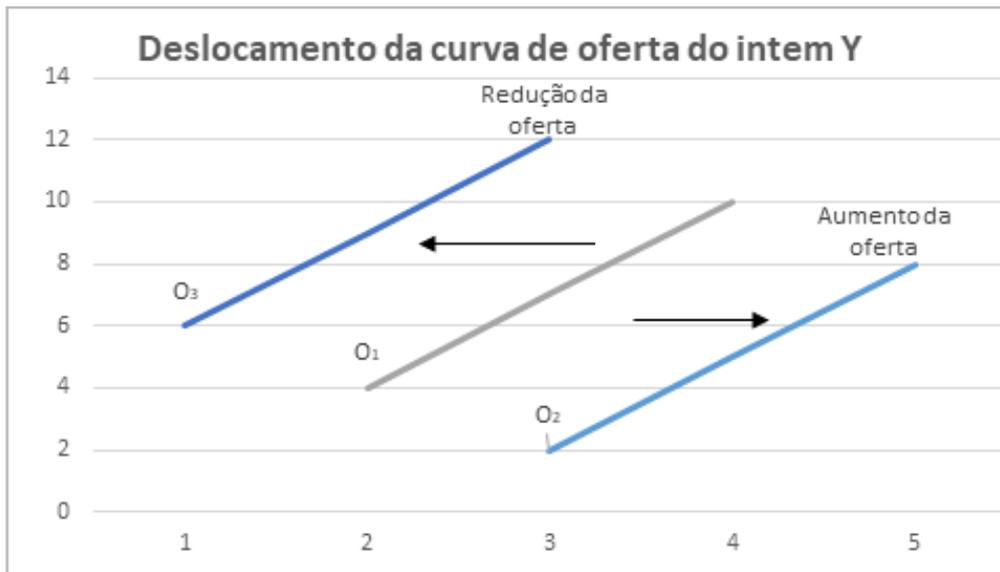
Neste gráfico, vemos um exemplo de como seria o comportamento de um fabricante de chocolates, de acordo com o preço de mercado de uma barra deste produto. À medida em que o seu preço aumenta (por qualquer razão), torna-se interessante para o fabricante aumentar a sua produção.



**Lei da Oferta** - “Com tudo o mais mantido constante, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade ofertada desse bem também aumenta; quando o preço de um bem cai, a quantidade ofertada desse bem também cai” (Fonte: MANKIW, N. G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2013).

## 2.1. Variáveis que interferem na oferta de um produto

Além do preço dos bens ou serviços, a oferta também é afetada por outros fatores que influenciam na quantidade que os vendedores desejam produzir e podem deslocar a curva da oferta.



- **Custos de produção**

Para a produção de um bem são utilizados diversos insumos. Caso haja uma variação no preço desses insumos, a oferta será diretamente afetada. Para a produção de pães de queijo, alguns dos ingredientes necessários são: leite, queijo, óleo, sal, polvilho e ovos. Caso haja uma queda no custo de aquisição de algum desses ingredientes, o custo final da produção será menor, fazendo com que a margem de lucro de quem produz e vende pães de queijo, a determinado preço, seja maior (desloca de  $O_1$  para  $O_2$  por exemplo). Isso incentiva essas pessoas a aumentarem o volume de sua produção, visando à venda, dada uma demanda.

Porém, se o contrário ocorrer e houver um aumento no preço desses ingredientes, a margem de lucro de quem vende esse produto será menor, levando os fabricantes a diminuírem sua produção. Muitas vezes, eles não conseguem se manter e isso pode levar empresas a fecharem suas portas, o que diminui a quantidade de produto disponível para a venda no mercado (desloca de  $O_1$  para  $O_2$  por exemplo).

- **Tecnologia**

O surgimento de novas tecnologias e o aprimoramento das já existentes é outro fator fundamental para o aumento da oferta de um bem ou serviço. Uma vez que o surgimento de máquinas tem possibilitado uma grande economia de tempo e dinheiro no processo produtivo, muitas empresas adotam essas tecnologias que elevam sua produtividade. Uma batedeira de massas acelera a produção em uma padaria, por exemplo, e diminui o número de funcionários necessários. Con-

sequentemente, a produção fica com custo mais reduzido, já que nesse estabelecimento algumas pessoas eram contratadas apenas para preparar a massa de pães, bolos, biscoitos, etc.

Considerando um mesmo nível de preços, é possível produzir mais quantidades com os mesmos insumos, como ocorreu, por exemplo, com a agricultura medieval, quando foi adotado o emprego do cavalo no lugar do boi no trabalho agrícola.



Um exemplo final dessa situação é a dramática elevação de produtividade da soja brasileira promovida por pesquisas da Embrapa, como mostra a seguinte reportagem: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/46816126/publicacao-da-embrapa-mostra-que-soja-brasileira-tem-tecnologia-para-aumento-de-producao-sem-pessao-por-areas-de-florestas>

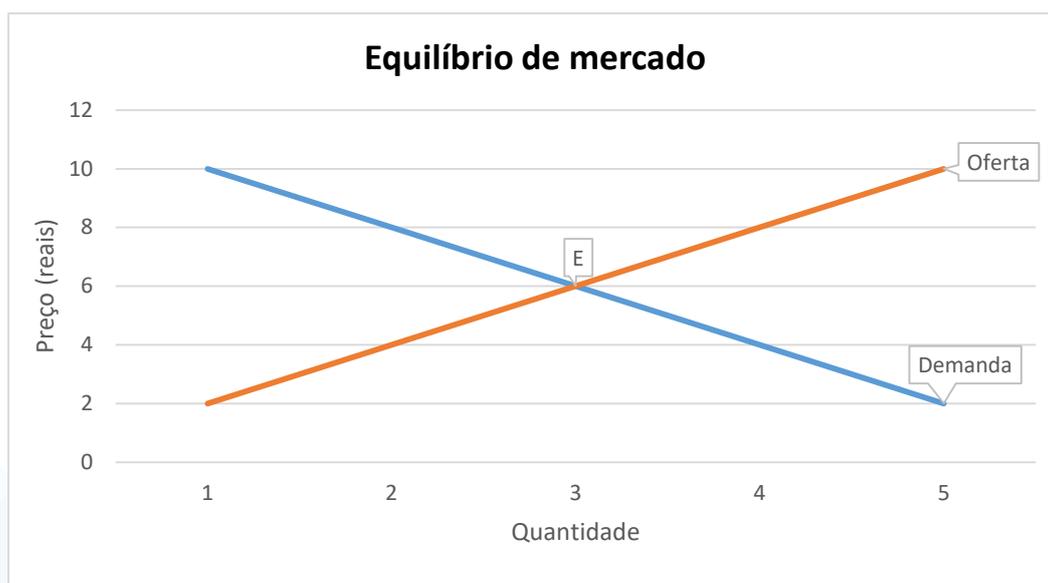
### • Preço de outros bens

Uma mudança no preço dos demais bens produzidos também pode afetar a oferta de determinado produto. Caso o preço de outros produtos aumente, mas o de um produto específico não se eleve, as pessoas vão perder o interesse em sua produção, diminuindo sua oferta. Porém, caso os outros produtos caiam de preço, o produto específico considerado pode se tornar atraente para novos produtores, que passariam a produzi-lo e aumentaria sua oferta.

Novamente, quando consideramos a oferta de um bem por meio da relação entre preço e quantidade, nossa análise refere-se a combinações em cima da curva de oferta, ao passo que as outras variáveis expostas nos parágrafos anteriores deslocam a curva de oferta.

## 2.2. Equilíbrio de mercado

Como vimos anteriormente, relacionando o preço com a quantidade demandada e, em seguida, com a quantidade ofertada, obtemos a curva da demanda (decrecente) e a curva da oferta (crescente), respectivamente. É necessário estudar a demanda e a oferta juntas, como partes de um mercado no qual as duas interagem. Assim, juntamos no gráfico a seguir as curvas da oferta e da demanda.



Podemos observar que o ponto E representa a intersecção entre as curvas da demanda e da oferta. Nesse ponto, o preço de equilíbrio está associado com a quantidade que os consumidores

desejam comprar, sendo idêntica à quantidade que os produtores ou vendedores desejam oferecer. Chamamos este de **ponto de equilíbrio de mercado**, e, neste ponto, denominamos **preço de equilíbrio** e a quantidade chamamos de **quantidade de equilíbrio**.

Acima do ponto E, a um preço maior que o preço de equilíbrio, haverá um excesso de oferta, na qual a produção só será escoada, se for oferecida a um preço mais baixo; inversamente, abaixo dele, quanto menor o preço, haverá um excesso de demanda, que rapidamente induzirá os produtores a elevar o preço, de forma a se ajustar à quantidade de equilíbrio.



Nas situações em que o mercado não esteja em equilíbrio, o preço tende a se ajustar para atingir este estado novamente. Quando o mercado está passando por um excesso de demanda de um produto, o preço dele tende a se elevar, pois os consumidores que mais valorizam os bens demandarão mais por eles, e os vendedores veem nesta situação a oportunidade de aumentar seu lucro. Assim, como eles não têm produto suficiente para atender a toda a demanda, apenas quem tem disposição de pagar um preço mais alto é que terá acesso a esse bem.

Já quando o mercado está passando por um excesso de oferta, os preços tendem a se reduzir, já que os vendedores percebem que não são capazes de vender toda a produção. Para que eles consigam vender tudo o que desejam, a única saída se torna a redução do preço.

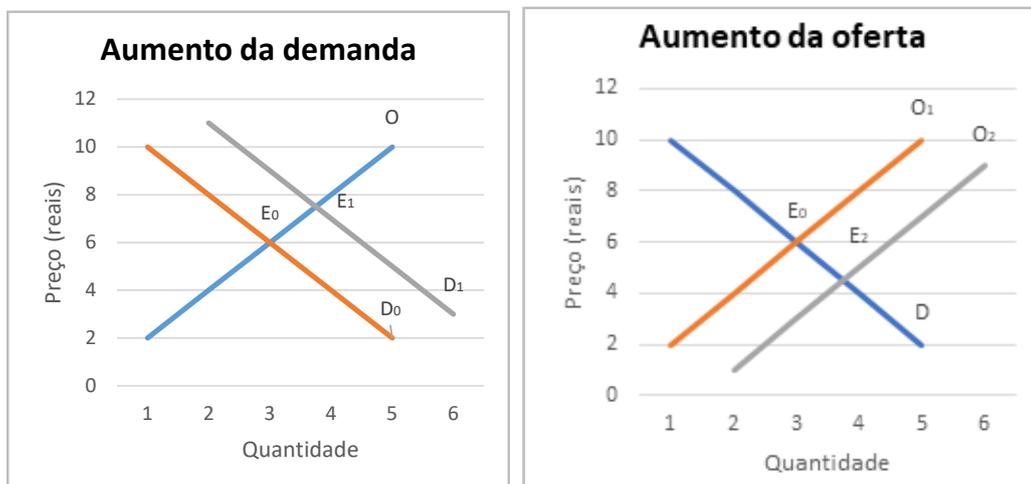
Portanto, as interações entre produtores e consumidores conduzem naturalmente o mercado ao ponto de equilíbrio.



**Lei da Oferta e da Demanda:** “O preço de qualquer bem se ajusta para trazer a quantidade ofertada e a quantidade demandada do bem para o equilíbrio” (Fonte: MANKIW, N. G. Introdução à Economia. São Paulo: Cengage Learning, 2013).

## 3. Mudanças do ponto de equilíbrio

Como já vimos, as curvas da oferta e da demanda se deslocam para a direita e para a esquerda, de acordo com algumas variações; no caso do tema da presente seção, mudanças induzem a que o ponto de equilíbrio também seja alterado.



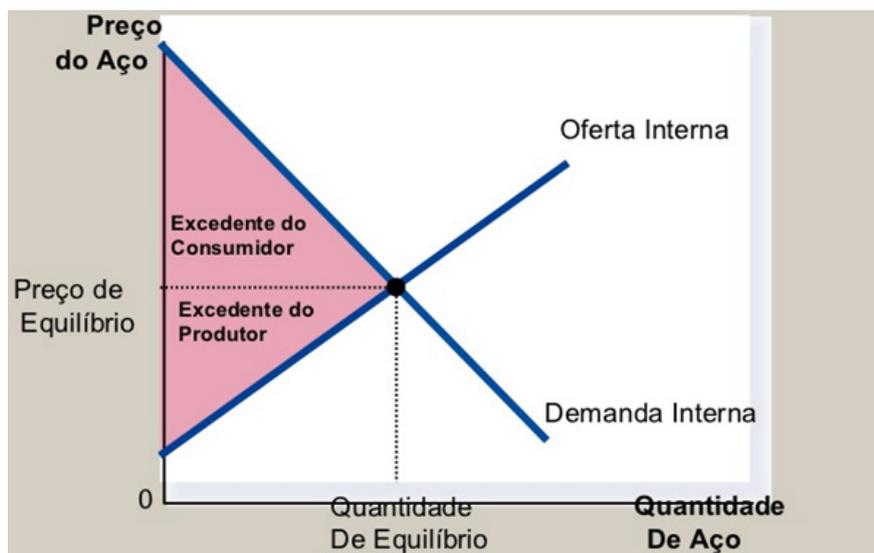
Caso haja um deslocamento da curva da demanda (gráfico à esquerda), o novo ponto de equilíbrio (E<sub>1</sub>) será definido pela interseção entre curva da oferta que não sofreu alterações e a nova

curva da demanda. Um exemplo do gráfico da esquerda é o comportamento do preço da carne bovina no final do ano: aumenta a demanda e o preço. Outro exemplo é o serviço de transporte por aplicativo em dias de chuva ou em horários de pico.

Se houver um deslocamento da curva da oferta (gráfico à direita), o novo ponto de equilíbrio ( $E_2$ ) será definido pela interseção entre a curva da demanda que não sofreu alterações e a nova curva da oferta; um exemplo do gráfico da direita é uma produção excelente de alface: dada a demanda por alface, uma maior oferta reduz seu preço. E, caso ambas as curvas se desloquem, a regra continua a mesma: o novo ponto de equilíbrio será definido pela interseção das novas curvas. Isso afetará também o preço e a quantidade de equilíbrio.

Para concluir a seção, destacamos os conceitos de excedentes do consumidor e do produtor.

- **Excedente do consumidor** - é o benefício total obtido pelo consumidor, considerando o preço que estaria disposto a pagar por uma unidade e o preço que paga pela quantidade ao preço de equilíbrio.
- **Excedente do produtor** - é o benefício total obtido pelo produtor entre o preço mínimo que estaria disposto a cobrar por uma unidade e o preço pelo qual vende a quantidade em equilíbrio.
- **Excedente Total** - é a soma das duas áreas, que pode ser entendida como bem-estar econômico. Quanto maior for o conjunto de trocas de mercado entre produtores e consumidores, maior será o bem-estar econômico e maior a eficiência econômica. Veremos no capítulo 4 que os impostos reduzem esse excedente total.



Fonte: <https://pt.slideshare.net/jfvinci/microeconomia-ri-espm>

Outra forma de entender as relações entre oferta e demanda é algebricamente. Por exemplo, suponha que as curvas de oferta ( $S$ ) e demanda ( $D$ ) de um mercado sejam descritas pelas equações a seguir.

$$Q_s = 10 + 15P \text{ e } Q_d = 20 - 10P$$

- Qual a quantidade e o preço de equilíbrio?
- Se houver aumento de cinco unidades na demanda espontânea, sem que haja mudança na oferta, qual será o efeito no preço e na quantidade de equilíbrio?

**Solução:**

a) Qual a quantidade e o preço de equilíbrio?

Basta igualar as duas equações:

$$20 - 10P = 10 + 15P$$

$$20 - 10 = 15P + 10P$$

$$10 = 25P$$

$$P = \frac{10}{25} \rightarrow P = 0,40 = \text{Preço de equilíbrio}$$

Quantidade de equilíbrio =  $Q_D = 20 - 10 \times 0,40 = 16$  unidades

b) Se houver aumento de 5 unidades na demanda espontânea, sem que haja mudança na oferta, qual o efeito no preço e na quantidade de equilíbrio?

Nova equação da demanda é  $Q_D = 20 + 5 - 10P$  e a equação da oferta fica a mesma inicial. Novo preço de equilíbrio, resolvendo as equações como feito anteriormente, considerando a nova equação de demanda, ficamos com preço de equilíbrio de  $P = 0,6$ ; a nova quantidade de equilíbrio é 19 unidades.

## 4. Elasticidade

O mercado está sujeito a diversas situações que afetam a oferta e a demanda de bens e serviços.



Qual seria a reação dos consumidores sobre um aumento no preço da carne vermelha? De acordo com a lei da demanda, eles reduziram o consumo, mas em quanto? A elasticidade é uma medida que estima o quanto os consumidores e os produtores (vendedores) são sensíveis a essas alterações no mercado.

### 4.1. Elasticidade da demanda

A elasticidade-preço da demanda mede como a variação no preço de um produto afeta a quantidade demandada desse mesmo produto. Quando a elasticidade indicar **demanda inelástica**, os consumidores reduzirão a demanda, mas menos que proporcionalmente ao aumento no preço - e isso beneficia o produtor.

No caso de **demanda elástica**, o consumidor tem mais possibilidade de sair do mercado e desistir do consumo do bem, ao contrário de bens cuja demanda é inelástica. Conforme Vasconcelos e Garcia(2014) apontaram no livro Fundamentos de economia, o cálculo da elasticidade é feito dividindo a variação percentual na quantidade demandada pela variação percentual do preço (consideramos o valor absoluto, sem considerar o sinal da variação). Ou seja:

$$\text{Elasticidade-preço da demanda} = \frac{\text{Variação percentual na quantidade demandada}}{\text{Variação percentual no preço}}$$

A variação percentual do preço deve ser calculada da seguinte forma:

Onde:

$P_0$  = Preço inicial

$P_1$  = Preço final

A variação percentual na quantidade demandada deve ser calculada da seguinte forma:

$$\text{Variação percentual na quantidade demandada} = \frac{Q_1 - Q_0}{Q_0}$$

Onde:

$Q_0$  = Quantidade demandada ao preço  $Q_0$

$Q_1$  = Quantidade demandada ao preço  $Q_1$

A demanda pode ser considerada elástica, inelástica ou unitária (consideramos seu valor absoluto, ignorando o sinal da variação):

- **A demanda será chamada de elástica** - quando a variação na quantidade for maior do que a variação do preço, ou **Elasticidade-preço da demanda**  $> 1$ . Como exemplo temos boa parte dos bens e serviços, como alimentos e eletrônicos;
- **A demanda será chamada de inelástica** - quando a variação na quantidade for menor do que a variação do preço, ou **Elasticidade-preço da demanda**  $< 1$ . Como exemplo, temos serviços como eletricidade e telefone;
- **A demanda será chamada de unitária** - quando a variação percentual do preço provocar uma variação percentual exatamente igual na quantidade demandada, melhor dizendo, quando em módulo a elasticidade-preço da demanda for igual a 1, ou **Elasticidade-preço da demanda**  $= 1$  ou **|Elasticidade-preço da demanda|**  $= 1$ .

## 4.2. Outras medidas de elasticidade da demanda

Existem outros tipos de elasticidade utilizados para analisar o comportamento do consumidor no mercado.

- **Elasticidade-renda da demanda:** mede as consequências de uma variação na renda do consumidor sobre a quantidade demandada de um produto, por meio da seguinte razão:

$$\text{Elasticidade-preço cruzada da demanda} = \frac{\text{Variação percentual na quantidade demandada do bem X}}{\text{Variação percentual no preço do bem Y}}$$

Caso essa elasticidade seja positiva, os bens X e Y são substitutos, como é o caso da carne vermelha e a carne de frango. O aumento no preço da carne vermelha provoca o aumento no consumo de carne de frango. Caso essa elasticidade seja negativa, os bens X e Y são complementares, como podemos observar neste exemplo: o aumento no preço das televisões diminui a demanda por serviço de TV a cabo.

## 4.3. Elasticidade da oferta

A elasticidade-preço da oferta é menos difundida que a da demanda. Ela mede o quanto a quantidade ofertada de um bem ou serviço é afetada pela variação de seu preço. Quando a quantidade ofertada é bastante afetada pela variação do preço, dizemos que esta oferta é elástica. Todavia quando a quantidade ofertada não sofre alterações tão significativas dizemos que esta oferta é inelástica.



É relevante ressaltar que a oferta normalmente é mais elástica quando tratamos de um cenário a longo prazo. Isso porque é difícil para o empresário elevar sua produção e aumentar sua fábrica, suas instalações, sua lavoura, enfim, em um curto intervalo de tempo. Além disso, com o passar do tempo, novas empresas podem surgir e outras podem fechar, tornando esta oferta mais elástica.

Para descobrir a medida da elasticidade-preço da oferta, é preciso calcular a razão entre a variação percentual da quantidade ofertada e a variação percentual do preço. Ou seja:

$$\text{Elasticidade-preço da oferta} = \frac{\text{Variação percentual da quantidade ofertada}}{\text{Variação percentual do preço}}$$

## 5. Leitura complementar

Sugere-se a leitura de um artigo muito atual sobre a elasticidade das exportações brasileiras. Consulte o seguinte link:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512019000100193](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512019000100193)>

## 6. Resumo & conclusões

Neste capítulo vimos que a demanda está ligada ao consumidor, enquanto a oferta remete ao produtor. É de extrema importância analisar as duas juntamente, pois é essa união que faz os mercados funcionarem e para entendê-los é necessário estudar como essas forças da oferta e da demanda se relacionam determinando preços e quantidades de bens e serviços dentro de um mercado competitivo, já que esses podem oscilar bastante sendo afetadas até mesmo por outros bens. Agora você já consegue ter uma pequena noção de como funcionam os mercados e no próximo capítulo vamos analisá-los um pouco mais e entender melhor suas estruturas.



## Exercícios

- 1) Com base na leitura que você realizou deste capítulo, responda questões propostas a seguir que visam fixar os conhecimentos adquiridos até aqui.
- 2) O que você entende como demanda de mercado?
- 3) Como os preços de outros bens podem afetar a demanda por determinado produto?
- 4) O que você entende como oferta de mercado?
- 5) Como o desenvolvimento tecnológico pode afetar a oferta de um produto no mercado?
- 6) O que você entende por equilíbrio de mercado?
- 7) Por que dizemos que naturalmente os produtores e consumidores conduzem o mercado para o equilíbrio?
- 8) O que acontece com o ponto de equilíbrio do mercado caso ocorra um aumento da demanda de determinado produto? Responda desenhando um gráfico que represente este acontecimento.

- 9) O que significa dizer que a demanda por um produto X é inelástica?
- 10) Como se calcula a elasticidade-preço da oferta de um bem ou serviço?
- 11) Considere um dia chuvoso no final da tarde. Qual a diferença fundamental entre o serviço de táxi de 10 anos atrás e o serviço de Uber hoje?
- 12) Caso se isentar de pagamento da taxa de água as famílias carentes, qual o comportamento esperado quanto ao consumo com água?
- 13) Caso ocorrer geada em uma região produtora de alface, que se espera que ocorra com seu preço? Sob quais condições não haveria mudança no preço?
- 14) Com o conteúdo de sua leitura do presente capítulo, qual a explicação para uma possível crise de abastecimento de alimentos em um país socialista e fechado como a Coreia do Norte?
- 15) Considere a seguinte declaração de uma autoridade em Economia: “Boas notícias para a agricultura podem ser más notícias para os agricultores.” Explique, baseado no que você leu no presente capítulo.
- 16) Suponha que as curvas de oferta e demanda de um mercado sejam descritas pelas equações a seguir.
- 17)  $Q_s = 20 + 5P$  e  $Q_d = 40 - 3P$
- Qual a quantidade e o preço de equilíbrio?
  - Se houver aumento de 2 unidades na demanda espontânea, sem que haja mudança na oferta, qual o efeito no preço e na quantidade de equilíbrio?
- 18) Um economista estimou que, ao preço de R\$2, eram vendidas 1000 unidades de cafezinho por mês na cidade. Quando o preço aumentou para R\$2,50, a quantidade caiu para 700 unidades por mês. Qual é a elasticidade preço da demanda por cafezinho?
- 19) Os consumidores de roupas possuem, em média, renda de R\$5.000 mensais. A essa renda, demandavam cerca de 12 unidades anuais. Quando a renda aumentou para R\$5.100, a quantidade aumentou para 13 unidades. Qual a elasticidade-renda da demanda e que tipo de bem se trata?



# Análise e estruturas de mercado

## Por que este capítulo é importante para o seu aprendizado?

Este capítulo é importante para você entender alguns problemas brasileiros e também provavelmente problemas que você vivencia em sua cidade. Um aspecto central para o encaminhamento desses problemas é a “competição”, ou seja, a existência do maior número possível de produtores dos bens e serviços que consumimos correntemente, incluindo serviços financeiros, alimentos, transporte e assim por diante. Historicamente, o Brasil, por meio de seus governantes, sempre evitou a competição e o governo interfere de forma a criar monopólios ou assemelhados. Os cartórios, por exemplo, são um exemplo desse atraso brasileiro; a Uber, um exemplo de sucesso para o barateamento do serviço de transporte. As consequências disso são diretas sobre a população, ou sobre o “brasileiro médio”, beneficiando (no caso Uber) e prejudicando (no caso de cartórios).

## Objetivos de aprendizagem

- Compreender a importância da competição na economia;
- Entender os critérios de decisão das firmas produtoras de bens e serviços;
- Aprender a distinguir os diferentes mercados e o que os caracterizam;
- Apropriar-se de conhecimentos capazes de despertar percepções críticas no entorno social e econômico dos estudantes.

## 1. Estruturas de mercado

Estruturas de mercado são as diferentes formas e arranjos sob os quais são determinados os preços e as quantidades de produtos e serviços da economia. Dentre eles, estão a quantidade de produtores e de consumidores, os produtos e serviços em si, se podem ou não ser produzidos com alguma característica diferente entre cada produtor e a existência de estímulo à competição entre os produtores. Assim, são três fatores importantes para a compreensão das estruturas de mercado, conforme apresentaremos a seguir: concorrência perfeita, monopólio e concorrência monopolista

### 1.1. Concorrência perfeita

Segundo o livro *Fundamentos de economia*, de Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos e Manuel Enriquez Garcia (2014), a concorrência perfeita é um tipo de mercado altamente competitivo. Portanto, uma empresa ou um consumidor, isoladamente, não tem capacidade de provocar um desequilíbrio na oferta ou na demanda de mercado, nem de alterar o preço do produto.

Assim, compradores e vendedores devem simplesmente aceitar o preço determinado pelo mercado, sendo chamados de price-takers ou tomadores de preços. Nesse caso, cabe às empresas apenas determinar a quantidade de produto que será ofertada, tendo em vista o preço calibrado pelo mercado e a quantidade máxima que pode ser nele absorvida.

As principais características dessa estrutura de mercado são:

- **Conta com “grande número” de compradores e vendedores**, de forma que cada um individualmente não tem capacidade de impactar o mercado;
- **Os produtos são homogêneos**; ou seja, as mercadorias fornecidas pelas diferentes empresas são as mesmas e não há praticamente nenhuma diferenciação entre elas;
- **As informações acerca do preço do produto devem ser transparentes a todos que fazem parte do mercado**;
- **As empresas devem ter livre mobilidade no mercado**, podendo entrar e sair, sem que existam barreiras.

Cabe à empresa apenas acatar o preço e decidir o quanto deseja produzir. Confira as fórmulas:

- **Receita total (RT) de uma firma** - será igual ao preço (P), determinado pelo mercado, multiplicado pela quantidade (Q) produzida.

$$RT = P \times Q$$

- **Receita média (RMe) de uma firma** - será igual ao preço (P) determinado pelo mercado.

$$RMe = \frac{RT}{Q} = \frac{(P \times Q)}{Q} = P$$

- **Receita marginal (RMg)** - é a variação de receita obtida a partir da venda de uma unidade adicional do produto e, portanto, também é igual a P. Logo, em um mercado de concorrência perfeita:

$$RMg = RMe = P$$

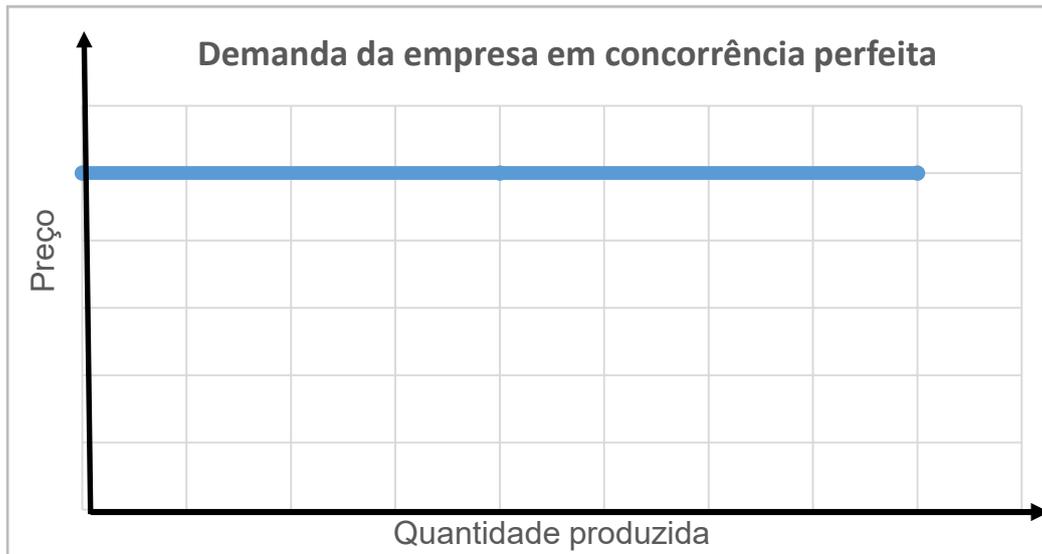
- **Exemplo:**

Suponhamos que um empresário decida abrir uma empresa que produza lápis para colorir. O preço do lápis no mercado é R\$ 1,00 cada unidade. Veja a tabela a seguir que ilustra algumas possibilidades de produção desta firma.

QUANTIDADE	PREÇO	RECEITA TOTAL	RECEITA MÉDIA	RECEITA MARGINAL
1	R\$1,00	R\$1,00	R\$1,00	R\$1,00
2	R\$1,00	R\$2,00	R\$1,00	R\$1,00
500	R\$1,00	R\$500,00	R\$1,00	R\$1,00
1000	R\$1,00	R\$1000,00	R\$1,00	R\$1,00

Podemos observar que, caso a empresa opte por produzir uma quantidade maior de produtos, sua receita total ( $RT = Q \times P$ ), aumentará. No entanto, a receita média ( $RT/Q$ ) e a receita marginal ( $\Delta RT/\Delta Q$ ) serão sempre as mesmas, independentemente da quantidade produzida.

Como o preço praticado pelas empresas é homogêneo e elas não conseguem alterar o preço do mercado, a curva da demanda da firma, considerada isoladamente, será horizontal, ou melhor, perfeitamente elástica.



Para que uma organização consiga maximizar seus lucros, existem três regras gerais que precisam ser seguidas. São elas:

- **A empresa deverá aumentar sua produção**, caso a receita marginal for maior que o custo marginal, até igualar-se a este último;
- **A empresa deverá diminuir sua produção**, se o custo marginal for maior que a receita marginal, até igualar-se a este último;
- **Quando o lucro da produção for máximo**, o custo marginal e a receita marginal serão iguais.

Podemos considerar a concorrência perfeita como algo quase que ilusório, já que não existe um mercado que represente fielmente esta estrutura, apenas algumas aproximações. Dentre os exemplos, pode-se citar os mercados de hortifrutigranjeiros (frutas e verduras de estação) e sorvete comum.

## 1.2. Monopólio

Caracteriza-se pela existência de uma única empresa responsável pela produção e venda de determinado bem ou serviço, o qual não tem substituto próximo.

Como ele é o único fornecedor do produto, o empresário tem a capacidade de determinar o preço em que este bem será oferecido sem afetar muito a demanda da empresa, o que possibilita lucros extraordinários, mesmo no longo prazo.

Segundo Mankiw, em seu livro *Introdução à economia* (2007, p. 314), as três principais origens de um monopólio são:

- quando uma única empresa consegue fornecer produtos a um preço mais baixo que um grande número de produtores,
- quando um recurso chave para a produção é exclusivo de uma única empresa, e
- por regulamentações do governo.

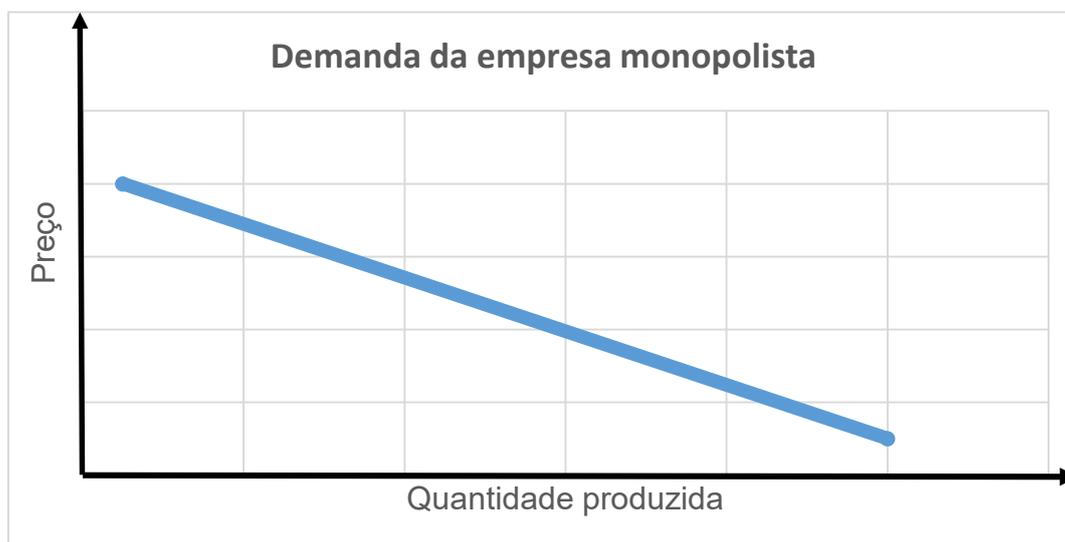
- **Quando a produção de um bem exigir um capital muito elevado e uma empresa em vigor tiver tecnologia suficiente para fazer com que seus custos de produção sejam muito inferiores aos de empresas que estão tentando se inserir no mercado.** Isso pos-

sibilita cobrar preços consideravelmente baixos pelo produto e as novas empresas não vão conseguir concorrer com esses preços e não terão uma demanda significativa que possibilite cobrir os custos de sua produção, impedindo que elas se mantenham no mercado.

- **Quando uma empresa detém a propriedade exclusiva de um recurso que é fundamental para produzir um certo produto.** Este é um caso não muito comum de se ver atualmente.
- **Quando uma empresa detém a patente de um produto, somente ela tem a permissão de produzi-lo, até que essa patente caia em domínio público.** Como ocorre, por exemplo, na indústria farmacêutica, quando um laboratório desenvolve a fórmula de um novo medicamento, ele pode solicitar a patente desse produto e somente ele poderá produzi-lo durante 20 anos, possibilitando recuperar o investimento feito em pesquisas para desenvolvê-lo. Quando esta patente expira o mercado desse medicamento passa a ser competitivo uma vez que outras empresas poderão produzi-lo.
- **Quando o governo atribui a uma única empresa o poder de produzir um certo bem ou serviço.** Como ocorre, por exemplo, com os serviços de distribuição de energia em alguns países, sendo que as empresas que vão prover estes serviços são escolhidas pelo governo local.

Como em um mercado monopolista não existe concorrência, a demanda da firma monopolista será exatamente igual à demanda do mercado. Isso porque a demanda do mercado é determinada pela soma da demanda de todas as firmas ofertantes de determinado produto, e que, nesse caso, é uma única empresa.

$$\begin{aligned} \text{Demanda de um mercado} &= D_1 + D_2 + D_3 + \dots + D_n \\ \text{Demanda de um mercado monopolista} &= D_{\text{Mercado Monopolista}} \end{aligned}$$



Uma empresa monopolista é diferente de outra em concorrência perfeita, pois pode regular o preço pelo qual seu produto será ofertado no mercado. Para que ela aumente a quantidade vendida de seu produto, deve reduzir o seu preço unitário. Com isso, sua receita total tende a diminuir, uma vez que ela perde dinheiro por unidade vendida, mas, em compensação, a receita total tende a aumentar, já que ela lucra mais graças ao volume vendido. Isso faz com que a receita marginal seja menor que o preço do bem. Quando a receita marginal for igual a zero, a receita total será máxima, nessas condições a empresa terá o lucro máximo de sua produção.

Como vimos no capítulo anterior, calculamos a receita total de uma empresa multiplicando o preço do produto pela quantidade vendida; já para calcular a receita média, dividimos a receita total pela quantidade produzida, e para calcular a receita marginal, dividimos a variação da receita total pela variação da quantidade produzida. Porém, diferentemente do mercado competitivo, todas as receitas variam de acordo com o preço do produto, uma vez que ele altera a quantidade produzida.

Vejamos, agora, um exemplo de uma empresa fabricante de Hidromel que tem o monopólio da produção, nesta tabela:

Quantidade (garrafas)	Preço	Receita Total	Receita Média	Receita Marginal
1	R\$100,00	R\$100,00	R\$100,00	-0-
2	R\$90,00	R\$180,00	R\$90,00	R\$80,00
3	R\$80,00	R\$240,00	R\$80,00	R\$60,00
4	R\$70,00	R\$280,00	R\$70,00	R\$40,00
5	R\$60,00	R\$300,00	R\$60,00	R\$20,00
6	R\$50,00	R\$300,00	R\$50,00	R\$0,00
7	R\$40,00	R\$280,00	R\$40,00	R\$-20,00
8	R\$30,00	R\$240,00	R\$30,00	R\$-40,00

Podemos observar nesta tabela que a receita total é crescente à medida em que o preço diminui. A quantidade de garrafas vendidas aumenta, porém, em um momento no qual a produção é igual a 5 unidades, a receita total para de crescer, e passando a produzir 7, começa a cair.

Além disso, a receita média, assim como o preço, diminui com o aumento da produção, já que, para que seja possível vender mais unidades, é necessária uma redução no preço do produto. É importante ressaltar ainda que a receita marginal é sempre menor que o preço do bem, já que a curva da demanda de um mercado monopolista é decrescente.

Caso a empresa tenha uma baixa produtividade e o custo marginal for menor que a receita marginal, aumentando sua produção seu lucro também aumentará. Mas, se o custo marginal for maior que a receita marginal, para aumentar a lucratividade, é necessário reduzir a produção. A empresa finalmente alcançará máximo lucro quando a receita marginal for igual ao custo marginal.

A título de exemplo, durante muito tempo, os relógios suíços dominaram o mercado, pela sua tradição. Eles praticamente monopolizaram o mercado de relógios, como a marca Ômega.

### 1.3. Concorrência monopolista

A concorrência monopolista, também conhecida como concorrência imperfeita, apresenta características da concorrência perfeita e do monopólio. Trata-se de um mercado no qual diversas empresas fabricam produtos substitutos: mesmo que sejam diferentes, são bastante próximos; algumas vezes, diferenciam-se apenas fisicamente ou pela forma com que é oferecido ao público, permitindo certa concorrência entre os produtores.



Fonte: <https://relogiossuicos.com.br/as-20-marcas-de-relogios-suicos-mais-valiosas/>

Como não existem barreiras para a entrada de novas empresas, o setor deve se tornar cada vez mais competitivo e, no longo prazo, os lucros tendem a ser normais. Uma palavra-chave dessa estrutura de mercado é a diferenciação de produto.

Nesse caso, embora tenham autonomia para determinar seus preços, as empresas não têm uma margem muito grande de variação, já que a possibilidade de substituição desses bens faz com que suas demandas sejam bastante elásticas. Se uma empresa decide colocar seu preço acima dos produtos similares, provavelmente terá sua demanda reduzida, a menos que ela tenha um diferencial que ganhe a preferência do consumidor.

Este é um mercado no qual as empresas buscam investir bastante no marketing de seus produtos, uma vez que a maior visibilidade e boa impressão da empresa para o consumidor podem ser um divisor de águas na hora de o cliente tomar sua decisão. Essa estratégia permite às organizações enaltecem seus produtos e mostrá-los como superiores aos da concorrência, possibilitando cobrar um valor um pouco maior, sem perder o cliente.

Quando uma organização apresenta bons resultados e boa lucratividade, as pessoas ficam interessadas em investir nesse mesmo mercado e, conseqüentemente, surgem novas empresas. Isso faz com que parte da demanda das empresas existentes se distribua para novas firmas, diminuindo a demanda de cada empresa e, conseqüentemente, a receita total e os lucros serão menores, pressionando algumas empresas a saírem desse mercado. Com a saída dessas empresas, a procura sobre cada uma das organizações que se mantiveram cresce e seus lucros aumentam, incentivando a entrada de novas empresas novamente. Esse ciclo se repete algumas vezes, até que o mercado tenda a atingir uma condição de equilíbrio na qual o lucro econômico é igual a zero.

Um bom exemplo de concorrência monopolista é o ramo de serviços médicos, incluindo também os planos de saúde, nos quais sempre há “diferenciação” e “serviços diferenciados”, como mostra a ilustração a seguir.



Fonte: <http://santacasacuritiba.com.br/plano-de-saude-e-particular/planos-de-saude/>

## 2. Oligopólio

Segundo Thiago Reis, fundador da Suno Research, “o oligopólio é um modelo de mercado que segue o conceito da Concorrência Imperfeita, que é um tipo de falha de mercado. Isso significa que procura e oferta não operam em equilíbrio, fazendo com que haja determinado domínio e influência das empresas no direcionamento dos preços”.



Para se aprofundar neste tema, acesse:

<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/oligopolio/>

O oligopólio é uma estrutura de mercado em que há “poucos produtores/vendedores” para uma gama maior de consumidores. Frequentemente, existem atitudes altamente competitivas e outras de relativa cooperação entre os produtores desse mercado.

O poder de mercado das empresas é controvertido, conforme se pode ver pela legislação dos Estados Unidos. Mesmo no Brasil há diversos episódios envolvendo oligopólios, como combinações de preços. Suas práticas permitem preços altos e “diferenciação” de produtos, sem o mesmo caráter de monopólio, mas menos competitivo do que a concorrência imperfeita. A indústria automobilística serve como exemplo de um mercado oligopólico.

## 3. Monopsônio

O monopsônio é uma estrutura de mercado na qual existe apenas um cliente para um grande número de ofertantes. Um possível caso de monopsônio é no mercado de trabalho. Digamos que uma fábrica decida se instalar em uma cidade do interior, onde não existem outras empresas.

Com isso, ela passa a ser a única demandante de mão de obra nesta região e a ter exclusividade para toda a mão de obra ali disponível, já que, neste local, não existe um concorrente que demande esses trabalhadores.

## 4. Resumo & conclusões

Neste capítulo vimos quais são e como funcionam as estruturas de mercados. Elas nos mostram como estão organizados os mercados e um pouco sobre o funcionamento de cada um deles, destacando a relação entre oferta e demanda, o número de indivíduos que os compõem (sejam eles produtores ou consumidores), a influência das empresas em cada um e o tipo de produto fornecido. Um aspecto básico é o princípio de maximização do lucro na quantidade associada com receita marginal igualar-se ao custo marginal, isto é, o lucro é máximo quando  $RMg = CMg$ .



### Exercícios

**Com base na leitura deste capítulo, responda as questões propostas a seguir, que visam fixar os conhecimentos adquiridos até aqui.**

- 1) Por que em um mercado de concorrência perfeita as empresas são chamadas de price-takers?

2) João é um empresário no ramo de laticínios que atua em um mercado de concorrência perfeita. Sua empresa fabrica queijos tipo canastra e os vende em embalagens com 500g. O custo de produção de cada unidade fabricada pela empresa é de aproximadamente R\$5,00 e o preço de mercado desse produto é de R\$15,00 cada unidade. João decide produzir 100 unidades de queijo.

- a) Qual a receita total da empresa?
- b) Qual a receita média da empresa?
- c) Qual a receita marginal caso ele decida produzir 110 unidades de queijo?
- d) Qual o custo marginal de produzir 1 unidade extra?

3) Caracterize o mercado monopolista quanto ao número de empresas, produto, e controle dos preços.

4) Como surgem os monopólios?

5) Considere a Cemig e a Copasa. Em qual estrutura de mercado se enquadra cada uma delas? Explique.

6) Por que o mercado de concorrência monopolista tende a atingir o equilíbrio no longo prazo?

7) Uma clínica médica se enquadra em qual dos mercados vistos no capítulo? Por quê?

8) O que significa dizer que um oligopólio é concentrado? E competitivo?

9) O que são os cartéis?

10) Faça uma análise comparativa entre o serviço de táxi e de Uber nas cidades brasileiras atualmente.



# Aplicações de microeconomia ao mundo real

## Por que este capítulo é importante para o seu aprendizado?

O presente capítulo situa o seu estudo quanto a temas práticos e palpáveis no seu dia-a-dia. Quase todo debate econômico se relaciona com a dicotomia entre (a) eficiência e equidade ou (b) entre produtores e consumidores. Ambos estão captados no presente capítulo. Você verá que em todo discurso não técnico de economia existe algum componente de defesa de um ou outro; às vezes, ideias simpáticas como “a defesa da empresa nacional” ou “o salário mínimo deveria ser mais alto” são na verdade armadilhas que procuram beneficiar alguns membros da sociedade brasileira e não o brasileiro médio e, portanto, não a maioria e menos ainda os mais pobres.

## Objetivos de aprendizagem

- Compreender o efeito dos impostos na economia;
- Constatar que a abertura ao comércio internacional é uma escolha inteligente, e o fechamento não é;
- Perceber as nuances a respeito de o governo procurar controlar os preços.

## 1. O peso morto dos impostos

### 1.1. A questão da eficiência

As decisões econômicas envolvem análises de custo-benefício. No jogo econômico, a tributação exerce um efeito crucial para os resultados de eficiência e distribuição desejados ou valorizados por uma sociedade. Os impostos são necessários para o financiamento de obras e serviços públicos que, comprovadamente, geram efeitos de longo prazo.

Algumas questões interessantes a respeito são:

- Esses resultados (eficiência e distribuição) são mais fortes quando se considera a arrecadação ou o gasto?
- É “melhor” tributar a renda quando ela é recebida ou quando é gasta com consumo?
- O que significa “melhor”?
- E as empresas, elas realmente são tributadas? Que são as empresas?



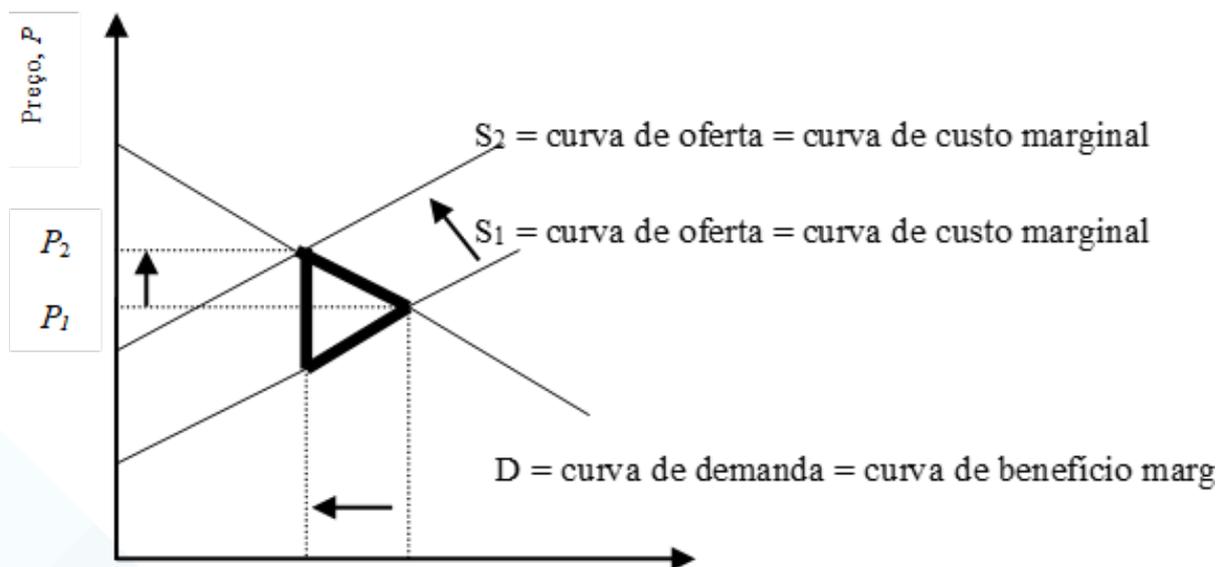
Diante de tudo isso, como dizia o célebre filósofo político e economista John Stuart Mill, os impostos são o preço a pagar para viver numa sociedade civilizada. É deles que vêm os serviços públicos fundamentais, como saúde e educação públicas, o serviço judicial, defesa, e assim por diante. Como vemos, esses serviços públicos não são “gratuitos”; eles têm custo, pois são financiados com impostos pagos pelos contribuintes e estes embutem nos preços dos bens e serviços que vendem. Por isso, o governo não dá nada a ninguém que antes não tenha tirado de outra pessoa.

Por outro lado, dependendo de como é formulado o sistema tributário que baseia o esquema de arrecadação de impostos, alguns membros da sociedade incorrem em ônus econômico maior que outros. A defesa de um imposto único e igual para todos frequentemente recebe críticas, segundo as quais tributar igualmente uma população composta por indivíduos desiguais é, no mínimo, contra-intuitiva. Infelizmente, de modo muito específico, isso ocorre no Brasil sem que haja uma grande comoção. A histórica "Festa do Chá" <sup>1</sup>("Tea Party"), de Boston (EUA), está associada com os impostos sobre o chá, instituído/aumentado pelo governo da metrópole britânica, como mostra a ilustração a seguir.



Fonte: <https://www.thebalance.com/us-federal-tax-history-4145479>

Bem, e o que é o peso morto dos impostos? O peso morto é um custo econômico da tributação gerado pela perda de bem-estar econômico, que não é obtida pelo governo e, portanto, não é capturada na arrecadação tributária. Considere um bem não tributado e cujo preço de equilíbrio é  $P_1$  na figura a seguir.



<sup>1</sup> O Boston Tea Party ocorreu em 1773, quando homens americanos invadiram um navio da Companhia das Índias Orientais e despejaram a carga de chá no oceano, em protesto contra o imposto que tinha embutido no preço do chá, e que a Coroa Britânica obrigava a população americana a comprar exclusivamente dessa empresa. A tributação do chá, portanto, visava impor aos habitantes das colônias dos EUA uma carga tributária sem que eles tivessem como se defender dela.

Se o governo tributa o bem, o preço de equilíbrio inicial ( $P_1$ ) aumenta para  $P_2$  e a quantidade de equilíbrio inicial se reduz de  $q_1$  para  $q_2$ . A curva de oferta inicial se contrai e se desloca de  $S_1$  para  $S_2$ . Em outras palavras, os produtores produzem menos, os consumidores consomem menos e o governo não arrecada o que se esperava. O imposto gera uma distorção em termos de produção e consumo, de forma que as quantidades ficam abaixo daquela socialmente ótima. O peso morto ou custo econômico dos impostos é representada pelo triângulo formado pela área destacada na figura e que, como escrito, representa perda de bem-estar econômico e não capturada pelo governo na forma de arrecadação (CAMPOS, 2013). Representa menos trocas sendo feitas no mercado em decorrência do imposto; isso é a redução da eficiência econômica. Não confunda com eficiência técnica, que diz respeito ao aproveitamento dos recursos, como fazer mais coisas em menos tempo.

Este exemplo ilustrou a incidência de imposto sobre o consumo e afetou diretamente o preço. Provavelmente, o peso morto seria menor se o imposto incidisse sobre o lucro das empresas ou sobre a renda das pessoas físicas, uma vez que os preços dos bens e serviços da economia seriam afetados de forma indireta. Note que escrevemos “provavelmente”, e, apesar de menor, haveria peso morto. Falar de imposto implica reconhecer a existência de peso morto.

Um exemplo adicional é que, na Holanda (“Países Baixos”), o governo cobrou tributos das edificações de acordo com a largura da fachada. Resultado: os proprietários construíram casas estreitas (foto a seguir), com escadas terríveis, reduzindo, assim, seu conforto; e o governo não arrecadou tudo o que pretendia. Eis o peso morto dos impostos em ação!



Fonte: <http://expressolondres.blogspot.com/2013/08/a-mal-interpretada-amsterda.html>

Como vemos, impostos reduzem a eficiência da economia. “Eficiência econômica” é um conceito relativo que se refere ao conjunto de ganhos para os produtores e consumidores, em decorrência das possibilidades de trocas de mercado.



Como escrito no capítulo 2, bem-estar econômico é a soma dos excedentes do consumidor e do produtor. No exemplo apresentado, quem mais sofreu redução de bem-estar foi o consumidor. Por quê? Porque essa redução gerada aos consumidores será tão maior quanto menos elástica for a demanda do bem ou serviço em questão. Se a tributação incidisse sobre um bem de demanda fortemente elástica, a perda de bem-estar seria maior para os produtores e menor para os consumidores.

- **Por exemplo:** imagine os mercados de sorvetes e de eletricidade, ambos sem tributação. Qual o efeito da introdução de um imposto de 80% sobre o preço sem impostos em cada um dos mercados a seguir:

- a) No mercado de sorvetes, os consumidores eliminariam a compra de sorvetes e passariam a comprar outros bens, como iogurtes especiais gelados (desde que eles não tenham sido tributados);
- b) No mercado de eletricidade, os consumidores reduziram seu consumo, mas não conseguiriam eliminar a compra de eletricidade.

Por quê? A resposta é que sorvetes têm substitutos próximos, a eletricidade não tem. A demanda por sorvetes é elástica, a demanda por eletricidade é inelástica.

Avalie criticamente por que os governos estaduais tributam pesadamente a eletricidade e serviços de telefonia celular, na casa de 25% de ICMS. Visando ao quê? Você se sente satisfeito com os serviços públicos estaduais? Compare o que você paga de impostos com o que você recebe de serviços públicos e faça uma avaliação.

Outro ponto: o preço de uma passagem aérea de ida e volta Confins-Fortaleza gira em torno de \$1700 e Confins-Nova Iorque é de \$3000. Para a megalópole americana, são necessárias 10 horas de voo (preço de \$300/hora) e para a capital cearense apenas 3 horas (preço de \$567/hora); para o voo para Fortaleza o preço por hora de voo é cerca de 89% mais caro do que para Nova Iorque. Qual a razão da diferença? Parte da resposta é dada pelos impostos sobre o combustível, um dos mais importantes custos da aviação. Para voos domésticos, o combustível é tributado em cada estado a 25% ou mais.

O material escolar tem cerca de 40% de impostos embutidos em seu preço de aquisição. Pense nas famílias mais pobres com três filhos na escola e compare quanto gastam dessa forma e quanto gastariam se houvesse menos ou não houvesse impostos.



Há programas de televisão no Brasil que tratam de casos em que os consumidores são enganados (em alguns deles, não fica claro quem quis enganar quem) e onde os apresentadores pedem maior proteção ao consumidor por parte do governo. Como podemos ver, o consumidor deveria também se proteger do governo, e não buscar proteção no governo. Afinal, o governo é que tributa pesadamente os bens e serviços que o consumidor paga.

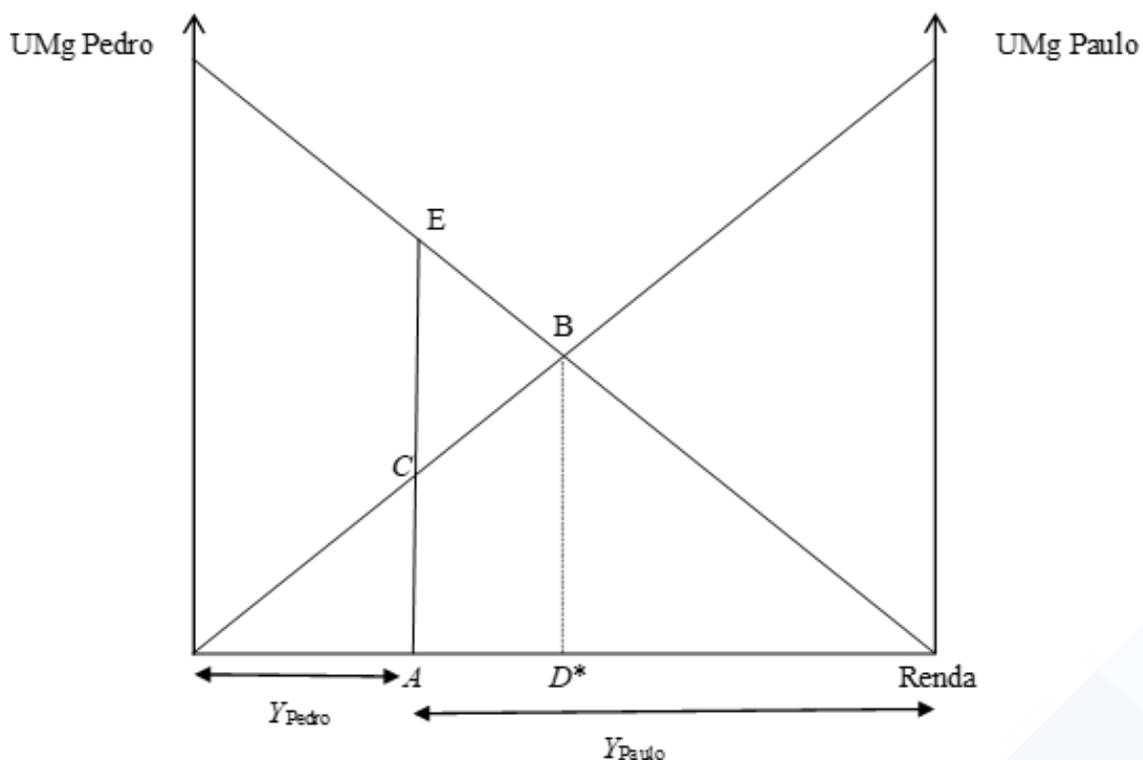
## 1.2. A questão distributiva

A tributação tem efeitos distributivos, isto é, na distribuição da renda na sociedade. Uma sociedade desigual é “ruim”? Julgar como ruim a desigualdade não faz muito sentido, uma vez que, por definição, as pessoas já nascem diferentes umas das outras, em termos de altura, condições iniciais de saúde, etc.

A desigualdade passa a ser incômoda quando existir num quadro de pobreza e miséria de muitos, como ocorre no Brasil. Países, como Estados Unidos, Japão e Suíça, têm uma sociedade desigual, mas com níveis de pobreza e miséria incomparavelmente menores que o Brasil. Então, a desigualdade brasileira é algo para combater, porque ela convive com pobreza e miséria, não que a desigualdade per si seja algo nocivo.

Tributar o consumo gera ineficiência econômica, como vimos na subseção anterior. Tributar a renda reduz o incentivo à poupança e ao trabalho, e, em que pesem os pontos a favor de uma mais equilibrada distribuição de renda gerada pela tributação da renda, veremos, com o exemplo a seguir, que essa ideia é apenas parcialmente correta.

Observe a ilustração a seguir (baseada em ROSEN, 1998). Ela mostra uma sociedade de apenas duas pessoas, Pedro (pobre) e Paulo (rico). Imaginemos que seja um país chamado Lisarb. A renda atual de Paulo é representada no eixo horizontal, entre o eixo vertical em que está escrita a palavra “Renda” e o ponto A (seta maior); a renda atual de Pedro é dada pela distância entre o ponto A e o lado esquerdo da figura. A renda de Pedro é menor que a de Paulo. Supomos que UMg, a Utilidade Marginal da Renda, é decrescente (1 unidade extra de renda adiciona um grau de satisfação cada vez menor a ambos). O Ponto D\* representa uma distribuição perfeitamente equitativa da renda nessa sociedade (metade da renda total cabe a cada um dos membros da sociedade).



O governo de Lisarb decide então tributar Paulo em AD\* reais e transferir para Pedro. A perda de bem-estar econômico de Paulo se reduz em ADBC reais e o ganho de bem-estar de Pedro aumenta em ADBE reais. O ganho de Pedro é maior do que a perda de Paulo. O objetivo é respeitável, mas o que fará Paulo? Percebendo a tributação, reduzirá seu tempo dedicado ao trabalho, uma vez que parte substancial de sua renda o governo deseja tomar. Com isso, reduz-se a renda do país e as consequências são redução da renda total e também se esvaem as condições de reduzir a situação desfavorável de Pedro.

Os franceses, por exemplo, trabalham em média menos tempo do que os americanos. Por quê? A resposta é que o Imposto de Renda na França desincentiva trabalhar muito, pois boa parte da renda, excedente a determinado limite, o governo abocanha do contribuinte. Não esqueçamos da afirmação atribuída ao economista Milton Friedman, segundo a qual “uma sociedade que coloca a igualdade como prioritária em relação à liberdade, acaba ficando sem as duas”. E também do economista francês Frédéric Bastiat, que disse “o Estado é uma grande ficção em que todos querem viver às custas dos outros”.



Como se poderia resolver esse problema da desigualdade? Uma maneira muito eficaz é universalizar a educação básica, com oferta dessa educação em alto nível, exigência de disciplina e envolvimento por parte dos pais e dos estudantes em sala de aula, apoio aos professores e pagando-lhes salários altos, mas com exigências compatíveis. Boa parte da desigualdade pode ser explicada com a desigualdade da educação, tanto em termos de quantidade de anos de escolaridade quanto em termos de qualidade da educação.

Conforme mostra a próxima tabela, é possível perceber que o Coeficiente de Gini menor está associado com maior escolaridade e também escolaridade associada com PNB (Produto Nacional Bruto). O Coeficiente de Gini mede desigualdade: quanto maior o coeficiente, maior o nível de desigualdade social. A coluna IDH refere-se ao Índice de Desenvolvimento Humano. Os dados apresentados são do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2019, disponível no site da ONU. Veja a linha com o Brasil em destaque.

COLOCAÇÃO IDH	PAÍS	IDH	ESCOLARIDADE MÉDIA (EM ANOS)	PNB	COEF. GINI
1º	Noruega	0.954	12.6	\$68059	27.5
2º	Suíça	0.946	13.4	\$59375	32.3
15º	Estados Unidos	0.920	13.4	\$56140	41.5
19º	Japão	0.915	12.8	\$40799	32.1
48º	Argentina	0.830	10.6	\$17611	40.6
65º	Irã	0.797	10.0	\$18166	40.0
<b>79º</b>	<b>BRASIL</b>	<b>0.761</b>	<b>7.8</b>	<b>\$14068</b>	<b>53.3</b>
96º	Venezuela	0.726	10.3	\$9070	---
113º	África do Sul	0.705	10.2	\$11756	63.0

### 1.3. Aspectos distributivos e políticos da tributação

Considere o imposto sobre consumo e três faixas de renda mensal: X = \$1000, Y = \$5000 e Z = \$20000. Suponha que uma cesta de consumo básica mensal (alimentos, moradia, lazer, etc.) para a sobrevivência das pessoas da faixa X, seja \$800; para Y, seja \$1200, e para Z, é \$ 2000. Uma pes-

soa da faixa X gasta 80% de sua renda com esse consumo básico; na faixa Y é 24%, e Z é 10%. Se a cesta de consumo for tributada em média a 15%, as pessoas mais pobres, da faixa X, incorrem em impostos equivalentes a 12% de sua renda; as da faixa Y pagam 3.6%, e Z paga 1.5%. Ou seja, os mais pobres pagam muito mais proporcionalmente do que os ricos. No Brasil, acontece algo parecido com isso. Veja o resumo na tabela a seguir:

FAIXA	RENDA MENSAL A	DESPESA MENSAL COM CESTA DE CONSUMO BÁSICA B	PERCENTUAL DA RENDA COMPROMETIDA COM CONSUMO C = B/A	IMPOSTO SOBRE O CONSUMO 15%, Em Relação À Renda $D = (0,15 \times B)/A$
X	\$1000	\$800	$80\% = \$800/\$1000$	12.0% $= (0,15 \times \$800)/\$1000$
Y	\$5000	\$1200	$24\% = \$1200/\$5000$	3.6% $= (0,15 \times \$1200)/\$5000$
Z	\$20000	\$2000	$10\% = \$2000/\$20000$	1.5% $= (0,15 \times \$2000)/\$20000$



Em suma: quem paga o imposto é a empresa vendedora, mas quem arca com o ônus tributário são as pessoas físicas, os consumidores, notadamente os mais pobres.

Passemos agora para a tributação da renda, e os desafios que ela coloca para os “gestores” públicos. Considere um país com apenas três faixas de renda e em que todos os contribuintes têm a mesma renda em cada faixa. As alíquotas marginais de Imposto de Renda acham-se na segunda tabela a seguir. Este exemplo foi extraído da obra de Giambiagi & Além (1999, p. 305).

GRUPO DE RENDA	RENDA INDIVIDUAL	NÚMERO DE CONTRIBUINTES
A	\$ 1.035,00	1345
B	\$ 3.041,00	501
C	\$ 8.111,00	100
<b>TOTAL</b>		<b>1946</b>

Faixas de Renda	Alíquota Marginal
De \$ - a \$1.000,00	Isento
De \$1.001,00 a \$2.500,00	10%
De \$2.501,00 a \$5.000,00	20%
De \$5.001,00 a ...	30%

- Qual a arrecadação de Imposto de Renda?
- Se não fosse possível nenhum contribuinte sonegar imposto de renda, qual seria o efeito de elevar em dois pontos percentuais a alíquota marginal em cada faixa de renda?
- Qual a arrecadação esperada, caso se mantivessem as atuais alíquotas para as duas primeiras faixas de renda tributáveis e se elevasse em 10 pontos percentuais a alíquota para a faixa mais alta de renda?
- Se você fosse o presidente da República, qual das alternativas de aumento de impostos escolheria e por quê?

### **Solução:**

a) Os primeiros \$1000 em cada grupo de renda são isentos de IR. A segunda faixa de renda é tributada a 20% entre o que excede \$1000 e vai até no máximo \$2500, e a terceira faixa é tributada de forma que os primeiros \$1000 são isentos. O intervalo de renda referente à segunda faixa é tributada a 20% e o que excede o limite da segunda faixa é tributada a 30%, conforme a seguir:

#### **Grupo de renda A**

$$\{(\$1035-\$1000)\times 10\%\}\times 1345=\$4707,50$$

#### **Grupo de renda B**

$$\{[(\$2500-\$1000)\times 10\%+(\$3041-\$2500)\times 20\%]\}\times 501=\$129358,20$$

#### **Grupo de renda C**

$$\begin{aligned} &\{[(\$2500-\$1000)\times 10\%+(\$5000-\$2500)\times 20\%+(\$8111-\$5000)\times 30\%]\}\times 100=\$158330 \\ &= \$4707,50 + \$129358,20 + \$158330 = \$292395,70 \end{aligned}$$

b) Aumentando em dois pontos percentuais em cada faixa, ficamos com arrecadação total de \$328010,02

c) Mantendo as alíquotas das duas primeiras faixas de renda tributáveis e aumentando a alíquota marginal da última faixa para 40% ficamos com arrecadação total de \$323505,70

d) A decisão deve levar em conta que elevar as alíquotas em dois pontos percentuais para todos os contribuintes aumentaria a arrecadação em 12,2%, mas atingiria um contingente de 1946 contribuintes/eleitores. Já elevar a alíquota sobre a maior faixa de renda produz um aumento de arrecadação menor, mas causa queda na renda de apenas 100 contribuintes/eleitores.



Concluindo a seção, pode-se ver que a tributação é um assunto complexo, envolve diversos efeitos econômicos (eficiência e distribuição da renda) de longo prazo. Do ponto de vista prático, quem paga impostos são as pessoas. As empresas normalmente efetuam o pagamento, mas não são elas que arcam com todo o ônus tributário, pois elas repassam para seus preços os impostos que são obrigadas a pagar, incluindo a contribuição para a Previdência Social referente à parte da empresa. Lembre-se: não existe almoço grátis.

## **2. Comércio internacional**

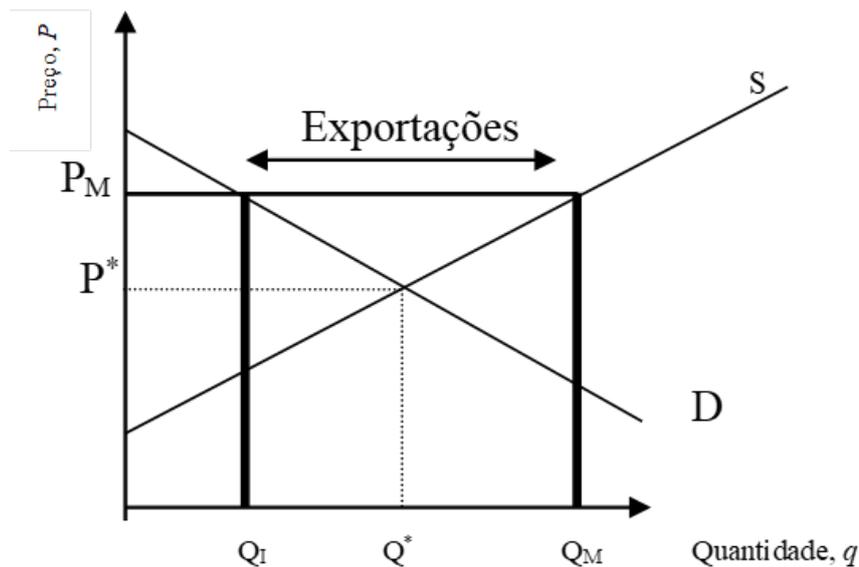
O comércio pode ser definido como uma tecnologia que expande as possibilidades de consumo, sem necessidade de expansão das possibilidades de produção. Há muitos anos, o economista inglês David Ricardo chamou a atenção para o fluxo comercial entre a Inglaterra e Portugal: Portugal tinha uma avançada tecnologia vinícola, dedicava-se à produção de vinho, e a Inglaterra, do mesmo modo, à produção de aveia. Custaria mais caro para Portugal produzir aveia para seu próprio consumo; idem, para a Inglaterra, com relação ao vinho. Por meio do comércio, ambos países aumentam suas possibilidades de consumo, sem precisar deslocar recursos para produzir bens que não dominam a tecnologia para obtê-los.

Assim, cada um deles se especializou na produção do que sabia produzir a um custo de oportunidade mais baixo, e, usando o comércio, ambos países trocam essas mercadorias de forma que ambos ganham. É o que chamamos hoje de vantagem comparativa e ganhos comerciais.

## 2.1. O caso de um país exportador

Suponha um país **exportador**, cujo preço internacional ( $P_M$ ) seja maior que o preço de equilíbrio interno,  $P^*$ , que seria o preço praticado caso o país fosse fechado ao comércio internacional. Em caso de abertura comercial, os produtores de bens e serviços venderiam internamente ao preço mundial,  $P_M$ , mais alto do que o preço antes da abertura comercial.

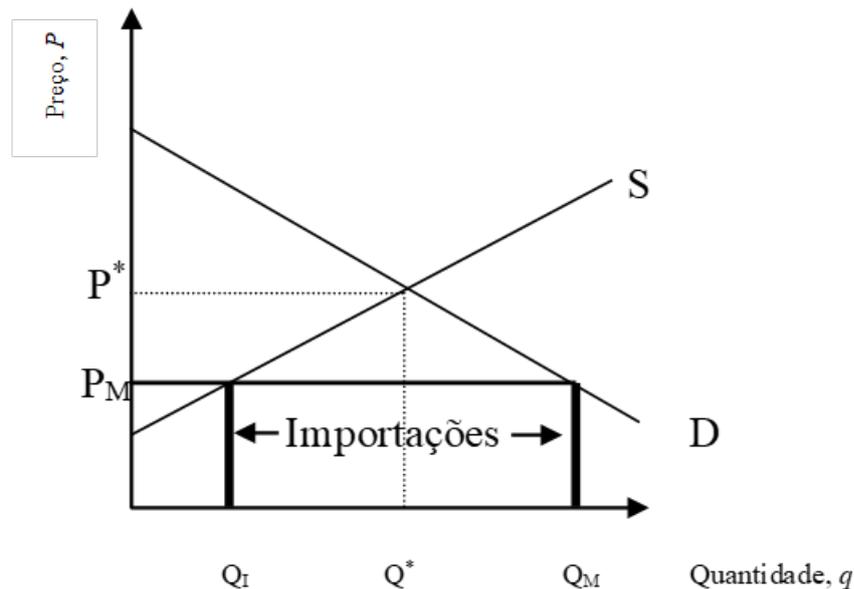
Nesse caso, os produtores seriam beneficiados e os consumidores nacionais seriam prejudicados. A quantidade ( $Q_M - Q_I$ ), que resulta da diferença entre a oferta total e a oferta interna ao preço  $P_M$ , é exportada. Observe a ilustração, a seguir, sugere que o bem-estar econômico aumenta, pois o ganho em termos de excedente dos produtores é maior do que a perda de excedente dos consumidores.



O que fazer, nesses casos? O governo pode intervir e impor uma taxa ou quotas de exportação, visando limitar/desincentivar as exportações e, com isso, os consumidores nacionais ficariam preservados dos preços mais altos. No entanto, é uma medida polêmica, pois quem disse que os consumidores são mais importantes que os produtores? E quem disse o inverso? Qual critério seguir para priorizar um ou outro?

## 2.2. O caso de um país importador

Inversamente, considere um país **importador**, cujo preço mundial seja menor do que o preço interno (figura a seguir). Nesse caso, teríamos os consumidores nacionais beneficiados com a abertura comercial, uma vez que os produtores internos ofertariam uma quantidade reduzida e o restante seria importado, como mostra a ilustração a seguir. A maior perda seria para os produtores/vendedores internos. A “melhor” estratégia seria abrir o país ao comércio internacional.



Há dois outros instrumentos de controle do comércio externo: tarifas e cotas de importação. Ambos têm em comum a característica de beneficiar os produtores/vendedores internos e prejudicar os consumidores nacionais (internos), pois encarecem as importações. Ambas são anunciadas pelo governo como “proteção à indústria nacional”, “preservação dos empregos”, etc. Nenhuma dessas falas e discursos é aceitável com relação à abertura da economia ao comércio internacional. Em geral, esse discurso contra a liberalização comercial procura preservar interesses de uma minoria cuja competência empresarial é bastante reduzida. Há muita ênfase nos exploradores externos, e pouca ênfase nos exploradores internos.

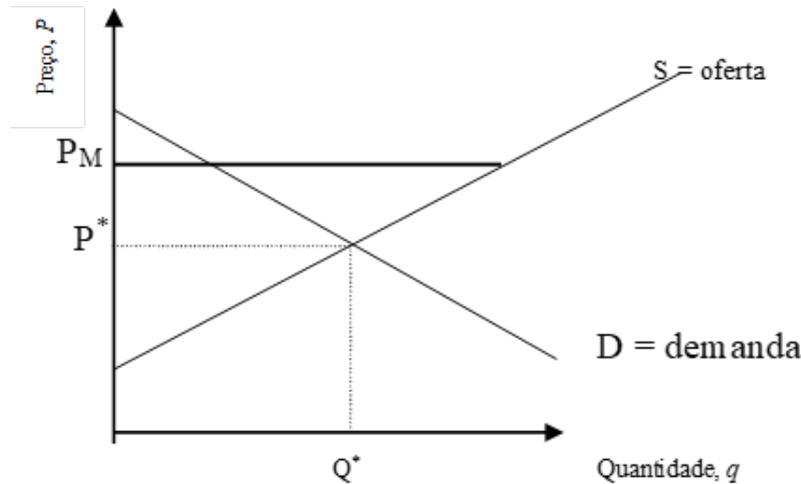
### 3. Controle de preços

Pode o governo obter algum resultado social interessante intervindo no sistema de preços? A resposta é um sonoro **não**. Apesar disso, há vários exemplos opostos ao bom senso econômico, e um deles é o caso do salário mínimo, um preço-base na economia. Pense bem: a quem interessa um salário mínimo alto? Se o salário mínimo é um preço como qualquer outro, ele interessa mais a trabalhadores qualificados, com alta escolaridade e treinamento profissional. Por quê?

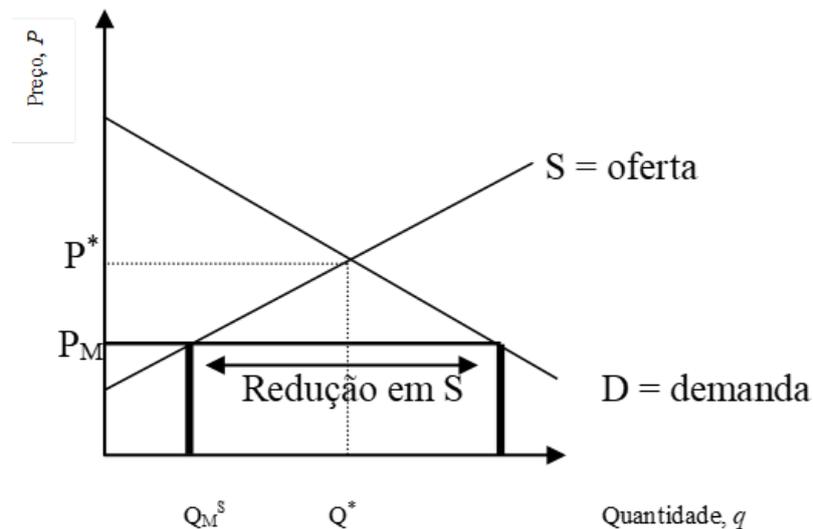
Porque um salário mínimo alto reduz a concorrência para os trabalhadores qualificados, uma vez que torna ilegal a contratação de trabalhadores cuja produtividade no trabalho não justifique o pagamento de um salário mensal igual ao salário mínimo. Assim, com salário mínimo alto são legalmente excluídos do mercado de trabalho todos os trabalhadores menos qualificados, que trabalhariam e obteriam renda a um salário mais baixo; com salário mínimo alto, as vagas do mercado de trabalho ficam reservadas dessa forma aos mais qualificados e treinados. Como tema do debate público, o salário mínimo alto consegue adeptos numerosos facilmente, normalmente de pessoas bem-intencionadas e de trabalhadores sindicalizados, mas suas reais intenções não têm nenhum objetivo de beneficiar os mais fracos da sociedade.

#### 3.1. O governo fixa um preço máximo

No caso de o governo fixar um preço máximo (PM) e este for maior que o preço de equilíbrio, que é obtido na ausência de regulamentação governamental, qual o resultado? O mercado não é afetado, pois o preço de equilíbrio já está abaixo do preço máximo (observe o gráfico A, a seguir).

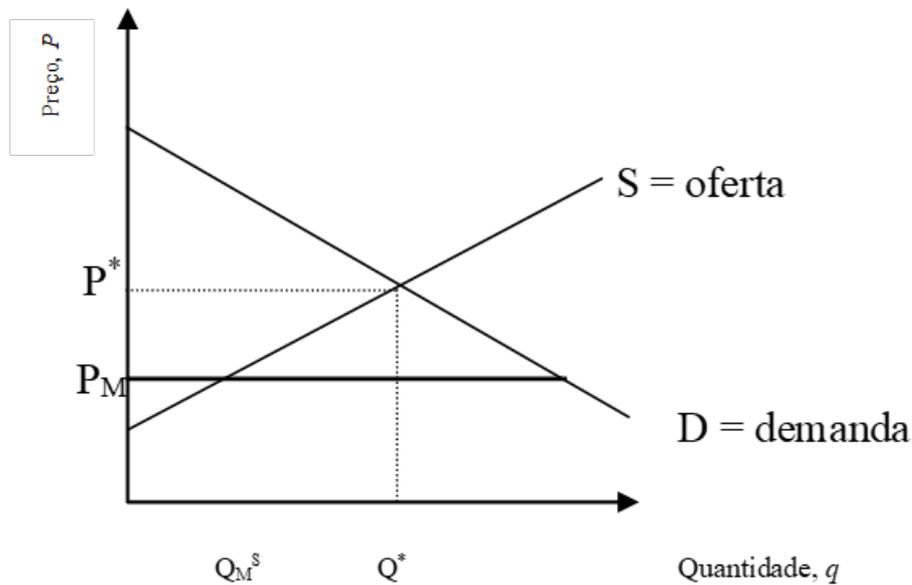
**“A” = Preço máximo acima do preço de equilíbrio**

No caso de o governo fixar um preço máximo ( $P_M$ ) e este for menor que o preço de equilíbrio, que é obtido na ausência de regulamentação governamental, qual o resultado? O mercado terá uma redução brutal da quantidade ofertada, pois o preço de equilíbrio já está abaixo do preço máximo (observe o próximo gráfico). A esse preço máximo mais baixo que o preço de equilíbrio, haverá menor nível de oferta, pois supostamente não compensa ao produtor pelo custo econômico de produzir o bem, embora haja uma imensa demanda a esse preço.

**“B” = Preço máximo abaixo do preço de equilíbrio****3.2. O governo fixa um preço mínimo**

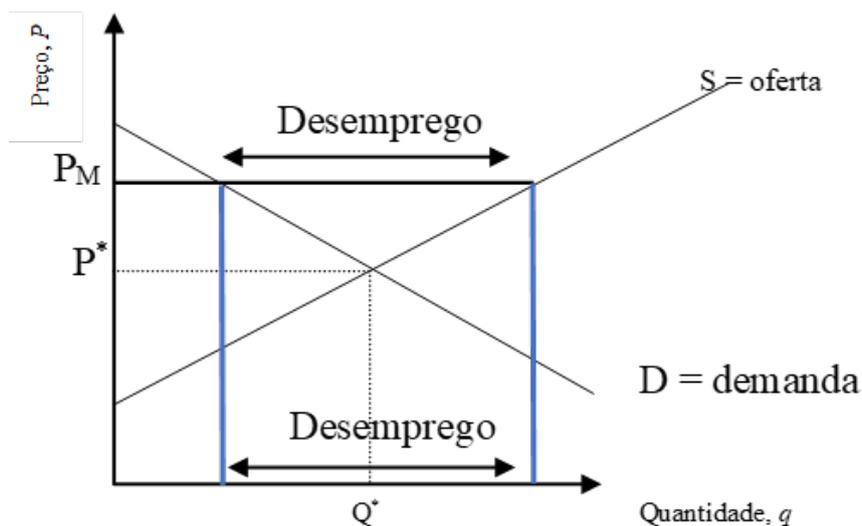
Se o preço mínimo ( $P_M$ ) fixado pelo governo está abaixo do preço de equilíbrio, como no gráfico C, a seguir, qual será o efeito no mercado? Nenhum efeito, pois o mercado já pratica um preço acima do mínimo determinado pelo governo.

## "C" = Preço mínimo abaixo do preço de equilíbrio



E no caso de o preço mínimo fixado pelo governo ser acima do preço de equilíbrio, qual o efeito? Conforme mostra o gráfico D, teremos redução de demanda pelo bem ou serviço, em que pese haver muita oferta. Se o preço em questão for o salário mínimo, haverá desemprego. Isso porque um salário mínimo acima daquele nível que seria, caso não houvesse regulamentação governamental, atrairá muitos trabalhadores que oferecerão trabalho, mas gerará muito pouca demanda por trabalho.

## "D" = Preço mínimo acima do preço de equilíbrio



Por isso, é que afirmamos que um salário mínimo alto gera desemprego e assegura menor competição no mercado de trabalho para os trabalhadores qualificados. Como exemplo, temos a França e a Itália, com um generoso salário mínimo, mas, ao mesmo tempo, com desemprego

maior que o dobro dos Estados Unidos, onde não há salário mínimo e, portanto, não há exclusão social motivada pelo desemprego e salário mínimo elevado.

Veja a charge sobre o salário mínimo:



Fonte: <https://www.humorpolitico.com.br/admin/novo-salario-minimo-podera-ser-elevado-a-r-62273-em-janeiro/>

## 4. Resumo & conclusões

Os impostos geram distorções na economia e a mais importante delas é o que se chama de peso morto ou custo econômico dos impostos. Provavelmente, impostos diretos, como o imposto de renda, são preferíveis a impostos indiretos, como os que incidem sobre o consumo. Em qualquer dos casos, haverá peso morto, devendo optar-se pela combinação que virtualmente minimize o peso morto. O comércio internacional é normalmente benéfico à sociedade, implicando que, por meio das trocas de mercado, as nações melhoram sua estatura econômica. Tanto em termos de potencial exportador quanto importador, o que se espera é aumento do bem-estar econômico com comércio. Finalmente, o governo deve ter muito cuidado em políticas de controle de preços, pois o resultado pode ser prejudicial exatamente aos mais fracos da sociedade, como no caso do salário mínimo ser alto demais.



### Exercícios

- 1) Qual é o efeito esperado da introdução de um imposto sobre vendas sobre iates de luxo ou aumento de imposto sobre vendas sobre o serviço de telefonia?
- 2) Considere um país com apenas três faixas de renda e em que todos os contribuintes têm a mesma renda em cada faixa. As alíquotas marginais de Imposto de Renda acham-se na segunda tabela.

GRUPO DE RENDA	RENDA INDIVIDUAL	NÚMERO DE CONTRIBUINTES
A	\$ 1.080,00	2000
B	\$ 3.000,00	1200
C	\$ 6.000,00	500

Faixas de Renda	Alíquota Marginal
De \$ - a \$1.000,00	Isento
De \$1.001,00 a \$2.500,00	15%
De \$2.501,00 a \$5.000,00	25%
De \$5.001,00 a ...	30%

- Qual a atual arrecadação de Imposto de Renda?
- Se não fosse possível nenhum contribuinte sonegar Imposto de Renda, qual seria o efeito de elevar em dois pontos percentuais a alíquota marginal em cada faixa de renda?
- Qual a arrecadação esperada caso se mantivessem as atuais alíquotas para as duas primeiras faixas de renda tributáveis e se elevasse em 10 pontos percentuais a alíquota para a faixa mais alta de renda?

3) Considere um país com imposto sobre o consumo de 20%. Apure quanto cada faixa de renda paga de impostos sobre o consumo.

Faixa	Renda mensal A	Despesa mensal com cesta de consumo básica B
X	\$1000	\$900
Y	\$2000	\$1000
Z	\$10000	\$2000

4) Considere um país com apenas três faixas de renda e em que todos os contribuintes têm a mesma renda em cada faixa. As alíquotas marginais de Imposto de Renda acham-se na segunda tabela a seguir.

GRUPO DE RENDA	RENDA INDIVIDUAL	NÚMERO DE CONTRIBUINTES
A	\$ 1.200,00	3000
B	\$ 2.600,00	2000
C	\$ 5.500,00	400

Faixas de Renda	Alíquota Marginal
De \$ - a \$1.000,00	Isento
De \$1.001,00 a \$2.500,00	20%
De \$2.501,00 a \$5.000,00	30%
De \$5.001,00 a ...	40%

- Qual é a atual arrecadação de Imposto de Renda?
- e não fosse possível nenhum contribuinte sonegar Imposto de Renda, qual seria o efeito de elevar em dois pontos percentuais a alíquota marginal em cada faixa de renda?

c) Qual a arrecadação esperada caso se mantivessem as atuais alíquotas para as duas primeiras faixas de renda tributáveis e se elevasse em 10 pontos percentuais a alíquota para a faixa mais alta de renda?

5) Considere um país com imposto sobre o consumo de 15%. Apure quanto cada faixa de renda paga de impostos sobre o consumo.

Faixa	Renda mensal A	Despesa mensal com cesta de consumo básica B
X	\$1200	\$1000
Y	\$2500	\$1800
Z	\$8000	\$3000

6) Considere um bem não tributado e cujo preço sem impostos é \$200. O governo decide tributar em 20%. Qual o preço depois da introdução do imposto?

7) Imagine um país em que apenas o salário é tributado a 10%, retido do funcionário e pago pela empresa (e esta apenas repassa ao governo o valor que retém do funcionário). O governo, então, passa a tributar o todo da folha em 30%, e chama esse tributo novo de “contribuição da parte da empresa”. O presidente do país anuncia que esse imposto será pago pelas empresas (“não se preocupe, seu salário não será afetado, pois as empresas é que deverão pagar essa contribuição”). Se as empresas produzem um produto de uso massivo, como xampu, com custo de produção total de \$10 por unidade, em que o custo de mão de obra representa 20% do custo total, tem imposto de 15% e margem de lucro de 20%, qual o preço antes e após o novo imposto?

8) Imagine um país em que apenas o salário é tributado a 12%, retido do funcionário e pago pela empresa (e esta apenas repassa ao governo o valor que retém do funcionário). O governo, então, passa a tributar o todo da folha em 20%, e chama esse tributo novo de “contribuição da parte da empresa”. O presidente do país anuncia que esse imposto será pago pelas empresas (“não se preocupe, seu salário não será afetado, pois as empresas é que deverão pagar essa contribuição”). Se as empresas produzem um produto de uso massivo, como xampu, com custo de produção total de \$30 por unidade, em que o custo de mão de obra representa 25% do custo total, tem imposto de 15% e margem de lucro de 10%, qual o preço antes e após o novo imposto?

9) Considere um salário mínimo de \$ 200 e um salário de mercado de \$220. Depois, considere um novo salário mínimo de \$250 e um mesmo salário de mercado inicial. Represente graficamente e interprete com palavras ambas situações.

10) Leia este artigo e o comente com argumentos e não com opiniões. O arquivo está disponível no link: <https://www.mises.org.br/article/3129/a-exploracao-dos-trabalhadores-e-um-mito--e-e-facil-de-entender-por-que>

11) Para desenvolver uma visão crítica do governo, leia e resuma o artigo, que está no link: <https://www.mises.org.br/article/2985/dez-motivos-por-que-os-governos-sempre-fracassam>

12) Por que os consumidores deveriam prioritariamente ser protegidos do governo e não deveriam buscar proteção do governo?



# As falhas de mercado e as funções do governo

## Por que este capítulo é importante para o seu aprendizado?

O presente capítulo faz uma crítica aos capítulos anteriores, sobretudo naquelas partes em que destacamos aspectos positivos dos mercados de trocas. Fizemos uma crítica às intervenções do governo, especialmente na intervenção ao sistema de preços e também na tributação. O presente capítulo destaca que os mercados não funcionam perfeitamente e precisam de alguma intervenção governamental. Essa intervenção, no entanto, não deve ou não deveria ser exagerada, uma vez que pode sufocar o funcionamento dos mercados e afetar negativamente a liberdade individual. Encontrar o ponto ótimo dessa intervenção é um enigma.

## Objetivos de aprendizagem

- Entender quais são e a natureza das falhas de funcionamento dos mercados;
- Compreender por que existe governo em todos os países;
- Compreender as funções do governo, isto é, o que o governo faz;
- Adquirir condições de argumentar criticamente a respeito do que faz o governo brasileiro, sem confundir governo com governante.

## 1. As falhas de mercado

Os capítulos anteriores enfatizaram muito o papel dos mercados de trocas para as escolhas de produtores e consumidores. Essas trocas são mediadas pelos preços; elas também se baseiam numa perspectiva individualista. No entanto, existem elementos não capturados no sistema de livre funcionamento dos mercados e que impedem que se atinja uma situação conhecida como “Pareto ótima”; ou seja, uma condição em que o bem-estar econômico está de tal forma maximizado por cada um e por todos, que qualquer melhoria de alguma pessoa implicaria na piora de outra.

Esses elementos incluem os “males” produzidos que não são precificados nos mercados; existem mercados de bens, mas não de “males”. Que são “males”? São o oposto de bens, ou seja, “males” são mercadorias das quais os consumidores não gostam. Dentre os “males”, temos a poluição, um bom exemplo de externalidade, que é o tema da próxima subseção.

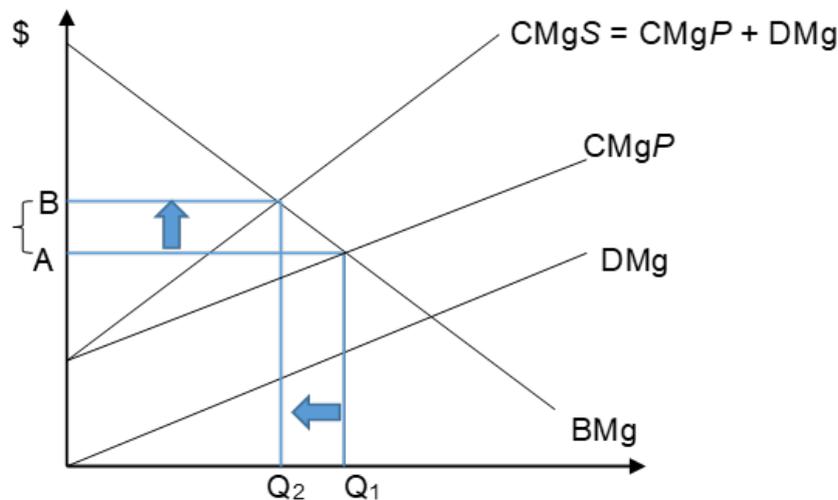
### 1.1. Externalidades

Externalidades ou efeitos externos são o efeito das ações de um/uns agente/s econômico/s sobre outro(s) agente(s), em que tal efeito não é capturado no sistema de preços (são externos aos mercados; não passam pelos mercados). Um exemplo clássico é a poluição; outro é a pesquisa científica. A poluição representa uma externalidade negativa e o segundo exemplo, uma externalidade positiva.

• **Externalidade negativa** - gera perda de bem-estar econômico aos seus “consumidores”. Pense em uma empresa poluidora, que despeja resíduos num rio do qual várias famílias se abastecem de água e, mais abaixo, um pescador obtém seu sustento por meio da pesca: todas essas pessoas são prejudicadas pela poluição do rio. Esse é o caso de uma externalidade negativa porque a empresa não paga nada às pessoas prejudicadas para reparar os efeitos de suas ações. Se ela pagasse, haveria internalização dos custos econômicos gerados pela poluição e, assim deixaria de ser uma “externalidade”, uma vez que o pagamento de um preço resolveria o problema. Como não há mercados para isso, é assim que a poluição é um exemplo de externalidade negativa. As soluções para o problema podem ser: negociação entre as partes envolvidas, cobrança de imposto por parte do governo, dentre outras.

**Exemplo** - uma empresa poluidora, da qual a figura a seguir apresenta o eixo horizontal,  $Q$ , que é a quantidade de poluição. A empresa produz e vende um bem ou serviço e maximiza seu lucro na intersecção das curvas de custo marginal privado e receita marginal privada, isto é,  $CMgP$  e  $BMg$  (combinação  $Q_1$  e  $A$ ). No entanto, como a empresa polui, sua atividade gera um dano marginal,  $DMg$ , crescente com a quantidade produzida.

Assim, a atividade poluidora da empresa, considerada privadamente, ignora o dano marginal,  $DMg$ . Quando consideramos esse  $DMg$ , chegamos à curva de custo marginal social,  $CMgS$ , uma curva mais alta que  $CMgP$ . Quando consideramos os danos ambientais, a quantidade que a empresa produz deveria ser reduzida de  $Q_1$  para  $Q_2$ , em que  $Q_2$  é a quantidade socialmente ótima e o ponto de otimização é  $Q_2$  e  $B$ .



De que forma se poderia reduzir a quantidade produzida e, assim, reduzir a poluição? Um economista inglês chamado A. C. Pigou propôs que a empresa poluidora deveria pagar um imposto (“imposto pigouviano”) para reduzir a quantidade da sua produção, diminuindo também o dano marginal,  $DMg$ . O montante desse imposto seria dado pela distância entre os pontos  $A$  e  $B$  na figura anterior, que induziria a uma redução da quantidade de poluição de  $Q_1$  para  $Q_2$ .



Portanto, uma intervenção do governo, mediante a cobrança de um imposto, poderia reduzir a quantidade de poluição emitida pela empresa, e assim o bem-estar da sociedade melhoraria. É o governo fazendo sua parte, exercendo sua função!

Numa metrópole como São Paulo, é difícil a questão da poluição, pois não se trata de apenas um poluidor, mas de milhares ou até mesmo milhões de poluidores. Pense na saúde humana, nas

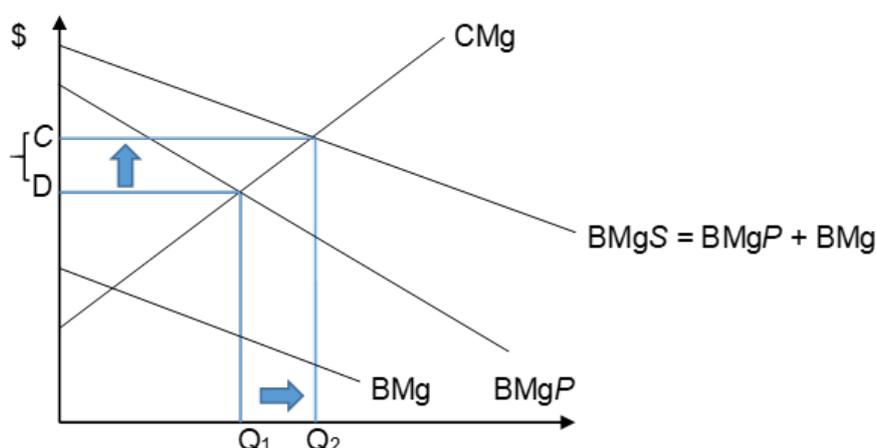
despesas adicionais de pintura de casas e prédios, na limpeza necessária para viver numa cidade assim!

- **Externalidades positivas** - A pesquisa científica, por exemplo, resulta em conhecimentos que modificam a maneira como as pessoas interpretam o mundo, quando consideramos o longo prazo. Pense no grande cientista inglês Isaac Newton e suas criações teóricas impressionantes, como o Cálculo Diferencial e Integral e as Leis da Gravitação Universal. Grande parte da Revolução Industrial deve-se às pesquisas de Newton. Sem falar das imensas modificações causadas pelas teorias científicas criadas por Newton no modo como o homem vê o mundo.



A pesquisa científica custa muito dinheiro, mas tem efeitos de longo prazo; poucas empresas privadas no Brasil ajudam a financiar pesquisas científicas. Inicialmente, seus resultados são divulgados em congressos e conferências, depois em revistas científicas e, posteriormente, compõem livros-texto que são estudados nas escolas e universidades. Ela gera externalidades positivas. De que forma?

Imagine pesquisadores publicando trabalhos científicos que permitem às empresas produzirem com uma técnica redutora do custo de produção. Os pesquisadores escolhem uma quantidade de pesquisas igual a  $Q_1$  associada com  $D$  (note que é onde ocorre a intersecção das curvas de  $CMg$  e  $BMgP$ ).



As empresas produtoras não pagam para adquirir os conhecimentos dessa técnica barateadora, porque ela faz parte do "domínio público". O benefício marginal que as empresas obtêm com cada quantidade de pesquisas é dada por  $BMg$ . Assim, o benefício marginal social,  $BMgS$ , deve ser considerado quando se avalia o trabalho dos pesquisadores, pois ele representa uma soma de dois benefícios marginais, como mostrado na ilustração. Como se pode ver por essa figura, a pesquisa científica é produzida numa quantidade  $Q_1$ , menor do que a quantidade socialmente ótima,  $Q_2$ . Dessa forma, os pesquisadores devem receber uma subvenção governamental igual à diferença  $(C - D)$ , com a finalidade de deslocar a quantidade de pesquisas científicas de  $Q_1$  para  $Q_2$ . Na ausência dessa subvenção, a produção científica fica abaixo da quantidade socialmente ótima e, com isso, toda a sociedade perde.

- **Outro exemplo de externalidade positiva** - os jardins floridos e plantações de árvores frutíferas, cujas flores atraem abelhas de apicultores vizinhos. Eles ajudam a polinizar as frutíferas e produzir mel, além de valorizar imóveis próximos.



Fonte: <http://www.plantasonya.com.br/jardins-e-manutencao/saiba-como-manter-um-jardim-florido.html>

Em suma:

- Externalidades negativas são produzidas acima da quantidade socialmente ótima;
- Externalidades positivas são produzidas abaixo da quantidade socialmente ótima.

Dessa forma, o governo pode e deve intervir para ajustar e reduzir as primeiras e aumentar as segundas. Eis uma das primeiras falhas de mercado que cabe ao governo intervir para elevar o bem-estar econômico.

### 1.2. Bens públicos

A provisão de bens públicos é uma outra falha de mercado. Que são bens públicos? São aqueles bens que:

- (a) têm custo marginal zero para seu consumo por parte de uma pessoa em específico, e
- (b) impedir seu consumo por parte de uma pessoa é impossível ou custaria muito caro.

À propriedade “a” chamamos não rivalidade no consumo e à propriedade “b” chamamos não exclusão no consumo. Note que destacamos a palavra “provisão” e não “produção”. O governo não precisa necessariamente produzir bens públicos.

Exemplos de bens públicos:

- **Tangíveis:** ruas, praças, estradas e iluminação pública;
- **Intangíveis:** defesa nacional, segurança pública, serviço de justiça.

Embora alguns bens, como as praças (por exemplo, a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, MG), podem sofrer o problema da exaustão (se todos forem à praça no mesmo dia, ela esgota a possibilidade de acolher a todos), a ideia do bem público vem ao encontro do que é a luz do sol. A luz do Sol talvez seja o exemplo mais poderoso da ideia de bem público: ela atende a não rivalidade no consumo e também a não exclusão. No entanto, não tem custo econômico, enquanto os

bens públicos, a que nos referimos anteriormente, têm esse custo. Tanto os bens públicos tangíveis quanto os intangíveis têm custo de obtenção.



**Fonte:** <http://portalbelohorizonte.com.br/o-que-fazer/ao-ar-livre-e-esportes/academia-ceu-aberto/praca-da-liberdade>

O problema que se enfrenta, socialmente, é que a provisão de bens públicos depende de haver dinheiro para financiá-la. Por exemplo, pode-se defender a construção de praças e espaços públicos de lazer, mas é preciso também defender a cobrança de seu custo dos contribuintes. Do mesmo modo, os contribuintes, considerados individualmente, não são voluntários para pagar pela construção da praça. Isso porque, defendendo ou não a cobrança de um adicional de imposto para financiar a obra, esta (supostamente) será feita.

Em suma, nenhum contribuinte tem incentivo para contribuir financeiramente com a construção da obra. Qual a reação do governo? Resposta: cobrar de todos uma contribuição adicional para construir a praça e todos terem direito de dela usufruir.

Outro exemplo é a defesa nacional; manter as Forças Armadas para a defesa do território nacional. Qualquer pessoa situada no território nacional está protegida pelas forças de defesa nacional, quer ela seja ou não contribuinte do erário público, quer ela concorde ou discorde. Como financiar as despesas necessárias da defesa? Simples: taxar todos os contribuintes.

Um farol oceânico, como o Farol de Santa Marta, em Laguna (SC), é um belo exemplo de bem público no sentido de que quando é acionado o farol no alto da torre ocorre a emissão de um jato de luz com alcance de cerca de 96 quilômetros. Se for emitida a um navio específico, o custo marginal de qualquer outra embarcação utilizar essa luz na navegação é zero.

Do mesmo modo, seria virtualmente impossível impedir que um barco nas proximidades adotasse a luz do farol como orientação. Trata-se, portanto, da não-rivalidade e da não-exclusão. Note, também, que a manutenção e vigilância do farol cabe à Marinha do Brasil, uma das três Forças Armadas que são responsabilidade do governo brasileiro.



Fonte: <https://www.laguna.sc.gov.br/noticias/index/ver/codMapaltem/16507/codNoticia/591396>

A escolha de quantos e quais bens públicos a sociedade deseja depende de um processo de votação: as conhecidas eleições para as posições, no caso brasileiro, do Poder Executivo, ou seja, prefeitos, governadores e presidente da República. As eleições são o processo de aprovação dos eleitores à proposta do candidato ao cargo que propõe. Lembre-se que bens públicos são não-riuais e não divisíveis. Difere do processo de escolha de bens privados, uma vez que nestes últimos vige o direito de propriedade e a exclusão do consumo (consome o bem ou serviço apenas quem o comprou); a aprovação de consumir um bem privado também é privada.

O fato de, nos bens públicos, inexistir tanto o direito de propriedade quanto a exclusão, faz com que surja o “carona” (free rider), ou seja, a pessoa que usufrui do benefício sem incorrer no custo. Assim, tanto o processo de aprovação de quais bens públicos e em quais quantidades, quanto a forma de financiá-los, ocorrem por aprovação mediante eleições.

Isso coloca diversas questões muito complexas de escolha pública. Diversos teóricos se debruçaram para analisar essas questões, como Kenneth Arrow, Lindahl e outros, assim como conceitos relacionados, tais como “eleitor mediano” e “paradoxo do voto”. Estes temas escapam do objetivo da presente apostila. Dessa forma, bens públicos são falhas de mercado, isto é, na ausência de ações do governo seria provavelmente pouco provável sua provisão, embora houvesse demanda/necessidade de eles existirem.

### 1.3. Mercados incompletos

Em países em desenvolvimento, como o Brasil, há espaço para produção e consumo de alguns bens e serviços, os quais não são produzidos pelo motivo de não existir um mercado financeiro desenvolvido, capaz de prover empresas com o capital de longo prazo necessário para o desenvolvimento da atividade econômica limitadora dessa produção, seja ela própria, seja de algum insumo necessário.

Esses mercados incompletos frequentemente recebem algum incentivo com linhas de financiamento “baratas” e de longo prazo junto ao BNDES, em que este último não visa propriamente lucro com suas atividades de banco de desenvolvimento. O BNDES é um banco ligado ao governo federal, cujo diretor presidente é nomeado pelo presidente da República. Então, novamente aqui no tema da presente subseção, cabe/caberia ao governo a intervenção para corrigir essa falha de mercado chamada de “mercados incompletos”.

Como exemplos de atividades que se enquadram no tema desta subseção, temos:

- Usinas hidrelétricas (eletricidade é um insumo fundamental para a economia);
- Empresas do ramo de química fina (na década de 1970, houve um maciço investimento liderado pelo governo federal na área de petroquímica);
- Biotecnologia;
- Outros.

Veja exemplo, a seguir, na ilustração com relação a financiamento de startups:

### BNDES Garagem - Apoio ao Desenvolvimento de Startups



Com o foco em desenvolver e fomentar o empreendedorismo no Brasil, o BNDES criou o BNDES Garagem, uma iniciativa de apoio às startups brasileiras, que inclui a realização do Programa BNDES Garagem de Desenvolvimento de startups e a estruturação de um Centro de Inovação no Rio de Janeiro.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE STARTUPS

CENTRO DE INOVAÇÃO

REDE BNDES GARAGEM

Com essa iniciativa, o BNDES vai além do apoio financeiro e usa seu conhecimento técnico e sua capacidade de articulação e conexão com clientes, investidas e investidores para auxiliar as startups.

Atualmente, o BNDES dispõe de diversas linhas de financiamento e produtos para apoiar a inovação de empresas de todos os portes e setores, tornando-as mais eficientes e competitivas. Além disso, investe em inovação também via participação acionária e via fundos de investimento.

O BNDES é o maior investidor em *Seed Capital* e *Venture Capital* do país. Hoje, podemos destacar três fundos que atendem empresas com alto potencial de crescimento e que faturam até R\$ 16 milhões:

- **Fundos Criatec** – A série Criatec, que possui hoje três fundos, está investindo desde 2008 e conta com um capital comprometido total de cerca de R\$ 500 milhões. Atualmente, o Criatec 3 se encontra em fase de investimento.
- **Fundo Primatec** – Este fundo conta com um patrimônio comprometido total de R\$ 100 milhões e tem como objetivo apoiar empresas vinculadas a incubadoras ou pertencentes a parques tecnológicos.
- **Fundo de Coinvestimento Anjo** – Na primeira fase do Fundo, a estimativa é apoiar cerca de 100 startups, com um tiquete de investimento de R\$ 100 a 500 mil, desde que igual montante seja co-investido por investidor-anjo. Para essa fase, o foco será em startups que faturam até R\$ 1 milhão. Aqueles que se destacarem poderão receber recursos adicionais de até R\$ 5 milhões.

#### MAIS SOBRE INOVAÇÃO

- Inovação
- Internet das Coisas
- Política de Atuação no Apoio à Inovação
- BNDES Garagem - Apoio ao Desenvolvimento de Startups
- BNDES Garagem - Chamada Pública para seleção de aceleradora
- BNDES Garagem - Chamada para Gestor do Centro de Inovação - Cancelada
- BNDES Garagem - Programa de Desenvolvimento de Startups
- Rede BNDES Garagem

Fonte: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/inovacao/bndes-garagem>

## 1.4. Monopólios naturais

Existem atividades com retornos crescentes à escala, isto é, à medida que aumenta o tamanho da produção, cada vez mais se reduzem os custos fixos unitários, de forma que essa “economia de escala” torna barata a produção. Um exemplo disso é a energia elétrica. Uma usina precisa muito dinheiro para ser construída (veja as fotos de Itaipu). Assim, gerar competição no setor nem sempre é um bom negócio, uma vez que se duas ou três usinas operarem e se, por força da competição, todas vão à falência, a população fica sem a eletricidade e ainda se gera o imenso custo ambiental decorrente das barragens e instalações.



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/deniwlp84/17174796329>



Fonte: <https://www.turismoitaipu.com.br/>



Daí, é que vem o termo “monopólio natural”; é mais interessante ter um produtor do que desejar ter mais de um e acabar ficando sem nenhum. Nesses casos, o governo deve regular, isto é, estabelecer normas de funcionamento e preços de tarifas de forma a equilibrar os interesses dos proprietários da usina com os consumidores.

## 2. Por que existe o governo?

Pode-se dizer que um dos motivos da existência do governo é a correção das falhas de mercado. Mas não é só por isso. O governo existe também para principalmente fazer coisas que ninguém faria: cuidar da defesa nacional, manter um serviço de justiça e de relações exteriores, segurança pública, educação e saúde pública. Essas são as funções clássicas do governo.

Em outras palavras, o governo é um complemento da iniciativa privada. Pense em quem, privadamente, faria permanentemente algo pelos pobres, quem imprimiria dinheiro, quem manteria a polícia ou pagaria médicos e juizes para disponibilização de seus serviços ao público?

Especificamente, governos existem em todos os países. Dentre as razões de sua existência, incluem-se:

- a) Manutenção de estrutura legal estável para garantir as trocas na economia e as relações comerciais e de consumo;
- b) Provisão da sociedade com bens públicos e serviços públicos, estes últimos como transporte público e educação;
- c) Zelo pela estabilidade política e de preços, pelo nível de emprego de sua população e crescimento de sua economia, a fim de proporcionar as condições de sobrevivência e de elevação de padrão de vida da população;
- d) Correção de distorções de distribuição de renda, sobretudo quando a desigualdade social conviver com pobreza e miséria.

### 3. Funções do governo

#### 3.1. Função alocativa

Esta função diz respeito à provisão de bens públicos e serviços públicos, bem como ao tratamento às externalidades, combatendo as negativas e estimulando as positivas. Como contrapartida, o governo cobra impostos dos contribuintes segundo regras constitucionais de capacidade contributiva e outros aspectos distributivos. Novamente, afirmamos: o governo não dá nada a ninguém que antes não tenha tirado de outrem.

#### 3.2. Função distributiva

Esta função é relacionada com a distribuição de renda. Há instrumentos para isso, como tributação de bens supérfluos ou de luxo, redistribuição de renda (como por meio do Bolsa Família) e com subsídios feitos pelo financiamentos de bens com taxas de juros facilitadas, como no caso do Programa Minha Casa Minha Vida. O governo usa banco público, no caso a Caixa, para financiar a taxa de juros abaixo do mercado, moradias para pessoas de baixa renda. Isso é muito bom.

O que ninguém fala é que o mesmo governo financia megaprojetos para empresa gigantescas com dinheiro barato por meio do BNDES. No fundo, causa um efeito regressivo em termos de distribuição de renda. Não seria mais racional deixar que as empresas fizessem captações no mercado financeiro, mediante avaliação de viabilidade e risco de seus projetos por parte dos investidores, como ocorre nos países desenvolvidos?

#### 3.3. Função estabilizadora

Esta função diz respeito ao papel do governo para expandir a atividade econômica quando esta se retrai:

- (a) por meio da expansão de gastos públicos e/ou redução de impostos, bem como com
- (b) a expansão ou contração da quantidade de moeda na economia.

O instrumento “a” refere-se à política fiscal e “b”, à política monetária. Ambas são centrais na função estabilizadora.

Importante dizer que, no Brasil, às vezes, se confunde essa função com o fato de o governo liderar a atividade econômica, com planos agressivos de investimento e intervenção na economia (como ocorreu na segunda metade da década de 1970 e na primeira metade da segunda década do Século XXI). O que deveria ser apenas para calibrar não pode ser entendido como o principal ponto para o governo fazer.

Esta ilustração trata de “monetary policy” e “fiscal policy”, respectivamente política monetária e política fiscal, as quais veremos em futuro capítulo.



Fonte: <https://rgallery.blogspot.com/2015/10/sobre-dominancia-fiscal-politica.html>

### 4. Leitura complementar

- **Uma breve história dos impostos (Survey sobre globalização e tributação)**

Tradução Paulo Tiago Cardoso Campos

Edição de 27 de janeiro de 2000 – The Economist [www.economist.com](http://www.economist.com)

“Nenhum imposto sem representação”. Esse era o lema da Revolução pela independência dos EUA (1776) e tem sido um grito de guerra tanto para contribuintes quanto para sonegadores de impostos, embora nem sempre com consequências tão dramáticas [quanto as consequências da referida revolução]. Indiscutivelmente, a luta para taxar as pessoas, de modo que elas considerem isso aceitável, tem sido a principal força na formação do moderno Estado-nação. Mas são as polí-

ticas fiscais de quando o estado-nação era todo-poderoso ainda apropriadas agora que a globalização, impulsionada pela Internet, está erodindo rapidamente as fronteiras nacionais?

A prostituição pode ser a profissão mais antiga, mas a cobrança de impostos certamente não fica muito atrás. A Bíblia registra que Jesus opinou sobre uma questão tributária, e converteu um destacado cobrador de impostos [São Mateus, padroeiro da profissão contábil].

A tributação, nos seus primeiros dias, nem sempre envolvia a entrega de dinheiro. Os antigos chineses pagavam seus impostos com chá prensado, e na tribo Jivaro na Amazônia [isso nos deixa perplexos!] pagava os impostos com cabeças humanas secas e encolhidas, e estas vinham de inimigos mortos e decapitados.

Como preço da sua cidadania, os gregos e romanos antigos poderiam ser chamados a servir como soldados, e tinham de suprir suas próprias armas - essa prática ainda continuava forte na Europa medieval. Como narra Fernando Grapperhaus em *Contos sobre Impostos* (Comitê Internacional de Documentação Fiscal, Amsterdam, 1998), as origens da tributação moderna podem ser atribuídas a indivíduos ricos que pagavam dinheiro ao rei para não prestar serviço militar.

A outra fonte [de impostos e] de receitas fiscais no início [da tributação] foi o comércio, com imposição das despesas portuárias e os direitos aduaneiros sendo coletados a partir de mercadores viajando. A grande vantagem desses impostos era que eles recaíam na maior parte sobre os visitantes e não sobre residentes. Uma das primeiras taxações impostas pelo Parlamento da Inglaterra, no século XIII era sobre o peso de lã, vinho e couro destinados a comerciantes italianos.

Às vezes, os governantes se excediam. A tributação excessiva foi uma das razões por que o rei Charles I da Inglaterra perdeu a cabeça [foi decapitado]. Muitos daqueles que foram guilhotinados durante a Revolução Francesa de 1789 eram detestados coletores de impostos. E o *Boston Tea Party* foi um protesto dos patriotas americanos contra o imposto do chá, instituído pelos governantes britânicos.

O Imposto de Renda, a maior fonte de fundos de muitos governos, hoje, é uma invenção relativamente recente, provavelmente porque a noção de rendimento anual é em si um conceito moderno [O Brasil não é um desses 'muitos governos']. Os governos preferiram taxar coisas que eram fáceis de medir e, portanto, para enquadrar em termos de campo de incidência [?]. É por isso que os impostos no início se concentravam em bens tangíveis, tais como terrenos e imóveis, bens materiais, mercadorias e navios, ou o número de janelas oulareiras em um edifício.

O primeiro Imposto de Renda foi cobrado em 1797 pela República Batava Holandesa [Dutch Batavian Republic]. A Grã-Bretanha seguiu o exemplo em 1799, e na Prússia em 1808. Como a maioria dos novos impostos, estes tributos foram introduzidos pela primeira vez como medidas temporárias para financiar esforços de guerra. Após as potências europeias terem feito as pazes em Viena, em 1815, Henry Addington, o primeiro-ministro britânico de então, jurou que o Imposto de Renda nunca seria aplicado novamente. Mas, em 1842, o governo britânico reavivou o imposto.

O que se destaca a respeito do século XX, e em particular a sua segunda metade, é que os governos ao redor do mundo têm tomado uma parte crescente de suas receitas, em seus respectivos países, na forma de impostos, visando principalmente pagar esforços de defesa cada vez mais caros e para sustentar um Estado social moderno. Impostos sobre o consumo, como o imposto sobre vendas (que é uma grande fonte de receitas para os governos estaduais e municipais nos EUA), e o imposto sobre valor agregado (IVA), que incide sobre mercadorias e serviços (cobrado na Europa), tornaram-se cada vez mais importantes.

Grandes diferenças entre os países permanecem, se refletem, no nível geral de tributação. A carga tributária nos EUA é de cerca de um terço do PIB, enquanto a Suécia está mais perto de 50% do PIB [no Brasil é de cerca de 35% do PIB em 2010, segundo o IBPT.] Existem também grandes diferenças nos métodos preferenciais de coletar os impostos, diferenças de alíquotas e quanto à definição de o que tributar, bem como a divisão de responsabilidades de tributação entre os níveis de governo.

- **Economia global, tributação nacional**

A crescente globalização das economias no século XX foi acompanhada por uma manifestação rara do internacionalismo pelas autoridades fiscais. Muitos países optaram por tributar os seus cidadãos, indivíduos ou empresas, sobre o seu rendimento global, independentemente se deve ou se já pagou no exterior [Tributando, portanto, no país de origem e no país onde a pessoa ou a empresa atuava].

A Liga das Nações, a antecessora da Organização das Nações Unidas, em 1921, encomendou um relatório de especialistas financeiros, que concluiu que essa prática de “dupla tributação” interferiu nas “relações econômicas e ... no livre fluxo de capital”. Foram sugeridas regras para determinar quando o imposto deve ser pago para o país no qual o rendimento é gerado, e quando deve ser pago para o país de residência do contribuinte. Foi elaborado um “tratado modelo” (agora atualizado pela OCDE), que gerou muitos acordos bilaterais.

Inicialmente previsto para que se parasse de tributar duas vezes a renda [como descrito], esses acordos bilaterais abriram caminho para que as empresas multinacionais criassem empresas [se transferissem para] onde os impostos sobre os lucros são mais baixos. Combinada com uma maior mobilidade do capital, essa nova flexibilidade incentivou a concorrência fiscal entre países.

## 5. Resumo & conclusões

As falhas de mercado guardam relação com as funções de governo, embora elas não sejam as únicas motivações para a existência do governo. Cada sociedade admite um governo maior ou menor de acordo com seus valores e desejos. Externalidades, bens públicos, mercados incompletos e monopólios naturais recebem, em cada nação do mundo, tratamento diferente por parte do governo conforme os valores e desejos de cada sociedade. Países cujos governos são mais intervencionistas, como a Alemanha, produzem resultados em termos de eficiência e equidade de acordo com os resultados desejados pelos eleitores alemães, que aprovam o candidato cuja plataforma mais lhes agrada. Em contraste, os governantes suíços são tradicionalmente mais liberais, intervêm menos, tributam menos e fornecem serviços e bens públicos em quantidades e naturezas diferentes. Não há como dizer que um está “certo” e o outro, “errado”. Existem custos e benefícios em cada um dos casos.



### Exercícios

1) Busque na internet qual a carga tributária do Brasil e de outros países. Compare e comente esses dados (Sugestão: acesse <[www.ibpt.com.br](http://www.ibpt.com.br)>)

2) Busque na internet a respeito de critérios para considerar um governo “grande” ou “pequeno”. Qual deles é o mais correto?

3) Faça uma avaliação dos seguintes itens, e classifique-os em bens públicos ou em externalidades, sempre dizendo o porquê.

- a) Estabilidade política nacional;
- b) Doação de livros para pessoas carentes;
- c) Gentilezas produzidas no dia-a-dia, como ser cortês com senhoras idosas, mulheres e crianças;
- d) Doação de roupas de crianças recém-nascidas para famílias carentes.

4) O governo da Suécia e o da Suíça são bastante distintos. Em que sentido?



# Introdução à macroeconomia

## Por que este capítulo é importante para o seu aprendizado?

Este capítulo pontua aspectos básicos sobre macroeconomia, de forma que serve como uma introdução ao que você precisa entender sobre o tema, sobretudo depois de ter estudado o tema “funções do governo”. Ele dá uma ideia mais ampla do que vem no capítulo final e que provavelmente você mais constata no seu dia-a-dia, como notícias na internet, telejornais e assim por diante.

## Objetivos de aprendizagem

- Compreender o que é e em que consiste a chamada “política macroeconômica”;
- Entender quais são e como funcionam os instrumentos básicos de política macroeconômica.

### 1. Objetivos da política macroeconômica

Como vimos rapidamente no capítulo 1, a Macroeconomia se dedica aos estudos do comportamento dos agregados econômicos como o PIB, taxas de juros e desemprego, analisando o funcionamento da economia como um todo, sem focar nas unidades econômicas, como faz a Microeconomia.



A partir disso, a macroeconomia objetiva no curto prazo alcançar um alto nível de emprego e estabilidade dos preços. Já em longo prazo busca uma distribuição de renda “justa” e crescimento econômico.

O texto deste capítulo baseia-se nas seguintes fontes: Mankiw (2007, 2013), Pinho, Vasconcelos e Tonetto Jr (2006), Vasconcelos (2011) e Vasconcelos e Garcia (2014)].

- **Alto nível de emprego** - é extremamente importante para a manutenção da economia e um equilíbrio do mercado. Quando as pessoas estão empregadas, e também os equipamentos e máquinas industriais, terra e fábricas, ocorre o movimento na economia capaz de promover uma dinâmica de crescimento, desde que outros aspectos sejam favoráveis.
- Já o **desemprego** é o oposto, e quando as pessoas não possuem uma fonte de renda, tendem a cortar gastos e a poupar suas reservas de dinheiro, passando a viver apenas com o que realmente é necessário, aprofundando a retração da economia. Do mesmo modo, ficam desempregados equipamentos, máquinas, terras e fábricas. Isso diminui a circulação de bens e serviços na economia e gera preocupação a todos.
- **Estabilidade dos preços** - é um assunto bastante delicado, uma vez que a inflação é sua inimiga, ou seja, um aumento geral dos preços na economia induzido por muita moeda à procura de bens e serviços. Para controlá-la, as autoridades podem elevar a taxa de juros, que, por sua vez afeta as decisões de consumo e investimento - estas são relacionadas com a questão do nível de emprego na economia.
- **Distribuição de renda justa** - é fundamental para a redução da desigualdade social e para o progresso econômico de uma nação. No Brasil e em muitos outros países, a renda está

concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população, composta principalmente por grandes empresários. Segundo dados do IBGE divulgados pela revista *Veja*, em 2018, 1% da população brasileira de maior renda tinha um rendimento médio mensal de R\$27.744,33. Era 8 vezes maior que 50% da população que tinha uma renda de R\$820, valor inferior ao salário mínimo em vigor naquele ano, acesse o site: <https://veja.abril.com.br/economia/concentracao-de-renda-no-pais-e-recorde-em-2018-aponta-ibge/> para ter acesso à reportagem completa. Com isso a distribuição de renda reflete muito no desenvolvimento de um país, uma vez que não basta apenas produzir mais riquezas, sabendo que provavelmente elas irão para esta minoria da população, enquanto a maioria continuará passando dificuldades e o problema da desigualdade de renda não será solucionado. É necessário buscar uma distribuição mais justa dessa renda e a macroeconomia pode ajudar a tornar isso possível.

- **Crescimento econômico de uma nação** - se reflete no aumento do produto nacional, sendo tradicionalmente medido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais do país. Ainda que um país tenha recursos ociosos, que sendo utilizados podem promover o crescimento econômico rapidamente, esses recursos são limitados. Quando eles se esgotarem, esse crescimento ficará esgotado. Logo, inicialmente cabem instrumentos de política econômica que estimulem a produção no curto prazo, porém, é necessário promover ações visando que a longo prazo o país ainda tenha capacidade de crescer economicamente.



Crescimento econômico não significa o mesmo que desenvolvimento econômico. O primeiro trata basicamente de um aumento no produto, já o segundo é um conceito mais amplo, pois não existe sem o crescimento, mas também tem uma visão voltada para o social, analisando indicadores, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que refletem o bem-estar da população, apontando questões como segurança, distribuição de renda, expectativa de vida, etc.

Além disso, se tratando de crescimento econômico, não basta analisar apenas a evolução da capacidade produtiva do país, porque mesmo que esta produção tenha aumentado, a população também pode ter crescido. Assim, a renda per capita é importante que cresça, não apenas a renda total.

A partir de seus objetivos, a macroeconomia enfrenta grandes dificuldades e *trade-offs*, uma vez que eles podem ser conflitantes, como a busca por baixas taxas de desemprego e o controle da inflação. À medida em que um país alcança altas taxas de emprego, a procura por bens de consumo aumenta e ele passa a utilizar cada vez mais seus recursos. Quando os empresários percebem que não serão capazes de aumentar ainda mais sua produção, se sentem pressionados a elevarem os preços de seus produtos, causando alguma pressão sobre os preços.

## 2. Instrumentos de política macroeconômica

A macroeconomia dispõe de alguns instrumentos de políticas que auxiliam a atingir seus objetivos: políticas fiscal, monetária, cambial, comercial e de rendas.

- **Política fiscal**

Trata das ações do governo para arrecadar tributos através da política tributária e suas despesas pela política de gastos/despesas, objetivando o crescimento econômico, um alto nível de emprego e controle da inflação. Caso a política fiscal tenha o objetivo de estimular o crescimento ou aumentar o nível de emprego, deve-se elevar os gastos públicos e/ou reduzir os impostos, e caso se deseje reduzir o ritmo de aquecimento da economia, o oposto deve ser feito.

- **Política monetária**

Trata de como o governo, por meio do Banco Central, regula a quantidade de moeda e títulos públicos disponíveis no mercado, seja emitindo moeda, comprando ou vendendo títulos ou controlando a oferta de crédito, visando principalmente à estabilidade nos preços. Caso a política monetária for expansionista, trata-se de expandir a quantidade de moeda, e contracionista caso contrário. A política monetária mostra-se eficaz na promoção do crescimento.

- **Política cambial e política comercial**

Dizem respeito ao setor externo da economia. A política cambial diz respeito especialmente às taxas de câmbio, e é importante porque afeta exportações e importações, bem como a capacidade de combater a inflação doméstica por meio de importações. Já a política comercial refere-se aos instrumentos que visam às importações e exportações, incentivando ou desincentivando.

- **Política de rendas**

É considerada uma política complementar às outras políticas, que objetiva a estabilidade dos preços e, para isso, ela tem algumas alternativas como intervir na formação de renda, controlando os salários, os juros, aluguéis e outras formas de remuneração, congelar os preços, etc.

### 3. Estrutura de análise macroeconômica

Segundo a obra Economia: Micro e macro, de Marco Antonio Sandoval de Vasconcellos (2011), a macroeconomia é composta basicamente por 5 mercados que buscam uma condição de equilíbrio: o mercado de bens e serviços, o mercado de trabalho, o mercado monetário, o mercado de títulos e o mercado de divisas.

- **Mercado de bens e serviços**

É o responsável por determinar o nível geral de preços e também o nível de produção agregada. Para isso, desconsidera a existência de diferentes bens e serviços e analisa a economia, como se ela produzisse somente um bem por meio da agregação de todos os demais bens. Este mercado deve observar o nível de demanda e de oferta agregada dos bens e serviços produzidos pelas empresas nacionais e, a partir disso, determinar o nível de produção agregado e o nível geral dos preços.

- **Mercado de trabalho**

É onde se forma o preço do trabalho, o salário. Também diz respeito ao nível de emprego de mão de obra da economia.

- **Mercado monetário**

Considera a existência de uma demanda de moeda, devido à existência de transações econômicas e uma oferta de moeda pelo Banco Central, determinando a taxa de juros. Suas transações resultam na formação de taxas de juros que balizam outras decisões da economia.

- **Mercado de títulos**

Representa como se dá a alocação de dinheiro dos poupadores para suprir as necessidades dos despoupadores, normalmente empresas e governo. Ações e títulos de dívida (obrigações) dizem respeito a esse mercado, que é afetado especialmente pelas taxas de juros formadas no mercado monetário.

- **Mercado de divisas**

É onde ocorrem as transações com moedas estrangeiras, especialmente relacionadas com importações e exportações.

Equilibrar esses mercados não é uma tarefa fácil!

### 4. Leitura complementar

**Extraído de VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Economia: micro e macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 195.**

#### Desenvolvimento da macroeconomia: Breve retrospecto

Por uma série de crenças, como “mão invisível”, flexibilidade de preços e salários, bem como a **Lei de Say**, pela qual “a oferta cria sua própria procura”, os economistas clássicos (assim rotulados por Keynes) acreditavam que o pleno emprego da economia estivesse garantido automaticamente. Era a filosofia do liberalismo econômico, que acreditava que o mercado sozinho, sem intervenção do Estado, levaria ao pleno emprego.

Entretanto, com a grande depressão, que sucedeu ao crack da Bolsa de New York, em 1929, houve como que uma perplexidade dos economistas da época, que não dispunham de uma teoria que explicasse o fenômeno e propusesse soluções. Afinal, de acordo com a teoria que prevalecia na época, não deveria existir desemprego, a não ser a chamada **taxa natural de desemprego**, que se prende à rotatividade da mão de obra, isto é, indivíduos que estão mudando de cidade ou setor, e passam um pequeno período desempregados.

Justamente nesse ambiente surge o livro de Keynes e as bases da moderna análise macroeconômica, que passam a incorporar uma atuação mais efetiva do Estado, na busca de soluções para os problemas de flutuações do nível de renda e emprego a curto prazo.

O desenvolvimento teórico da macroeconomia desde então tornou possível que tais situações fossem prevenidas e forneceu instrumentos para colocar a economia perto do pleno emprego, bem como controlar a inflação.

Em 1937, J. Hicks lança o artigo Mr. Keynes and the classics: a suggested interpretation, que se tornou a versão oficial do livro de Keynes, de tal sorte que todas as análises posteriores foram efetuadas mais com base nesse artigo do que na própria leitura do livro. A partir desse artigo, que introduz o aparato conhecido como IS/LM, vai-se estruturando a chamada **síntese neoclássica-keynesiana** (ou, simplesmente, **síntese neoclássica**), que permite analisar a economia tanto pela hipótese de pleno emprego (clássica ou neoclássica) como pela de desemprego (keynesiana).

A síntese neoclássica, representada pela Análise IS/LM, gera resultados razoáveis, mas apresentava uma dicotomia entre uma economia a pleno emprego e uma economia abaixo do pleno emprego. (...) supõe-se que, abaixo do pleno emprego, os preços permaneçam constantes, variando o produto e o emprego, enquanto, no pleno emprego, apenas os preços variam, permanecendo constante o produto. Outro ponto a destacar, (...) é a ênfase dada à demanda ou procura agregada, conhecida como **Princípio da Demanda Efetiva**, pelo qual são os movimentos da demanda que respondem pelas alterações da produção, e não o contrário, como preconiza a Lei de Say.

Uma lacuna no modelo IS-LM é que ele negligencia o papel que as expectativas têm no comportamento dos agentes econômicos, e como isso se reflete no próprio desempenho da economia, tal como fora enfatizado por Keynes.

Surge, nos anos 50, a **Curva de Phillips**, que procura incorporar movimentos da oferta agregada, pouco enfatizada em Keynes, prevendo situações em que havia movimentos conjuntos de preços e salários e produção e emprego, ou seja, um trade-off (relação inversa) entre taxas de inflação e taxas de desemprego. Como existe uma relação direta entre nível de atividade (produção) e nível de emprego, a Curva de Phillips corresponde a uma oferta agregada (que relaciona preços e produto) positivamente inclinada. Assim, aumentos de preços (inflação) estão associados a variações positivas da produção agregada e, portanto, do emprego.

Até os anos 1960, tinha-se todo o instrumental IS/LM analisando os componentes da demanda agregada acoplado à Curva de Phillips, que retratava as condições da oferta agregada. No entanto, numa herança keynesiana, a ênfase da política econômica ainda era calcada nos instrumentos de política fiscal, negligenciando-se a política monetária (que era associada aos clássicos ou aos neoclássicos).

A Teoria Monetária ressurgiu a partir da segunda metade dos anos 1950, liderada por Milton Friedman, da Universidade de Chicago. Friedman também teve uma importante função na ênfase ao papel das expectativas inflacionárias (taxa de inflação esperada), sobre a produção e o emprego e, com isso, também, como Phillips, recuperou o papel da oferta agregada na Teoria Macroeconômica.

Com isso, os economistas voltam a dar ênfase ao **papel das expectativas** dos agentes sobre a atividade econômica. Começa a desenrolar-se a noção de que os agentes econômicos não podem ser ludibriados sistematicamente, ou seja, que cometam erros sistemáticos de previsão. É justamente essa ideia que se constitui na base da Escola de Expectativas Racionais, que viria a dar sustentação a toda uma revolução pela qual passou a Macroeconomia durante as décadas de 1970 e 80.

A **Escola das Expectativas Racionais**, que passou a ser conhecida como os **novos clássicos** (new classical economia:), defende que os agentes econômicos, ao formarem suas expectativas sobre alguma variável econômica, acabariam por tentar verificar como aquela variável comportava-se no tempo. Admitindo que existe uma teoria econômica que explica o comportamento da variável, os agentes acabariam por formar suas expectativas com base na própria teoria explicativa. Assim, evitar-se-iam os erros sistemáticos.

À luz de todos esses movimentos, vão configurando-se quatro escolas principais no pensamento macroeconômico: a dos keynesianos, a dos neoclássicos, a dos novos clássicos e a dos pós-keynesianos. Frequentemente, tanto os neoclássicos como os novos clássicos são denominados de **monetaristas**.

A diferença fundamental entre os keynesianos e os neoclássicos, originária desde o livro de Keynes, refletiria o fato de que os neoclássicos acreditavam que as economias de mercado tendem a gerar equilíbrios em nível de pleno emprego. Por outro lado, os keynesianos procuravam mostrar que a característica fundamental das economias capitalistas era essa incapacidade de alcançar o nível de pleno emprego, em face de falhas estruturais do sistema de mercado.

Os keynesianos também acabaram incorporando em parte a hipótese das expectativas racionais, surgindo uma corrente denominada de **novos keynesianos**, que procura justificar por que existem certos preços e salários rígidos na economia, que amplificam os efeitos das flutuações da demanda agregada sobre a produção e o emprego.

Outro grupo de economistas, denominados **pós-keynesianos**, seguiu uma trajetória teórica distinta. Igualmente insatisfeitos com os resultados que a Macroeconomia vinha apresentando, procuraram, a partir da década de 1970, superar essas dificuldades com uma volta ao pensamento

de Keynes e outros autores do passado. O suporte para essa releitura de Keynes era a convicção de que deficiências de demanda agregada constituem a questão mais importante das economias capitalistas e são responsáveis pelos níveis de desemprego verificados em muitos países, pela redução da atividade econômica e desaceleração das taxas de crescimento do produto. Voltam, assim, a privilegiar o papel da demanda agregada, que vem sendo um tanto obscurecido pelo debate em torno do comportamento da oferta, a partir dos anos 70.

Outra escola de pensamento relevante é a chamada **teoria real do ciclo econômico**, que surgiu no começo dos anos 80, propondo que o ciclo econômico é explicado fundamentalmente pelas flutuações da oferta agregada. Por isso essa escola é também conhecida como **“Economia do Lado da Oferta” (Supply Side Economics)**.

Finalmente, há ainda os **institucionalistas**, que procuram incorporar na análise macroeconômica a influência da estrutura das instituições do país.

Como vemos, os diferentes modelos atuais dão ênfase ora ao papel da oferta agregada, ora ao papel da demanda agregada como fontes geradoras das flutuações econômicas.

Extraído de VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Economia: micro e macro. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 195.

## 5. Resumo & conclusões

A macroeconomia é a área da economia que trata dos grandes agregados, e das macropolíticas que repercutem no crescimento econômico de curto e de longo prazo. Há diversos mercados relacionados com ela e inter-relacionados. Do mesmo modo, há instrumentos de política econômica fundamentais, especialmente política monetária e fiscal para promover a expansão da economia ou sua contração quando ocorrer uma aceleração que ameça os níveis de preços e traga risco de inflação.



### Exercícios

- 1) O excessivo gasto do governo faz com que a arrecadação de impostos não seja suficiente, e as autoridades então tomam empréstimos do público pagando taxas de juros mais altas. Isso tem quais impactos?
- 2) O exemplo da Coreia do Sul mostra muitas coisas importantes a respeito de sair da condição de país pobre e entrar na condição de país rico, com renda bem distribuída. Faça uma busca na internet a respeito do que fez a Coreia do Sul a partir do início dos anos 1960.
- 3) Qual o efeito da elevação da taxa de juros básica, Selic? E quando a taxa de juros cai?
- 4) Qual o efeito de aumentar os gastos públicos? E de reduzir



# Medindo a atividade econômica: O PIB

## Por que este capítulo é importante para o seu aprendizado?

Este capítulo mostra noções sobre como se mede a renda nacional, medida pelo PIB, Produto Interno Bruto. Muito frequentemente, os telejornais tratam do assunto, economistas comentam e se desenvolve muita pesquisa econômica em torno do tema, em razão de ser esta uma medida de bem-estar econômico fortemente utilizada e observada, seja por acadêmicos, seja por políticos/governantes. A compreensão desse tema é fundamental para você dizer que aprendeu economia. Destacamos que o presente capítulo trata de medidas “ex post”, ou seja, que já ocorreram; difere do planejamento que fazem as autoridades e economistas e que se enquadra no “ex ante”.

## Objetivos de aprendizagem

- Compreender o que é e como se mede o PIB;
- Adquirir conhecimentos básicos a respeito de crescimento e desenvolvimento econômico.

### 1. Definições básicas

O PIB (Produto Interno Bruto) pode ser definido de acordo com o seguinte:

- “Valor de mercado de todos os bens e serviços finais produzidos em um país em um dado período de tempo” (MANKIW, 2007, p. 502);
- “Valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território econômico de um país, independentemente da nacionalidade dos proprietários dos meios das unidades produtoras desses bens e serviços” (SANDRONI, 1999, p. 459).

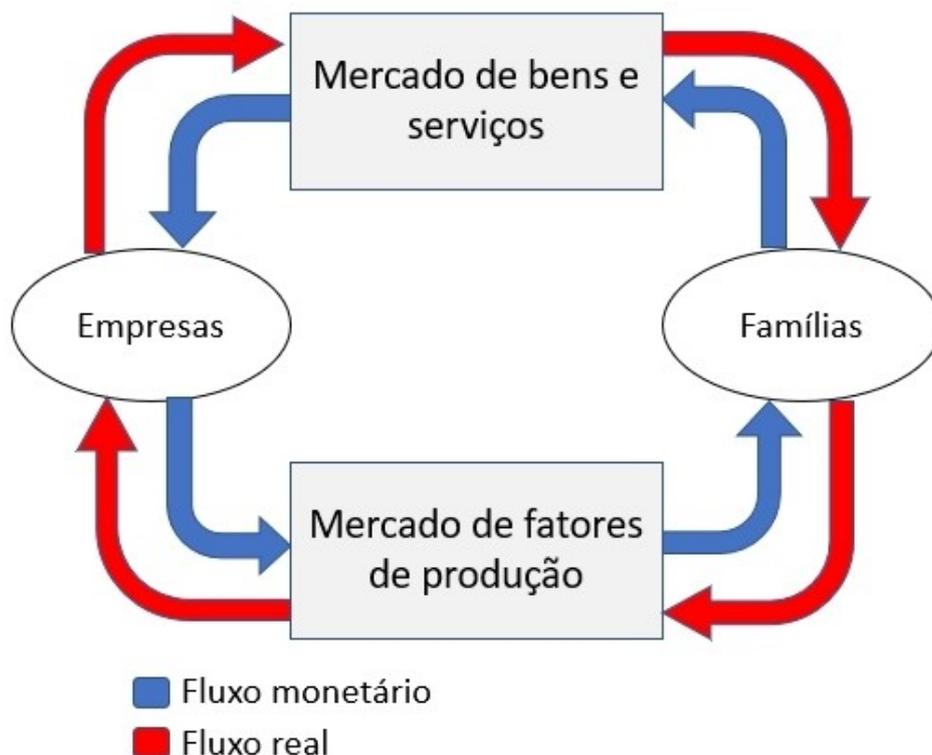
Existem três maneiras ou óticas de medir a renda de uma nação:

- 1) Ótica da produção
- 2) Ótica da despesa
- 3) Ótica da renda

Exploraremos essas três óticas ao longo do presente capítulo.

#### 1.1. Economia de dois setores, fechada, sem governo e sem formação de capital

Imagine uma economia simples, composta de empresas e famílias (os agentes dos dois setores). As empresas empregam algumas famílias e algumas famílias são proprietárias das empresas, de forma que tudo fica ali mesmo, na própria economia. Tudo que é produzido é consumido, não tem um governo e é fechada, isto é, não tem relações com outro país. As famílias fornecem mão de obra, capital e outros bens às empresas (os chamados fatores de produção) e as empresas fornecem às famílias os bens e serviços que elas precisam. Assim, forma-se o fluxo circular da renda a seguir:



Fonte: <https://www.dicionariofinanceiro.com/o-que-e-fluxo-circular-de-renda/>

Nessa economia, não há poupança, nem impostos, nem relações com o estrangeiro. Assim, o Produto Nacional, a Renda Nacional e a Despesa Nacional são dados por:

$$PN = DN = RN = \text{Salários} + \text{Juros} + \text{Aluguéis} + \text{Lucros}$$

Se houver somente consumo, como é o caso aqui da presente subseção, o produto nacional é igual ao consumo, ou seja:

$$PN = C$$

## 1.2. Economia de dois setores, fechada e sem governo, com formação de capital

Nessa economia, há os mesmos setores, mas há uma diferença com a subseção anterior: aqui os bens e serviços produzidos e consumidos se dividem em bens de consumo e bens de capital.

- **Bens de consumo (Bc)** - são consumidos no mesmo período em que forem produzidos (sejam eles massa, goiabada ou liquidificadores);
- **Bens de capital (Bk)** - destinam-se a produzir outros bens; Bk designam máquinas, equipamentos e outros que se destinam a expandir a produção e a renda no futuro. Forçosamente, as famílias, no caso, precisam poupar  $S$  = poupança para comprar  $Bk = I$  = Investimento. Formalmente, temos:

$$RN = PN$$

$$RN = \text{Salários} + \text{Juros} + \text{Aluguéis} + \text{Lucros}$$

$$PN = Bc + Bk$$

Então:

$$\text{Salários} + \text{Juros} + \text{Alugueis} + \text{Lucros} = Bc + Bk$$

$$RN = Bc + Bk$$

Portanto,  $RN - Bc = Bk$ .

Ou seja, os bens de capital ( $Bk$ ) são o mesmo que a parte da renda nacional,  $RN$ , não gasta com bens de consumo ( $Bc$ ). Como a parte da renda não gasta com consumo é a poupança,  $S$ , é forçoso concluir que aqui a poupança é o mesmo que o investimento,  $I$ . Assim, o investimento,  $I$ , na economia é financiado pela poupança,  $S$ .

Haverá investimento líquido sempre que o investimento bruto for maior que a depreciação,  $d$ , em que  $d$  é uma medida de consumo ou desgaste do capital físico da economia. Ficamos com:

$$\text{Salários} + \text{Juros} + \text{Aluguéis} + \text{Lucros} = Bc + Bk - d$$

$$RN = Bc + Bk - d$$

Do ponto de vista da despesa, temos que a renda nacional pode ser expressa como a soma do consumo com o investimento líquido da depreciação:

$$PN = C + I$$

### 1.3. Economia de três setores, fechada e com governo

Se incluirmos o governo aos resultados da subseção anterior, ficamos com o seguinte: o governo impõe tributação que é embutida nos preços dos bens e serviços da economia; portanto, esses impostos elevam os preços dos bens e serviços, enquanto que os subsídios representam o oposto que os impostos, pois são valores que o governo devolve à sociedade por meio das empresas ou das pessoas físicas.

Nesse sentido, podemos estimar o Produto Nacional a Preços de Mercado,  $PN_{pm}$ , somando à Renda Nacional medida a custo dos fatores,  $RN_{cf}$ , os impostos indiretos e subtraindo os subsídios, pois os impostos diretos são descontados da renda das famílias. Assim, temos:

$$PN_{pm} = RN_{cf} + Ti - Subs$$

Em que  $RN_{cf} = \text{salários} + \text{juros} + \text{alugueis} + \text{lucros}$ .

### 1.4. Economia aberta de quatro setores, incluído o governo e o setor externo

Se incluirmos o setor externo, basta acrescentar o saldo da balança comercial (dada pela diferença entre exportações,  $X$ , e importações,  $M$ ) e também considerar a renda enviada ao exterior, por parte de multinacionais, e também adicionar a renda recebida de operações no exterior de empresas do país.

Do ponto de vista da despesa, ficamos com:

$$PIB = C + I + G + (X - M)$$

E do ponto de vista da renda, ficamos com:

$$PIB = RIB = C + S + T = \text{Consumo} + \text{Poupança} + \text{Tributos}$$

### Por quê?

- Considera-se o gasto do governo, pois o governo pode gastar mais do que arrecada. Nesse caso, se endivida e toma emprestado de quem gastaria com consumo corrente ou emprestaria para alguém consumir ou investir;
- As importações representam os gastos dos residentes com compras feitas no exterior, e as exportações, os gastos que os estrangeiros fizeram comprando produtos nacionais.

### • Exemplo<sup>1</sup>

Considere os dados da tabela e obtenha:

- a) A Renda Interna Bruta, RIB, a custo dos fatores
- b) O Produto Nacional Bruto, PNB, a preços de mercado
- c) O Produto Interno Bruto, PIB, a preços de mercado
- d) A carga tributária bruta e líquida

Itens	\$
Salários pagos a trabalhadores e famílias	300
Juros, alugueis e juros pagos	450
Depreciação de capital fixo	25
Impostos indiretos	100
Impostos diretos	88
Subsídios do governo às empresas	10
Outras receitas do governo	20
Renda enviada ao exterior	7
Renda recebida do exterior	2
Pagamentos de aposentadoria	40

### - Solução:

a)  $RIB = \text{salários} + \text{juros} + \text{aluguéis} + \text{lucros}$

$= 300 + 450 = 750$

b)  $835 = (750 - 7 + 2) + 100 - 10$

c)  $840 = 835 - 2 + 7$

d) Bruta é  $188/840 = 22,38\%$

Líquida é  $(188 - 10 - 40) / 840 = 16,43\%$

A seguir, apresentamos um fluxo circular da renda de uma economia com governo e aberta aos fluxos comerciais e de capitais internacionais. Compare com aquele apresentado anteriormente, na primeira seção do presente capítulo.

1 (VASCONCELOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011.)



Quais as fontes de crescimento econômico?

A literatura econômica aponta algumas fontes de crescimento econômico, dentre as quais incluem-se:

- a) O capital físico, representado por máquinas, equipamentos e similares, o qual aumenta a oferta agregada e aumenta a poupança privada da economia, uma vez que expande a renda via-à-vis o consumo. Portanto, o investimento é que gera poupança, por meio da expansão da renda comparativamente o consumo;
- b) O capital humano, representado pela escolaridade média da população e pela sua capacidade de incorporar conhecimentos e tecnologias avançados produzidos no âmbito da ciência e da tecnologia;
- c) O investimento em ciência e tecnologia, resultando em conhecimentos, técnicas e processos produtivos tecnicamente eficientes e que, a longo prazo, modificam a mentalidade nacional. Não basta “pesquisa” e “publicações”; é preciso ser algo de impacto, que inove e que cause mudança na sociedade. Observe, por exemplo, as pesquisas das universidades americanas (como UC Berkeley, onde lecionam e pesquisam várias pessoas que ganharam o Prêmio Nobel), austríacas (Universität Innsbruck) e instituições brasileiras como a UFV, UFRJ e FIOCRUZ;
- d) A capacidade inovativa da sociedade, em termos técnicos e organizacionais, e que, segundo uma interpretação schumpeteriana, estaria no centro do progresso técnico e econômico das sociedades;
- e) O crescimento demográfico equilibrado, que calibra a quantidade de pessoas que saem do mercado de trabalho e se aposentam, com a que entra e passa a pagar contribuição previdenciária;
- f) A existência de recursos naturais básicos, como água, terra fértil, florestas etc., embora esse ponto não seja crucial;
- g) A estrutura legal estável, ou seja, o conjunto de normas da sociedade, que normatiza e premia e os incentivos meritocráticos das trocas e das condutas e relações que desincentivamos desonestos e ineficientes. Essa estrutura está notavelmente presente na Constituição e nas principais leis nacionais.

### 3. Leitura complementar

A título de sugestão, leia/consulte os livros disponíveis nestes hiperlinks:

- a. [A riqueza e a pobreza das nações](#)
- b. [As fontes do crescimento econômico](#)

### 4. Resumo & conclusões

Existem três óticas de medição da renda de um país: a ótica da produção, da renda e da despesa. Nas duas primeiras subseções vimos como se mede a renda de um país com economia fechada e sem governo, na terceira, com governo e fechada e na final uma economia aberta e com governo. O exemplo trabalhado é simples, e o problema é complexo. Sobretudo quando se trata de planejamento visando crescimento econômico. A receita não é tão complicada: sua articulação política é mais difícil de ser resolvida, uma vez que as disputas menores, mais mesquinhas, emergem nos “debates” a respeito de como promover o crescimento e o desenvolvimento econômico. Uma coisa é certa: não há crescimento econômico em um ambiente de ignorância, sem educação

formal e sem pesquisa científica e tecnológica. Por isso é que os países mais ricos e desenvolvidos são os que investem mais e exigem resultados de pesquisadores e de professores.



### Exercícios

1) Considere uma economia com os seguintes dados: Consumo Privado \$90, Salários, juros, aluguéis e lucros pagos \$110, arrecadação total do governo \$25, sendo impostos diretos \$15 e indiretos \$10, exportações \$50, importações \$45, investimento privado \$21, pagamentos a fornecedores referente a compras do governo \$24. Obtenha:

- a) Poupança privada, pública e total
- b) PIB, a preços de mercado
- c) Saldo da balança comercial
- d) Carga tributária bruta e líquida
- e) Valor máximo para investimento em capital físico

2) Explique o que quer dizer a expressão para o PIB =  $C + I + G + (X - M)$ .

3) Qual a importância da poupança privada e pública? Que relação ela tem com a política macroeconômica?

4) Uma crítica comum dos economistas aos gastos públicos brasileiros é que eles são excessivos. Você concorda?

5) Das fontes de crescimento econômico apresentadas neste capítulo, qual (is) quais aquela(s) que você percebe que falta(m) no Brasil?

### Referências

- A BRIEF HISTORY OF TAXES. A survey of globalisation and tax. The Economist. 27 jan. 2000. Disponível em <https://www.economist.com/special-report/2000/01/27/a-brief-history-of-tax>
- CAMPOS, P. T. C. Ética, economia e justiça distributiva. Ciberteologia. Edição 41, Ano IX, Jan/Mar 2013. Disponível em <https://ciberteologia.com.br/assets/pdf/post/etica-economia-e-justica-distributiva.pdf>.
- GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. Finanças públicas. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- MANKIW, N. G. Introdução à economia. São Paulo: Cengage, 2013.
- NELLIS, J.; PARKER, D. Princípios de economia para os negócios. São Paulo: Futura, 2003.
- PINHO, D. B.; VASCONCELOS, M. A. S.; TONETTO JR, R. (Org.) Manual de economia. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- ROSEN, H. S. Public finance. Homewood, Il: R. Irwin, 1998.
- SANDRONI, P. Novíssimo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1999.
- VASCONCELOS, M. A. S. Economia: micro e macro. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- VASCONCELOS, M. A. S.; GARCIA, M. E. Fundamentos de economia. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

## Respostas dos exercícios

### • Capítulo 1

1) Há muitas maneiras de definir economia. De forma geral, economia é uma ciência que estuda as escolhas individuais e coletivas a respeito do emprego de recursos escassos vis-à-vis as necessidades virtualmente ilimitadas, e o modo como a produção resultante desse emprego é distribuído na sociedade.

2) O problema da escassez se origina do fato de que há um descompasso entre necessidades e recursos para saciá-las; mais necessidades do que recursos; os recursos nem sempre estão próximos às necessidades.

3) Retome o texto da apostila, a respeito de o que, como e para quem produzir.

4) O custo econômico é o benefício que se deve abrir mão para produzir determinado produto, ou seja, o que se deixou de obter. Uma vez há um limite de produção e é necessário transferir os recursos de uma produção para outra.

5) Preço e utilidade marginal

6) Preço e custo marginal

7) A inflação afeta o poder de compra da população fazendo o seu dinheiro valer menos devido ao aumento generalizado dos preços. O que antes era possível comprar com R\$100 por exemplo, com o aumento dos preços terá de ser gasto mais do que R\$100.

8) Enquanto a macroeconomia estuda os grandes agregados econômicos, a microeconomia se dedica ao estudo das pequenas partes, dando um foco maior aos comportamentos de indivíduos e empresas.

9) Resposta pessoal

10) Resposta pessoal

### • Capítulo 2

1) Podemos entender como demanda de mercado a quantidade de um determinado produto que os consumidores desejam adquirir dentro de determinado intervalo de tempo a um dado nível de preços.

2) O preço de outros bens pode afetar a demanda de determinado produto se eles forem substitutos, podendo usar um no lugar do outro. Com isso, o consumidor tende a optar pelo mais barato. E se esses produtos forem complementares, um normalmente exige o consumo do outro e caso um esteja mais barato que o normal, a demanda de ambos deve aumentar, porém se ele estiver mais caro, a demanda de ambos tende a diminuir.

3) Podemos entender como oferta de mercado a quantidade de um determinado produto que os produtores colocam no mercado, à disposição dos consumidores, dentro de um determinado intervalo de tempo.

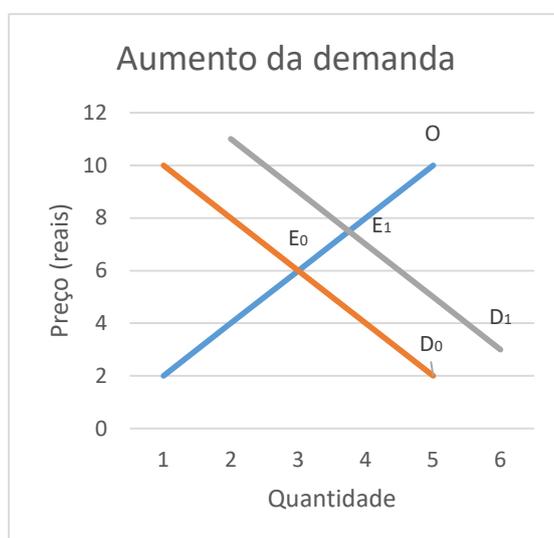
4) O desenvolvimento tecnológico pode provocar melhorias no processo produtivo, seja aumentando o volume da produção, reduzindo os custos ou reduzindo o tempo de produção. E isso provoca um aumento na oferta de mercado já que é possível produzir mais, em menos tempo

e a um custo menor possibilitando inclusive aumentar a margem de lucro se os preços ficarem constantes.

5) É a situação em que se equilibram demanda e oferta, em que o preço gera demanda igual à oferta, sem excedentes nem insuficiências.

6) Os produtores e consumidores conduzem o mercado para o equilíbrio uma vez que quando há um excesso de demanda de um produto no mercado, os vendedores tendem a elevar o preço deste bem, uma vez que eles não possuem produtos suficientes para atender toda a procura, com isso apenas quem tem condições de pagar mais é que terá acesso a esse bem, o que provoca uma redução na demanda de mercado. Já quando há um excesso de oferta o mercado, os preços tendem a se reduzir, uma vez que os vendedores percebem que não são capazes de vender toda a produção e para que eles consigam vender tudo o que desejam a única saída se torna a redução do preço.

7) O novo preço é mais alto que o anterior, isto é  $E_1 > E_0$ .



8) Significa dizer que a demanda por este bem não sofre alterações muito significativas quando o preço do mesmo se altera.

9) Para calcular a elasticidade-preço da oferta de um bem ou serviço deve-se calcular a razão entre a variação percentual da quantidade ofertada e a variação percentual do preço. Ou seja:

$$\text{Elasticidade-preço da oferta} = \frac{\text{Variação percentual da quantidade ofertada}}{\text{Variação percentual do preço}}$$

10) O serviço de táxi, por ter preço fixo, gera fila, ou seja, faltam táxis. O Uber inovou porque o preço se eleva quando tem excesso de demanda. Com isso, as pessoas pensam melhor antes de chamar um carro em face de o preço refletir a escassez de carros.

11) Caso se isentar de pagamento da taxa de água as famílias carentes, é de se esperar que o consumo de água por parte dessas pessoas cresça significativamente, gerando consumo não-econômico desse bem.

12) Caso ocorra geada em uma região produtora de alface, é provável que haja perdas significativas na produção, com isso possivelmente haverá um excesso de demanda já que a oferta deste produto será menor, sendo assim os produtores tendem a aumentar os preços deste bem já que

não terá mais alface para atender toda a demanda por este produto. Mas caso as pessoas demandarem menos este alimento (motivado talvez pelo frio), o preço tende a se manter o mesmo.

13) Numa economia de livre mercado, uma redução da produção teria o efeito de aumentar dramaticamente o preço do bem; em uma economia socialista e fechada, como a Coreia do Norte, haveria racionamento, pois, como não existe preço nem liberdade de comprar ou vender, não há o que fazer a não ser não consumir.

14) Quando chove bem, aumenta a quantidade produzida na agricultura (boas notícias para a agricultura). Mas essa maior quantidade expande a oferta, e que, junto com uma demanda constante, baixa o preço (más notícias para os agricultores).

15) a)  $P = 2,50$  e  $Q = 32,5$ ; b)  $P = 2,75$  e  $Q = 33,75$

16) Variação no preço 25%; variação na quantidade 30%; elasticidade-preço é  $1,2 = 30\%/25\%$

17) Variação na renda 2%; variação na quantidade 8,33%; elasticidade-renda é  $4,17 = 8,33\%/2\%$ ; trata-se de bem superior.

### • Capítulo 3

1) Em um mercado de concorrência perfeita as empresas são chamadas de price-takers ou tomadoras de preços, porque cada uma individualmente não tem capacidade de interferir na oferta do mercado e com isso elas não conseguem influenciar nos preços que os produtos são ofertados, cabendo a elas apenas decidir a quantidade que ela produzirá baseado nos preços já estabelecidos pelo mercado.

2)

$$a) \quad RT = P \times Q$$

$$RT = 15 \times 100 = 1500$$

A receita total é igual a R\$1500,00

$$b) \quad RMe = \frac{RT}{Q}$$

$$RMe = \frac{1500}{100} = 15$$

A receita média é igual a R\$15,00

$$c) \quad RMg = \frac{\Delta RT}{\Delta Q}$$

$$RMg = \frac{1650 - 1500}{10} = \frac{150}{10} = 15$$

A receita marginal é igual a R\$15,00

d) Custo marginal é R\$5,00 (consideramos que esse é o custo variável de produzir 1 unidade).

3) O mercado monopolista é caracterizado pela existência de uma única empresa que oferta determinado bem ou serviço, que não possui substitutos próximos. Por não possuir concorrência, o monopolista controla o preço desse produto sem que a demanda seja muito afetada.

4) O surgimento de monopólios pode-se dar quando a produção de um bem exigir um capital muito elevado e empresas que estão tentando se inserir no mercado não conseguem competir com os preços dos produtos de uma empresa já em vigor, quando uma empresa detém a patente de um produto, somente ela tem a permissão de produzi-lo até que essa patente caia em domínio público, quando uma empresa detém a propriedade exclusiva de um recurso que é fundamental para produzir um certo produto ou quando o governo atribui a uma única empresa o poder de produzir um certo bem ou serviço.

5) Cada uma delas é monopolista em seu setor. Há razões econômicas para isso, conforme veremos no capítulo 7

6) No mercado de concorrência monopolista existem diversas empresas que fabricam produtos substitutos e não existem barreiras para a entrada de novas firmas, sendo assim, quando uma organização apresenta lucro atraente, mais pessoas ficam interessadas em investir nesse mesmo mercado e novas empresas surgem. Fazendo com que parte da demanda se distribua para novas firmas, diminuindo a demanda de cada empresa. Conseqüentemente, a receita total e os lucros das organizações serão menores, pressionando algumas empresas a saírem desse mercado. Com isso, a procura sobre cada uma das firmas que se mantiveram cresce e seus lucros aumentam, incentivando a entrada de novas empresas novamente. Esse ciclo se repete algumas vezes até que o mercado tende a atingir uma condição de equilíbrio na qual o lucro econômico é igual a zero.

7) Clínicas médicas são dos mercados imperfeitamente competitivos, onde existe diferenciação de serviços.

8) Um oligopólio concentrado é aquele que possui um pequeno número de empresas e por isso elas possuem o controle do mercado. Já o oligopólio competitivo é aquele que possui um grande número de empresas, porém nele um pequeno grupo é responsável por uma grande parcela da produção, exercendo forte influência sobre as outras.

9) Os cartéis são grupos, formais ou não, de empresas que se unem através de conluíus com o objetivo de ter controle sobre o mercado, controlando os preços e a oferta de determinado produto.

10) O serviço de Uber aumentou a competição no transporte urbano. Isso é excelente. Os táxis possuem uma tabela que a qualquer hora deve ser obedecida para precificar uma corrida (preço fixo). Em dias de chuva, faltam táxis, pois a demanda se desloca, mas o preço fica constante. O Uber, diferentemente, eleva o preço quando a demanda se desloca. Assim, o Uber “raciona” o uso de carros de acordo com a pressa dos usuários, priorizando os que estão dispostos a pagar mais caro quando estiverem com muita urgência e pressa.

### • Capítulo 4

1) O imposto sobre iates eleva o preço dos iates e reduz a demanda drasticamente, causando desemprego na cadeia produtiva; aumento de impostos sobre vendas sobre o serviço de telefonia reduz menos a demanda do que no caso de iates, pois iates possuem forte elasticidade-preço da demanda enquanto telefonia possui demanda menos elástica e até mesmo supostamente inelástica.

2)

a) A \$ 24.000,00

B \$ 420.000,00

C \$ 575.000,00

\$ 1.019.000,00

b) A \$ 27.200,00  
B \$ 468.000,00  
C \$ 625.000,00  
\$ 1.120.200,00

c) A \$ 24.000,00  
B \$ 420.000,00  
C \$ 625.000,00  
\$ 1.069.000,00

3) 18%, 10% e 4%

a) A \$ 120.000,00  
B \$ 660.000,00  
C \$ 500.000,00  
\$ 1.280.000,00

b) A \$ 132.000,00  
B \$ 724.000,00  
C \$ 536.000,00  
\$ 1.392.000,00

c) A \$ 120.000,00  
B \$ 660.000,00  
C \$ 520.000,00  
\$ 1.300.000,00

4) 18%, 10% e 4%

a) A \$ 120.000,00  
B \$ 660.000,00  
C \$ 500.000,00  
\$ 1.280.000,00

b) A \$ 132.000,00  
B \$ 724.000,00  
C \$ 536.000,00  
\$ 1.392.000,00

c) A \$ 120.000,00  
B \$ 660.000,00  
C \$ 500.000,00  
\$ 1.300.000,00

5) 12.5%, 10.8% e 5.625%

6)  $\$250 = \$200 / (1 - 0,20)$

7) Preço antes do imposto é  $\$15.38 = (\$8 + \$2) / (1 - 0,15 - 0,20)$ . Custo de mão de obra antes do imposto é \$2 e os outros custos \$8. Após o imposto, o custo de mão de obra sobe 30% e vai para

\$2.60 por unidade; preço depois do imposto sobre a folha de pagamento é  $\$16.31 = (\$8 + \$2.60)/(1 - 0,15 - 0,20)$ . A empresa repassa para o preço o custo adicional de imposto.

8) Preço antes do imposto é  $\$40 = (\$7,50 + \$22.50)/(1 - 0,15 - 0,10)$ . Custo de mão de obra antes do imposto é  $\$7,50$  e os outros custos  $\$22,50$ . Após o imposto, o custo de mão-de-obra sobe 20% e vai para  $\$9$  por unidade; preço depois do imposto sobre a folha de pagamento é  $\$42 = (\$9 + \$22.50)/(1 - 0,15 - 0,10)$ . A empresa repassa para o preço o custo adicional de imposto.

9) Como o salário mínimo é um preço, neste caso um preço mínimo e inicialmente está abaixo do salário de mercado, o próprio mercado de trabalho ajusta os preços; após o aumento haverá desemprego de mão-de-obra, pois o preço mínimo (o salário mínimo, no caso) ficou acima do salário de mercado.

10) Resposta pessoal.

11) Resposta pessoal.

12) Os consumidores deveriam ser protegidos do governo porque o governo impõe impostos altos sobre os bens de consumo, o que aumenta seus preços, e, no caso brasileiro, desincentiva a competição entre os produtores de bens e serviços. Esses dois aspectos prejudicam os consumidores, que ficam com produtos ruins e caros. Essa é uma das causas de as taxas de juros para empréstimos bancários serem consideradas entre as mais altas do mundo.

### • Capítulo 5

1) Acesse o site do IBPT

2) Acesse o artigo disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rac/a/fjRgPNC8zf863gYHxVMGZBx/?lang=pt>

3)

a) Trata-se de um bem público, uma vez que seus benefícios valem para todos, todos usufruem, e é muito difícil ratear os custos entre os beneficiados;

b) É uma externalidade, uma vez que o custo assumido pela pessoa que doa os livros gera benefícios que virtualmente atingem um público mais amplo, não somente os que receberam a doação;

c) É uma externalidade, já que os efeitos dos gestos gentis ultrapassam o âmbito de quem os recebeu, pois atingem quem está próximo;

4) Externalidade, uma vez que beneficia um público maior do que as pessoas que receberam a doação;

5) A Suécia tem um governo “grande”, medido pelo seu gasto total como proporção do PIB, ao contrário da Suíça, que tem um governo “pequeno”, pelo mesmo critério. Não há como julgar cada uma dessas nações, a não ser destacar que cada uma tem custos e benefícios de ser como é. A Suécia tem tributação pesada, a Suíça, leve; naquela, tudo de graça, saúde, educação etc.; tudo seguro; na Suíça, tudo pago, tudo privado, menos seguro. É como se a Suécia fosse um rodízio de massas e carnes muito amplo e caro; e a Suíça, como se fosse um restaurante “à la carte”, em que cada um paga pelo que come.

## • Capítulo 6

1) Quando o governo precisa de dinheiro, toma emprestado por meio da emissão de títulos públicos, que você consegue comprar no Tesouro Direto. Para conseguir o dinheiro, o governo precisa pagar juros que são calculados com base em taxas de juros, as quais, conforme o prazo, precisam ser altas para compensar o risco trazido pelo prazo. Isso acaba desincentivando investimentos produtivos, pois as pessoas podem desistir de investir para emprestar ao governo.

2) Resposta a ser construída pelo estudante.

3) A taxa Selic é a taxa de juros básica da economia brasileira. Ela serve de baliza para outras taxas de juros da economia, como empréstimos. Se ela sobe, reduz-se o incentivo para investimentos produtivos, pois a pessoa pode avaliar que não vale a pena correr o risco de comprar máquinas e equipamentos ou montar uma empresa e ganhar um pouco mais do que emprestar para o governo ou para o banco e ganhar uma taxa de juros próxima à Selic. O inverso acontece quando a Selic cai.

4) Aumentar os gastos públicos é saudável, mas a dose é sempre o problema. No curto prazo, seu efeito é benéfico ao crescimento, mas, em pouco tempo seus efeitos podem causar elevação da taxa de juros doméstica e afetar a taxa de câmbio, trazendo perda de competitividade às exportações e redução da renda.

## • Capítulo 7

1)

a) Privada = \$20 = \$110 – \$90; pública = \$1 = \$25 – \$24; poupança total = \$21

b) PIB = \$90 + \$21 + \$24 + (\$50 – \$45) = \$140

c) \$5 = \$50 – \$45

d) Carga tributária bruta e líquida = 17.9% (não tem subsídios nem aposentadorias nessa economia)

e) \$21, sendo \$20 do setor privado e \$1 do setor público

2) É a expressão que estima o PIB sob a ótica do gasto, contemplando os gastos com consumo privado (bens de consumo corrente e durável), investimento privado (bens de capital), os gastos com consumo do governo e a diferença entre os gastos com consumo de produtos nacionais por parte de estrangeiros (as exportações) e os gastos com consumo doméstico de produtos estrangeiros (as importações).

3) A poupança privada e a poupança pública são importantes porque aumentam o conjunto de recursos disponíveis para investimentos e para redução do custo do dinheiro (a taxa de juros).

4) O problema é mais sobre a natureza dos gastos públicos brasileiros, uma vez que há excessivos gastos correntes e baixo investimento em obras com efeitos de longo prazo. Por exemplo, a transposição do Rio São Francisco começou em 2007 e ainda não foi concluída, com inúmeros problemas ambientais, licitações e assim por diante. De modo geral, tem-se pouco planejamento e posteriores remendos e emendas; excessivo tempo de execução e custos excessivos.

5) Resposta pessoal.



**cead**<sup>UFV</sup>

---

Coordenadoria de  
Educação Aberta e a Distância